

ESTUDO DE CASO

2003

**FORMAÇÃO DE PARCERIAS E  
GERAÇÃO DE RENDA NAS  
COMUNIDADES RURAIS  
DE LONTRAS – SC:**

*Avaliação de uma Política de  
Desenvolvimento Rural Sustentável*

*Lontras – SC*



**Prêmio Caixa  
Melhores Práticas  
em Gestão Local**



**CAIXA**



**UN-HABITAT**

Trabalho Elaborado pelo Instituto de Pesquisas Sociais – IPS e pelo Núcleo de Políticas Públicas do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – NPP/PPGDR da Universidade Regional de Blumenau – FURB para a Caixa Econômica Federal – CAIXA, no âmbito do Programa CAIXA Melhores Práticas de Gestão Local

PRESIDENTE DA REPÚBLICA  
Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DA FAZENDA  
Antônio Palocci

**CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**

PRESIDENTE  
Jorge Eduardo Levi Mattoso

VICE-PRESIDENTE DE DESENVOLVIMENTO URBANO E GOVERNO – VIURB  
Aser Cortines Peixoto Filho

DIRETOR DE PARCERIAS E APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO – DIDUP  
Jorge Luiz de Souza Arraes

GERENTE NACIONAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM DESENVOLVIMENTO URBANO – GEURB  
Beatriz Loureiro Cerqueira Lima

SUPERINTENDENTE DO ESCRITÓRIO DE NEGÓCIOS DE BLUMENAU  
Geraldo Luiz Machado de Oliveira

GERENTE GIDUR/REDUR  
Adilson de Souza Machado

**INSTITUTO DE PESQUISAS SOCIAIS**

DIREÇÃO  
Profa. Ms. Vilma Margarete Simão

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

COORDENAÇÃO  
Prof. Dr. Oklinger Mantovaneli Júnior

ELABORAÇÃO DO ESTUDO DE CASO  
Profa. Drda. Lorena de Fátima Prim  
Prof. Dr. Oklinger Mantovaneli Júnior

BOLSISTAS  
Ricardo Meirelles de Assis  
Luciane da Luz

REVISÃO  
Cynthia Fabiana Laube

DIAGRAMAÇÃO  
CLAN Design

Março de 2003

PRIM, Lorena de Fátima e MANTOVANELI JR., Oklinger

Estudo de caso: FORMAÇÃO DE PARCERIAS E GERAÇÃO DE RENDA NAS COMUNIDADES RURAIS DE LONTRAS / Lorena de Fátima Prim e Oklinger Mantovaneli Júnior. Supervisão de Vilma Maria Simão – Blumenau: FURB/CAIXA, 2003.

94 p.; 21,0 x 29,7cm

1. Desenvolvimento Rural Sustentável – Lontras (SC). 2. Parcerias – Lontras (SC). 3. Geração de Renda – Lontras (SC) I. Simão, Vilma Maria (Sup.). II. Instituto Pesquisas Sociais. III. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional. IV. Universidade Regional de Blumenau. V. Caixa Econômica Federal.

339.1 (CDD 15.ed.)

## **Apresentação da CAIXA**

Este ESTUDO DE CASO faz parte de uma série de publicações voltadas para a divulgação das dez experiências premiadas pelo Programa "Caixa Melhores Práticas em Gestão Local" no ciclo 2001/2002. O principal objetivo dessa série é propiciar uma avaliação em profundidade das práticas premiadas, permitindo aqueles que têm interesse em desenvolver iniciativas similares, identificar e extrair o máximo da experiência contida nesses projetos bem-sucedidos.

Nesta publicação, apresentamos a prática de Formação de Parcerias e Geração de Renda nas Comunidades Rurais de LONTRAS – SC, visando o desenvolvimento sustentável, com a participação dos agricultores na elaboração de um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural e organização de rede associativa comunitária. A prática foi desenvolvida pela Prefeitura Municipal e outras organizações, e consagrou-se entre as 100 melhores práticas do mundo, que concorreram ao Prêmio Dubai, o *Prêmio Internacional de Dubai de Melhores Práticas para a Melhoria das Condições de Vida*, e constituindo-se em referência para os demais Municípios brasileiros.

A CAIXA tem como missão promover a melhoria contínua da qualidade de vida em nossa sociedade, intermediando recursos e negócios financeiros de qualquer natureza, atuando, prioritariamente, no fomento ao desenvolvimento urbano, portanto, nos segmentos de habitação, saneamento e infra-estrutura, e na administração de fundos, programas e serviços de caráter social. Como uma de suas estratégias de atuação, é importante ressaltar que a CAIXA estabelece parcerias com instituições afins, visando sempre um produto comprometido com a qualidade.

A partir desse compromisso esperamos, com esta publicação, estar disseminando as boas práticas brasileiras que estamos apoiando/financiando e, sobretudo contribuindo para o aperfeiçoamento das políticas e programas sociais do nosso País.

Outras publicações importantes para sua cidade e comunidade poderão ser encontradas no nosso site [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br), opção download.

### **Aser Cortines**

Vice-Presidente de Desenvolvimento Urbano e Governo

### **Jorge Mattoso**

Presidente da CAIXA

## **Apresentação pela Diretora Executiva do Programa das Nações Unidas Para os Assentamentos Humanos, UN-Habitat**

É com grande satisfação que apresento esse estudo de caso sobre a experiência de Lontras, no Brasil. O presente estudo faz parte de uma série de outros estudos e manuais voltados para a divulgação das lições aprendidas pelas Melhores Práticas Brasileiras. A Agenda Habitat, adotada em junho de 1996, convoca a todos para a documentação e a análise de melhores práticas como um dos principais meios de se monitorar condições, tendências e respostas emergentes oferecidas pelas políticas.

Desde então, a comunidade internacional tem solicitado ao UN-Habitat e aos seus parceiros que apliquem as lições aprendidas das melhores práticas como base para a capacitação e a cooperação através do intercâmbio de conhecimentos, expertise e experiências práticas.

A Caixa Econômica Federal (CAIXA) e o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) vêm demonstrando seus papéis de liderança neste esforço coletivo. Como parceiros de *Best Practice and Local Leadership Programme* do UN-Habitat, essas instituições estão suprindo a Região da América Latina e Caribe, assim como outras regiões, com valiosas lições aprendidas das experiências.

A análise em profundidade da experiência de LONTRAS, que foi designada pelo UN-Habitat como uma das melhores práticas do ano 2002 no âmbito mundial, deveria ser de particular interesse para todos os envolvidos com a implementação das Metas de Desenvolvimento Para o Milênio (*Millennium Development Goals*). Este estudo oferece subsídios para que se possa enfrentar as questões referentes à urbanização sustentável, redução de pobreza e a melhoria das condições de vida da população pobre urbana.

Isto demonstra que objetivos estratégicos da Agenda Habitat – como parcerias e participação, descentralização e capacitação – podem ser aplicados de uma maneira holística trazendo benefícios tangíveis e duradouros para a população e suas comunidades. Demonstra também que o desenvolvimento sustentável está cada vez mais dependente do equacionamento de problemas como urbanização, boa governança urbana, e acesso à terra, à moradia e aos serviços básicos para a população pobre urbana. Com esta finalidade, os estudos de caso e manuais oferecem aos parceiros da Agenda Habitat, em todo o mundo, direções para o futuro.

**Anna Kijamulo Tibaijuka**

Diretora Executiva

Programa das Nações Unidas Para os Assentamentos Humanos

## Apresentação

Inspirado no "*Best Practices and Leadership Programme – BLP*", promovido pela Organização das Nações Unidas – ONU, por meio do Centro das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (Habitat), o Programa CAIXA Melhores Práticas em Gestão Local foi criado no ano de 1999, com o objetivo de dar destaque, permitir visibilidade e gerar parâmetros de replicabilidade às práticas de gestão pública que se destacam no Brasil, bem como elevar ao nível internacional o conhecimento destas.

Conforme os termos acima, este trabalho teve como propósito avaliar o programa **Formação de Parcerias e Geração de Renda nas Comunidades Rurais do Município de Lontras – SC**, uma das práticas premiadas em 2001, doravante denominada de "Prática de Lontras" ou "Prática". Este estudo de caso segue o Termo de Referência elaborado pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, e o termo específico elaborado pela Universidade Regional de Blumenau – FURB, formulados no sentido de criar categorias comuns que permitissem a comparação entre as práticas, identificar as razões de êxito, bem como apontar as lições aprendidas por seus atores, traduzindo-se assim nos objetivos gerais do estudo. Seus objetivos específicos foram: a) analisar quais foram os principais impactos propiciados pela experiência; b) mostrar a configuração das parcerias construídas no decorrer do processo; c) analisar a sustentabilidade da prática por meio de suas dimensões ambiental, humana, social, econômica e institucional e; d) analisar as condições de replicabilidade da experiência.

Trabalhou-se com fontes secundárias (documentos, atas, bibliografia complementar) e primárias de dados. Estas últimas mapeadas por roteiros de entrevistas semi-estruturados e grupos focais que permitiram o aprofundamento das informações.

Em sua primeira parte, capítulo 1, este estudo descreve a gênese histórica da prática. No capítulo 2, é abordado o processo de contemplação com os recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF Infra-estrutura, seu processo de institucionalização e implementação. No capítulo 3, são apresentadas breves considerações teóricas sobre agricultura familiar, para evitar o recurso ao empirismo no estudo e contextualizar cientificamente a argumentação disposta nos demais capítulos. No capítulo 4, são analisadas as parcerias constituídas, onde se destaca o papel da Caixa Econômica Federal – CAIXA, da

Empresa de Pesquisa e Extensão Rural do Estado de Santa Catarina – EPAGRI, da Prefeitura de Lontras e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Lontras – CMDR. Neste capítulo, é contemplado ainda a questão da constituição de lideranças, fortalecimento da comunidade, gênero e inclusão social. O foco central deste estudo se dá na identificação de resultados e impactos da prática, tomando como referência oito ações descritas no PMDR – Plano Municipal de Desenvolvimento Rural de Lontras. Ao longo destes tópicos, foram incorporadas as análises relativas à temática da sustentabilidade, em suas dimensões ambiental, humana, social, econômica e financeira, e institucional. Tal estratégia de análise se deu em função da necessidade de se evitar que possíveis redundâncias entre as dimensões de sustentabilidade e as demais categorias analíticas se fizessem presentes.

Por fim, no último capítulo extraiu-se uma síntese com as principais lições aprendidas da "Prática em Lontras" e algumas considerações finais foram apontadas.

## Sumário

1- Gênese, Caracterização e Institucionalização da Prática .....	9
2- Processo de Implementação .....	18
3- Breves Considerações Teóricas .....	20
4- O Projeto Segundo as Variáveis Estratégicas de Análise .....	24
4.1- Parcerias: o papel e o desempenho das instituições parceiras .....	24
4.2- Impactos: análise e avaliação de resultados e impactos .....	30
4.3- Sustentabilidade .....	51
4.4- Liderança e fortalecimento da comunidade .....	53
4.5- Gênero e inclusão social .....	56
5- Lições Aprendidas e Conclusões .....	64
Referências Bibliográficas .....	71

## Anexos

I- Ficha de Identificação do Estudo de Caso .....	76
II- Lista de Quadros e Tabelas .....	78
III- Lista de Siglas .....	79
IV- Tabelas de Atividades de Qualificação dos Agricultores e Visitas .....	80
V- Síntese Teórica Sobre Agroindústria Tradicional e de Pequeno Porte .....	83
VI- Imagens dos Temas Tratados ao Longo do Estudo .....	85
VII- Mapa Político da Cidade de Lontras .....	87
VIII- Mapa das Associações Comunitárias de Lontras – SC .....	88
IX- Painel do CMDR e Grupos Focais com Mulheres e Jovens .....	89
X- Localização Geográfica do Município de Lontras – SC .....	90
XI- Dados Gerais do Município de Lontras .....	91
XII- Pronaf/Infra-estrutura – Lontras – SC – 1997, 98 e 99 .....	92

Responsável pelo Estudo de Caso

Universidade Regional de Blumenau

Instituto de Pesquisas Sociais – Mestrado em Desenvolvimento Regional

Endereço: Rua Antônio da Veiga 140

Cx. Postal 1507 – CEP: 89010-971

Telefone: (47) 321-0200

Fax: (47) 322-8818

E-mail: [lprim@uol.com.br](mailto:lprim@uol.com.br) / [oklinger@furb.br](mailto:oklinger@furb.br)

A cidade de Lontras<sup>1</sup>, como outros pequenos municípios brasileiros, participa de um universo político, típico da realidade política nacional. Trata-se de uma cidade pequena<sup>2</sup>, com a agenda política bastante tencionada pelas questões rurais, e cujo perfil de produção e emprego se caracteriza por pequenas unidades rurais familiares.

A experiência do PRONAF Infra-estrutura<sup>3</sup> em Lontras – SC, possui raízes profundas que se confundem com a história da construção da cidadania política<sup>4</sup> no município. Tudo se inicia no momento em que o Brasil recém havia promulgado sua constituição de 1988 e Santa Catarina, sua Lei Orgânica Estadual de 1989. Tratava-se de um instante de grandes transformações institucionais no país, favorecidas pelo espírito de redemocratização que marcou aquela época. Foi neste contexto, e tencionado pelas determinações legais constitucionais que a gestão municipal 1989-1993 criou, em 1992 o CMDR do Município de Lontras. Acredita-se que este seja o momento zero da prática, qual seja, o instante em que surge, mesmo que por um tencionamento político advindo de outras esferas de poder, o CMDR. Toma-se como momento zero por se mostrar enquanto uma iniciativa que trazia, na sua gênese, ainda como fator absolutamente exógeno o ideário da descentralização, da participação, do fortalecimento da comunidade e das famílias rurais, fatores estes, expressos no artigo 2º, da lei 749, de 1992, como mecanismos de qualificação e legitimação da política agrícola do Município. Não obstante, por não terem sido desencadeados fortemente por processos endógenos da comunidade, era mais um

---

<sup>1</sup> Verificar localização no anexo 10.

<sup>2</sup> No anexo 11 verificar dados gerais (população, estrutura fundiária e produção agrícola) do município de Lontras.

<sup>3</sup> A criação, em 1996, do PRONAF é uma conquista histórica marcante da agricultura familiar no Brasil. É a primeira e mais importante política pública diferenciada para este setor. No caso analisado o PRONAF Infra-estrutura tem como base a noção de desenvolvimento sustentável pautado em ações desencadeadas por um Plano de Desenvolvimento a ser realizado plurianualmente, numa continuidade de quatro anos e é destinado a um grupo ou comunidade organizada de forma associativa e participativa. O Pronaf atua no território catarinense, visando a promoção do desenvolvimento do segmento rural constituído pelos agricultores familiares e suas representações, de modo a propiciar-lhes o acesso aos meios de produção, o acesso ao crédito, o aumento da capacidade produtiva, a agregação de valor, a geração de empregos, a melhoria da renda e da qualidade de vida, para a consolidação do desenvolvimento rural sustentável, de forma descentralizada e participativa. (Pronaf/SC. O Pronaf e a agricultura familiar catarinense. Florianópolis, 2002, 60p.).

<sup>4</sup> Segundo Marshall (1967, p.76), cidadania é um status de diferenciação social que determina que todos aqueles que o possuem "são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao status". Por cidadania política, entende-se aqui os direitos e deveres circunscritos à participação no exercício do poder e, por conseguinte, das decisões e ações que afetam a vida de cada cidadão.

objetivo formal/legal que legítimo da política agrícola do Município. Na prática havia toda uma cultura a ser desconstruída e outra por se perfazer até que fosse possível transformar tal ideário em um referencial concreto e cotidiano. Na realidade, todo o processo de planejamento das políticas agrícolas, a definição das metas a serem seguidas era fruto, não de processos que indicassem uma opção pela "partilha do poder" decisório (Bordenave, 1992; Mantovaneli Jr, 2001), mas de práticas tecnicistas e centralistas de gestão de políticas. Portanto, pode-se afirmar que era, inicialmente um Conselho de Gabinete, criado verticalmente, sem suficiente legitimação social e que, ao menos por parte do executivo, configurou-se em termos práticos, como somente uma obrigação a ser cumprida, já que por parte de parcela da sociedade civil, como veremos logo a seguir, outras expectativas começam a se gestar.

Foi no final da gestão municipal de 1993 a 1996, portanto, em 1996 que o município foi contemplado com os recursos do PRONAF Infra-Estrutura.

Entretanto, antes da parceria entre a Prefeitura Municipal e o PRONAF Infra-estrutura, a situação da agricultura no Município de Lontras era bastante delicada. Sob o ponto de vista político, os agricultores eram dependentes da prefeitura e pouco influenciavam nas decisões que lhes afetavam, as quais, em geral eram conduzidas por critérios técnico-burocráticos ou por interesses políticos, normalmente determinados por processos e deliberações pouco discutidas e, que por vezes, refletiam interesses eleitoreiros, fisiológicos ou paternalistas. Um exemplo muito citado nas entrevistas foi o fato de, antes do advento do PRONAF Infra-estrutura o CMDR e, por extensão, os agricultores do município, não terem autonomia sobre a "patrulha mecanizada"<sup>5</sup>, embora, desde o início da década de 90 tal demanda já se fizesse presente no discurso de alguns políticos e representantes comunitários. Obviamente, tal patrulha representava um trunfo político que poderia ser usado para o bem comum como para certos tipos de favorecimentos.

Sob o ponto de vista econômico, pode-se dizer que os agricultores atuavam de forma isolada na compra de insumos no varejo com reduzido poder de negociar preços, prazos e juros, a comercialização dos produtos era realizada individualmente sem possibilidade de agregação de valor, tendo como consequência o aceleração do êxodo rural. (CAIXA, 2002, p.42). Sob o ponto de vista social, iniciativas de cooperação eram poucas e a cultura do individualismo preponderava. Ambientalmente falando, as práticas agrícolas não levavam em consideração o impacto que causavam no meio ambiente e na própria saúde do agricultor.

O Conselho foi criado em 1992, conforme o artigo 4º, da lei que o instituiu, com 14 representantes escolhidos por critérios variados pelas comunidades e por representantes de mais dez entidades do Município<sup>6</sup>. Embora fosse precoce, sob o ponto de vista do desenvolvimento da cidadania política, a estruturação do CMDR, um outro fato chama a atenção. É criado inicialmente com atribuições

<sup>5</sup> Os tratores que serviam às propriedades rurais.

<sup>6</sup> Elas eram: Câmara de Vereadores, Poder Executivo, Sindicato dos Empregadores Rurais, Cooperativa Agropecuária, Indústria e Comércio, Comissões Comunitárias de Microbacias, Associações de Agricultores, Secretaria Municipal de Agricultura, e de Órgãos Públicos Ligados à Agricultura.

consultivas, mas, por cobrança de alguns de seus membros, ainda no ano de seu surgimento, é realizada uma alteração no seu regimento e o mesmo passa a ser deliberativo. Conforme depoimento:

## DEPOIMENTO

*"[...] esse Conselho a princípio, naquela questão, ele era um conselho consultivo, aí deu um "bafafá" de lideranças e tal, ali em fevereiro, se não me engano, e lá por julho [...] eles discutiram, discutiram, e lá em meados de 92 mesmo, no primeiro ano o prefeito se viu pressionado e acabou colocando como deliberativo. Acho que foi logo no início do mandato, houveram algumas reuniões e não se entenderam. O prefeito novo que entrou [nome de prefeito] e aquele povo que estava no Conselho, acabaram não se entendendo. A comunidade escolhia como quisesse seus representantes no Conselho Municipal. Então, acordavam uma pauta referente a reunião, quem é que está a fim, quem é que não está a fim, pá e aclamavam alguém lá. Aí, aquela relação de pessoas lá, das comunidades que iam com o prefeito. Então, não importa se ele é deliberativo ou se ele não é. Isso que eu estou dizendo. Então, ele era deliberativo desde 92, lá naquela época, mas tinha uma listagem que o prefeito poderia dar veto, então, que deliberativo é esse se eu escolho os meus afiliados ou veto alguém? Eu não cheguei a levantar, em nenhuma época, a possibilidade de veto, mas, sempre o prefeito tinha a maioria, não tinha dúvidas com relação a isso".(Agrônomo, coordenador da SMDR de Lontras).*

Embora, para muitas lideranças envolvidas na criação do mesmo, bem como as que hoje participam do CMDR, este não seja um fato relevante por entenderem que o CMDR não faz e não executa leis, mas sugere, discute e delibera as ações a serem tomadas, ainda assim, acredita-se que a pressão legítima exercida para a alteração das atribuições, bem como, a conquista do pleito conferiu ao Conselho um status político diferenciado, que pode ser tomado como reflexo de uma, ainda que embrionária, cidadania política em construção. Tanto assim, que o CMDR enfrentou dificuldades no período subsequente, por atritos que se desdobraram entre as autoridades políticas de então, e este fato acabou tencionando a agenda e o resultado da eleição subsequente para a prefeitura. Por esta razão, entre 1993 e 1997, não ocorreram reuniões do Conselho. No entanto, os atritos ficaram no plano da informalidade política, com reflexos formais, entre lideranças. As desavenças não ganharam corpo Institucional, tanto que a prefeitura jamais rompeu com o CMDR, o mesmo deixou de existir ou causou qualquer outra forma de fragmentação ou distensão<sup>7</sup>. O que não significa que não tenham tido fortes repercussões, que apenas começaram a ser efetivamente superadas com o advento do PRONAF Infra-estrutura.

<sup>7</sup> Mesmo porque, havia obrigações constitucionais e/ou legais que obrigavam a sua existência

A aprovação dos recursos do PRONAF Infra-estrutura, em 1996, deu início, em 1997, ao projeto premiado pelo Programa CAIXA – Melhores Práticas, no ano 2001, denominado "Formação de Parcerias e Geração de Renda nas Comunidades Rurais de Lontras – SC: Visando o Desenvolvimento Sustentável". Este novo título subentendia toda a dinâmica propiciada pela implementação do PMDR de Lontras, abaixo comentado.

Na gestão de 1997-2000<sup>8</sup> é elaborado o PMDR de Lontras-SC, cuja implementação contribuiu decisivamente no processo de transformação, ora em trânsito, da cultura política local e da cultura de produção do meio rural, ao menos no que tange às questões da agricultura familiar. Não obstante, um outro aspecto também foi decisivo na opção pela busca de recursos e alternativas para o meio rural. Trata-se de uma situação de descrença na viabilidade econômica futura do setor rural em Lontras, que motivou um conjunto de iniciativas para a superação do quadro vislumbrado por diversos atores sociais. Tal descrença é diagnosticada no PMDR, onde se configurou o entendimento de que a pequena agricultura familiar, muito importante em Lontras, representa um modo de produção e de vida bastante tencionado na conjuntura socioeconômica e política de então, face à competitividade predatória definida pelo processo de globalização e os valores que ainda hoje o perfazem.

Seguindo a motivação do PRONAF Infra-estrutura, em 1998, com o apoio do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina – SEBRAE-SC, foi elaborado também, pela Prefeitura Municipal, o Plano de Desenvolvimento do Município de Lontras – PDML, que estruturou um diagnóstico multissetorial para o município buscando a reestruturação econômica do mesmo. Neste processo o meio rural é assim referenciado:

"A produção e a produtividade agrícola têm, contudo, diminuído sistematicamente a cada safra. O uso de tecnologia ultrapassada, o uso e o manejo inadequado do solo e a baixa capacidade administrativa são apontados pelos técnicos da EPAGRI e da Prefeitura Municipal de Lontras como fatores desta queda de rentabilidade, que leva os agricultores a se descapitalizarem e a se manifestarem, como observado na pesquisa rural do PRODER, descrentes sobre a viabilidade econômica futura do setor rural.

Reclamam-se investimentos maciços na modernização tecnológica e na capacitação administrativa da família rural e a Prefeitura Municipal de Lontras, através de convênio com o PRONAF, no valor global de R\$279.760,00, para o ano de 1997, tem procurado cumprir estas necessidades". (Lontras, 1998, p. 37).

Pode-se dizer que o PRONAF Infra-estrutura oxigenou a política, a sociedade, e a economia rural de Lontras contribuindo para ampliar a motivação destes atores. Neste sentido, ainda que não seja o marco zero, o PRONAF Infra-estrutura foi um divisor de águas na história da agricultura do Município e motivou transformações importantes, de consciências, de práticas produtivas, modelos de gestão política em nível local e cujas peculiaridades, seja do ponto de vista político, econômico, político, social e ambiental pretende-se demonstrar ao longo deste estudo.

---

<sup>8</sup> Elaborado em 1997 para implementar as ações do PRONAF Infra-estrutura.

**Aspectos institucionais:**

A elaboração do PMDR lança as bases para o que, futuramente viria a ser o esvaziamento político do CMDR e o lançamento de uma nova arquitetura Institucional. Não uma estrutura com legitimidade democrática, mas uma estrutura legal. Neste encaminhamento a estratégia de ação fundamental foi o necessário envolvimento das entidades organizadas do setor agropecuário, da escolha à realização das obras. Assim sendo, condicionada por uma exigência do próprio PRONAF Infra-estrutura, foi criada, mas não imediatamente instituída, a figura do CMP – Conselho Municipal do PRONAF. Sua criação se deu após inúmeras reuniões com os representantes das comunidades rurais. Concomitantemente, foi criado um 'grupo tarefa' que tinha como responsabilidade sistematizar as sugestões levantadas e repassá-las para os técnicos elaborarem o PMDR. Estas atividades culminaram em uma assembléia com os agricultores, que discutiu e aprovou unanimemente as metas para o quadriênio 1997-2000 (Lontras, 1997). A configuração inicial, proposta no PMDR e depois estabelecida em lei, sobretudo quanto aos objetivos gerais e aos valores democráticos no CMP refletia, em parte, o que estava descrito na lei no.749, de 1992<sup>9</sup>, com várias adequações aos novos propósitos, uma configuração mais enxuta que o CMDR e inovando ao garantir que um representante das associações comunitárias criadas terá o direito de ser conselheiro. Era a seguinte:

<b>Quadro 01</b> <b>Configuração do CMP proposta PMDR e institucionalizada em lei.</b>	
<b>CONFIGURAÇÃO DESCRITA NO PMDR</b>	<b>CONFIGURAÇÃO ESTABELECIDA NA LEI Nº 1031/97</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Presidente: Prefeito Municipal</li> <li>■ Relator: Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural, Agricultura e Meio Ambiente</li> <li>■ Tesoureiro: Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural</li> <li>■ Assessoria Técnica: Indicada pelo Prefeito</li> <li>■ Conselheiros:               <ol style="list-style-type: none"> <li>1- Presidente do Sindicato dos trabalhadores Rurais</li> <li>2- Membros do CMDR, indicado por seu presidente</li> <li>3- Presidente da APILO – Associação dos Piscicultores de Lontras</li> <li>4- Presidente da ALAPI – Associação Lontrense de Apicultores.</li> </ol> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Presidente: Prefeito Municipal</li> <li>■ Vice-Presidente: Pres. da Câmara Municipal</li> <li>■ Relator: Coordenador da SMDR de Lontras</li> <li>■ Tesoureiro: Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (C.M.D.R.)</li> <li>■ Assessoria Técnica, de nível superior, com graduação em área afim: Indicada pelo Prefeito Municipal</li> <li>■ Conselheiros:               <ol style="list-style-type: none"> <li>1- Presidente do STR de Lontras</li> <li>2- Presidente da APILO</li> <li>3- Presidente da ALAPI</li> <li>4- Membros do CMDR, indicado por seu presidente.</li> </ol> </li> </ul>
<p>Fonte: Extraído da Legislação Municipal de Lontras – SC.</p>	

<sup>9</sup> Que instituiu o CMDR.

Neste exercício Institucional oriundo do PMDR, percebe-se que há uma simbiose na nova estrutura em formação, que não desconsidera o CMDR. Pelo contrário, o valoriza politicamente no CMP<sup>10</sup>. Entretanto, em termos práticos, o CMP não saiu do papel até 1999.

Finalizado o PMDR em agosto, ao final de 1997 chegaram os recursos e em 1998 as ações começaram a ser implementadas pela prefeitura, sem que ainda estivesse formalizado e atuante o CMP . O que significava isto? Significava que este tipo de encaminhamento das ações, não apenas redundava em mais uma prática administrativa centralizada como gerava certa angústia nos técnicos que conheciam outras experiências relacionadas com o PRONAF Infra-estrutura, cujas razões de insucesso em muito se encontravam numa lógica de descompromisso entre a sociedade civil e o poder do Estado (Brito e Esteves, 2002). Conforme depoimento do agrônomo, coordenador da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, Agricultura e Meio Ambiente – SMDR:

## DEPOIMENTO

*"Eu tava angustiado justamente por essa questão. Nós estávamos começando a construir obras físicas e eu não estava observando a forma que essas obras iriam acabar se tornando efetivamente ações de desenvolvimento. Porque os agricultores não tinham participação com essas ações e acabaria sendo uma ação da prefeitura, que a prefeitura ia ter que sustentar, que teria que colocar pessoas, empregados e tal. E não sei se é bem essa a função da prefeitura."(Agrônomo, coordenador da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, Agricultura e Meio Ambiente – SMDR).*

Em um certo sentido, esta situação se perpetuou até a metade do ano de 1999, quando então, por questões políticas, o secretário da agricultura é destituído de suas funções. O cargo permanece vago e um técnico da área de extensão rural da prefeitura é convidado para ser o novo secretário. Não concordando com a forma como se dava a dimensão política do cargo, concorda em assumir o posto como coordenador e animador da equipe de extensão rural sob algumas condições. A partir deste momento, começa a ser gestada uma política de estímulo ao associativismo por parte da equipe que geria o PRONAF Infra-estrutura.

A opção por esta política não se deu de modo direto. Em primeiro lugar, foi negociado com o prefeito um caminho de estímulo para tal iniciativa e o agente catalizador, junto às comunidades, seria os tratores da patrulha mecanizada da prefeitura. Ao lado disso, uma exigência do coordenador para que os tratores fossem colocados sob a alçada da secretaria de obras, pois considerava que a agricultura não deveria ficar negociando com tratoristas e marcando horas de trator

<sup>10</sup>Na verdade ele parecia estar sendo desconsiderado ou protelado pela própria existência do CMDR, mas tudo indica que tal discussão ou diferenciação nunca foi levantada.

com agricultores. Tratava-se, ao mesmo tempo de resgatar uma demanda antiga de parte da comunidade, mas como estratégia para algo mais significativo a ser construído. Uma lógica de política compromissada e participativa. (Mintzberg, 1992).

Assim sendo, tudo se iniciaria conferindo viabilidade econômica no uso dos equipamentos da patrulha mecanizada (pois esta não atendia a todos os agricultores e acumulava prejuízos financeiros) permitindo a seguir um outro direcionamento à gestão do setor agrícola, conduzida pela prefeitura.

O prefeito de então, em seu terceiro ano de mandato, aceitou a proposta dando um efetivo voto de confiança, ainda que sob o ceticismo dos agricultores tradicionais do município e de alguns técnicos da extensão rural, que apenas aderiram integralmente à idéia, sobretudo a dos tratores, na medida em que tudo foi se viabilizando positivamente. A proposta era desencadear uma iniciativa que propiciasse outras repercussões. O interessante é que, neste momento, o ceticismo também era um ingrediente político e cultural do universo simbólico do agricultor. Um sujeito pragmático e desconfiado, em especial, em relação ao poder público, preocupado com seu cotidiano, com sua unidade de produção familiar. Não considerava importante investir seu tempo para "*idealizar associações*". Era necessário um argumento capaz de responder às perspectivas imediatistas e instrumentais destes, para construir algo que viesse a permitir outras transformações. Nas palavras do próprio agrônomo, coordenador da SMDR:

## DEPOIMENTO

*"Aí, eu disse o seguinte, ponto chave do negócio, o nosso argumento vai ser o trator, entendeu? O argumento vai ser os tratores, mas, nós vamos defender a questão ambiental, nós vamos defender a questão cultural, nós vamos defender a questão social, nem que seja a posteriori, nem que nós tenhamos que usar o argumento do econômico inicialmente pra depois..."* (Agrônomo, coordenador da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, Agricultura e Meio Ambiente – SMDR).

Assim, tomando o mapa político da cidade<sup>11</sup>, considerando as questões étnicas, religiosas, culturais, a partir das dezessete comunidades do município foram criadas sete regiões. Foram feitas vinte e nove reuniões em todo o município, entre setembro e novembro de 1999, e as regiões sediaram a criação de oito Associações Comunitárias.

<sup>11</sup>O termo "Mapa Político", na linguagem dos técnicos da SMDR de Lontras significa a distribuição geográfica das comunidades, segundo aspectos de organização comunitária com unidades geográficas bem definidas. A referencia inicial para a elaboração do mapa das associações comunitárias foi o mapa das microbacias hidrográficas de Lontras. Ver relação dos mapas no anexo oito.

As Associações Comunitárias passaram a fazer parte do CMP, nos termos da lei, que coexistiu com o CMDR, entre 1997 e 2001, quando ambos foram unificados. Mais adiante este assunto será retomado.

O projeto de se criar uma estrutura participativa que qualificasse progressivamente a cidadania dos agricultores era considerada de difícil viabilidade nas condições em que se configurava o antigo CMDR, suas crenças particularistas, fisiológicas e patrimoniais. Neste sentido, o CMP foi uma estratégia Político-Institucional para a viabilidade de um projeto de democratização da gestão das questões agrícolas do Município de Lontras. De fato, ocorreram ações que favoreceram valores como a participação, a descentralização, a representatividade legítima, a fiscalização, a produção e a produtividade. Em 2001, com pouco mais de dois anos de atividade e já com um direcionamento em renovação é concretizada a fusão através da lei, nº 1274, de 28 de fevereiro de 2002, que institui o novo e atual CMDR. Neste, passou a prevalecer o regramento e a lógica de gestão do CMP, com uma dinâmica regular de encontros e/ou reuniões, maior legitimidade e eleição dos representantes das associações, participativo, descentralizado e com poder deliberativo.

Interpretando a não aceitação do técnico ao cargo de Secretário da Agricultura, pode-se dizer que foi uma negativa ao que poderia significar as incumbências de tal cargo, que vinha recheado de um conjunto de determinações de uma cultura político-administrativa que, de algum modo, deveria ser ponderada e redimensionada.

## DEPOIMENTO

*"[...] nós tínhamos que criar uma forma da comunidade ser representativa porque fazer uma reunião na comunidade para que uma pessoa, porque aí, normalmente, não é alguém que representa a comunidade, é alguém que consegue calar os outros. Essa pessoa vai ser o representante daquela comunidade. Será que lá no Conselho ela vai representar a comunidade dela, ou vai representar a ela, aos interesses dela? Então, nós tínhamos que formar uma estrutura que fosse legalmente viável, com estatuto, hoje as associações tem estatuto, ela tem personalidade jurídica e ela tem que cumprir toda aquela tarefinha lá.."(Agrônomo, coordenador da SMDR).*

Logo a seguir, será descrita a estrutura atual do novo CMDR.

No presente, o entendimento que prevalece é o de que todas as decisões relativas ao desenvolvimento rural do município se dão no CMDR, que se reúne mensalmente ou, quando necessário, são realizadas reuniões extraordinárias. Nesse sentido, essas lideranças destacam que, se o Conselho for de fato representativo e participativo vai fazer valer a vontade da maioria dos agricultores do Município de Lontras<sup>12</sup>.

<sup>12</sup>Deste tipo de opinião pode-se depreender que, de fato, em seu cotidiano o CMDR não viveu ainda uma situação em que fosse relevante a questão da diferenciação de status entre consultivo e deliberativo. Tocar neste assunto é trabalhar com hipóteses ou com situações "em tese", o que parece ser mais um hábito da academia do que do cotidiano rural.

A implementação do PRONAF Infra-estrutura trouxe à tona uma concepção de projeto local, de capacidade e potencialidade endógena<sup>13</sup>, de revalorização dos sujeitos locais da política. O que indubitavelmente foi um avanço ante a lógica tecnicista e a acomodação paternalista vigente por muitos anos. Merece destaque o fato de que a progressão da qualificação dos atores presentes no CMDR pode ser observada nas próprias atas de reuniões, onde fica latente que, nos primeiros encontros, poucas eram as intervenções, que gradualmente se intensificaram e passaram a contemplar aspectos qualitativos da gestão das políticas a eles circunscritas.

---

<sup>13</sup>Típica, ainda que num certo sentido embrionário, da abordagem de ecodesenvolvimento proposta em Sachs (1986). O que não significa, necessariamente que o que se propunha em Lontras era um projeto rural ecodesenvolvimentista, mas que trazia em seu âmago a presença de uma iniciativa que considerava novos atores locais como sujeitos importantes e necessários. Aspectos estes, que são ingredientes fundamentais, embora não totais, de políticas de ecodesenvolvimento.

Como já foi descrito anteriormente, o processo de implementação da "Prática em Lontras", contou com dois momentos. Em um primeiro instante, sem a estruturação do CMP, portanto, com o processo administrativo ainda incipiente do ponto de vista da participação associativa, mas em que a Prefeitura já implementava ações e obras. O segundo, com a arquitetura Institucional bem sucedida, hoje vigente. Assim, o novo CMDR nasce influenciado pelas determinações do PRONAF Infra-estrutura com o objetivo de:

"[...] garantir e fortalecer a participação das comunidades rurais através dos produtores e suas famílias, entidades representativas das comunidades rurais, bem como organizações governamentais e não-governamentais que atuam junto à família rural, na tomada de decisões, quanto às questões relacionadas a melhoria de vida das famílias rurais" (Lontras, 2002).

Nesta conjunção de obrigações e direitos, a participação na formulação, implementação, fiscalização e avaliação das políticas rurais, com emissão de pareceres e relatórios sobre obras, o relacionamento com outros conselhos e organização (cooperação) e a legitimação dos atores passam a ser preocupações importantes expressas desde o mandato legal do Conselho. A lei não entra no mérito sobre o caráter consultivo ou deliberativo do Conselho.

Conforme descrição da lei vigente o atual CMDR conta com a seguinte estrutura, vinte e dois membros, sendo que dentre estes figuram três Associações Municipais<sup>14</sup>, e oito Associações Comunitárias, que poderão ser ampliados em conformidade com a dinâmica legal de criação de novas associações. Merece destaque a diferenciação que os membros do CMDR fazem, entre Municipais e Comunitárias: pode-se dizer que, segundo os depoimentos, a diferenciação está nos objetivos das mesmas, ou seja, enquanto as Comunitárias têm base espacial definida e se constituíram para representar aquele grupo espacialmente circunscrito, as Municipais têm um grau de interface transversal e seus associados pertencem também a diversas outras comunidades, sendo que, no que tange à ALAPI, há um outro particular, o fato que dela participam associados de vários municípios. A sua Plenária é o órgão máximo de deliberação e, segundo seu regimento, o Conselho se reúne ordinariamente todo mês. Conta também com uma diretoria executiva, mais enxuta, eleita pela plenária para dois anos de mandato, com possibilidade de reeleição. São membros do CMDR:

---

<sup>14</sup>São elas a APEPA, a ALAPI e a APILO.

**Quadro 2**  
**Estrutura CMDR unificado e estrutura diretoria executiva**

ATUAL CMDR	DIRETORIA EXECUTIVA
I. Prefeito Municipal	a) Presidente de Honra – Prefeito
II. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores	b) Presidente Executivo
III. Secretário Municipal do Desenvolvimento Rural, Agricultura e Meio Ambiente	c) Primeiro Secretário
IV. Assessoria técnica (com formação na área afim).	d) Segundo Secretário
V. Representante da EPAGRI ou outro órgão da extensão rural, a nível estadual.	e) Primeiro tesoureiro
VI. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais	f) Segundo tesoureiro
VII. Presidente da Associação dos Piscicultores de Lontras – APILO.	g) Coordenador Técnico
VIII. Presidente da Associação Lontrense dos Apicultores – ALAPI.	
IX. Presidente da Associação Comunitária de Dona Paula – ACDP.	
X. Presidente da Associação Comunitária de Ribeirão Pinheiro – ACORP.	
XI. Presidente da Associação Comunitária de Cotias e Pomerana – ACCOP.	
XII. Presidente da Associação Comunitária de Concórdia – ACCO.	
XIII. Presidente da Associação Comunitária de Lontrinhas – ACOL.	
XIV. Presidente da Associação Comunitária de Margem Esquerda – ACOM.	
XV. Presidente da Associação Comunitária de Alto Subida e Atafona – ACOAS.	
XVI. Presidente da Associação Comunitária de Ribeirão do salto – ACORS.	
XVII. Presidente da Associação Comercial, Industrial e agrícola de Lontras	
XVIII. Representante da Cooperativa Regional Agropecuária do Vale do Itajaí – CRAVIL	
XIX. Dois representantes dos jovens rurais	
XX. Representante da Associação dos Pequenos Produtores Agroartesanais de Lontras – APEPA.	

Fonte: Informações extraídas da lei nº 1274/2002

Portanto, o CMDR em parceria com o poder executivo (embora, um Conselho Municipal seja uma extensão legal do mesmo) é a unidade gestora do PMDR. As Instituições parceiras e principais beneficiários fazem parte da estrutura formal do Conselho, mas vale destacar que as associações cumprem papel importante no que tange à informação em suas bases e nos *inputs* propiciados ao Conselho e ao executivo. Uma das inovações desta estrutura institucional é uma certa capilaridade quase em rede, propiciada pelo fato de existirem agricultores que fazem parte de mais de uma Associação, transversalmente, como aqueles que, por exemplo, produzem mel, ou peixe, e ao mesmo tempo contam com a representação de suas comunidades, o que significa uma representação ao mesmo tempo espacial e setorial.

Ao longo do texto, serão sintetizados os principais desafios e suas estratégias de superação, os aspectos vitoriosos da experiência e os pontos, que na opinião da equipe de pesquisa merecem reflexão e possíveis aprimoramentos.

**Características gerais da agricultura familiar**

Segundo Wanderley (1999, p.25), a agricultura familiar é entendida como aquela, no qual a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume a força de trabalho no estabelecimento produtivo. Este caráter familiar não é um mero detalhe, pois o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem conseqüências fundamentais para a forma como ela se define econômica e socialmente<sup>15</sup>.

O sistema de produção, fundamentado na policultura-pecuária é considerado o modelo tradicional de produção camponesa e é conceituado como uma sábia combinação entre diferentes técnicas que articulam grande número de atividades agrícolas e de criação animais (Wanderley 1999, p. 26). Este modelo, por uma série de fatores é considerado de grande eficiência, no entanto, ele não é o suficiente para eliminar a fragilidade da agricultura camponesa, nem impede a emergência de grandes crises na agricultura. Sua função é proteger a agricultura familiar dos grandes riscos oriundos da instabilidade da agricultura.

Quanto à organização do trabalho na unidade de produção familiar Tepicht, citado por Wanderley (1999), nos mostra que o campesinato organiza o seu trabalho levando em conta dois fatores: a força de trabalho da família e o ritmo e a intensidade do trabalho exigido ao longo dos anos, procurando equilibrá-los entre si, para conseguir manter o seu padrão de reprodução social. Este sistema é integrado por uma série de outras situações, como por exemplo, a contratação de mão-de-obra externa à unidade de produção, a pluriatividade, entre outros.

É preciso lembrar que este sistema de produção agrícola funciona a partir de *"um trabalho intensivo, que só os membros da família se dispõem a aceitar; por outro lado, a multiplicidade de tarefas que ele implica requer muita leveza na organização do trabalho, da mesma forma que uma grande diversidade de competências."* (Jollivet, citado por Wanderley, 1999, p. 27) O que obriga o camponês a responsabilizar-se individualmente por sua produção, desenvolvendo sobre si mesmo uma rigorosa

---

<sup>15</sup> Agricultura familiar é um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares. A agricultura camponesa tradicional é uma das possíveis formas desta agricultura. No que diz respeito às suas experiências de sociabilidade, aos objetivos de sua atividade econômica e a sua forma de inserção na sociedade global, a agricultura camponesa tradicional é caracterizada por particularidades que a diferenciam em muito de outras formas de agricultura familiar.

disciplina permeada de detalhes minuciosos sobre as tarefas que precisa cumprir. Compreende-se, portanto, que não se trata necessariamente de um determinismo individualista interagindo sobre a subjetividade do camponês, mas sim, de várias necessidades técnicas que lhe exigem disciplina e rigor. Pois os planejamentos do projeto, do programa de trabalho dependem única e exclusivamente dele.

Depreende-se deste fato, que na família produtora há um gerenciamento da produção/penosidade do trabalho, ligado diretamente às necessidades de consumo da família. Esse "gerenciar", passa por uma avaliação subjetiva dos membros engajados no grupo familiar, que está ligado necessariamente à auto-exploração versus consumo. Com o desenvolvimento de maquinário tecnológico na agricultura, pode-se pensar que a penosidade do trabalho agrícola diminui, no entanto, deve-se levar em conta o comprometimento psíquico que agora é exigido de outra forma, possivelmente mais intensamente, gerando pressão psicológica e estresse. Desta forma, todo investimento em recursos materiais e de trabalho está atrelado nesse projeto de futuro.

O horizonte das gerações é outra característica importante na dinâmica das interações da família agricultora. Está vinculado à idéia de projeto de vida para o futuro e assim à sua continuidade. É formado por uma cultura própria, com tradições consolidadas em regras de herança, de parentesco e formas de vida local específicas, sendo a vida em comunidade produtora de interconhecimentos mútuos que regem as suas relações sociais.

A propriedade da terra assume importância vital para as sociedades camponesas. Por isso, as lutas agrárias são demarcadas sempre pela libertação da servidão de não possuir terra para trabalhar. O que define a agricultura familiar como camponesa não é apenas o fato de, normalmente e majoritariamente, ela ser pequena, mas sim, todo um conjunto próprio de relações internas e externas à unidade familiar de produção. A escassez de recursos para potencializar suas forças produtivas, sem dúvidas, é uma das suas principais características. (Wanderley, 1999) Na atual agricultura familiar moderna, os agricultores se profissionalizam e interagem plenamente à sociedade globalizada. O patrimônio sociocultural é transmitido dos pais para os filhos, caracterizando a continuidade geracional.

Segundo Wanderley (1999), o modelo agrário brasileiro é dominado econômico, social e político pela grande propriedade. Esta se impôs como modelo socialmente reconhecido e foi historicamente privilegiada com os recursos da política agrícola, com os quais se modernizou. No Brasil, a pequena agricultura familiar sempre foi discriminada e ocupou lugar de subalternidade. Quando comparado aos agricultores de outros países, o brasileiro foi historicamente bloqueado, ficando impossibilitado de desenvolver suas potencialidades como forma específica de produção<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> A história do campesinato brasileiro é demarcada constantemente pela luta para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade. Diferenciando-se da estrutura européia, a pequena agricultura brasileira se constitui sob a égide da precariedade estrutural, que a impossibilitou de desenvolver todas as suas potencialidades de produção e de vida social.

A instabilidade das situações vividas é outra característica importante. Os agricultores familiares lutam por uma melhor forma de acesso ao mercado e, majoritariamente, são derrotados nesta tentativa. Então, a parceria passa ser a única solução para a sua permanência no campo. A capacidade de reprodução da unidade familiar de produção é uma das lutas mais importantes dos agricultores no Brasil. Tal fato chega a levá-los à extrema mobilidade social e na busca da fronteira agrícola emerge a expectativa de dar a cada filho seu próprio estabelecimento agrícola. As principais características do campesinato brasileiro são em sua origem: a pobreza, o isolamento, a produção centrada na subsistência mínima e a extrema mobilidade espacial. (Wanderley, 1999). Pois, apesar de ser responsável pela maioria dos estabelecimentos agrícolas do Brasil (Kageyama e Bergamasco, 1989) e de estar em constante transformação, a agricultura familiar necessita se adaptar às exigências da agricultura moderna para não se extinguir. (Wanderley, 1999, p. 52 e 53).

Chayanov elabora uma compreensão política sobre a agricultura familiar, a qual explicita as conexões desta com as transformações sociais. Segundo Wanderley (1998), a agricultura familiar é regida por dimensões que a obrigam operar em redes diferentes (não isoladas) daquelas utilizadas pela unidade de produção capitalista. Na agricultura familiar, a produção é realizada pelo proprietário dos meios de produção. Pois, é através de suas atividades laborais que se aciona o capital envolvido no processo de produção. Ou seja, no processo de produção agrícola realizado pela agricultura familiar não cabe a extração e apropriação do trabalho alheio, não cabe a mais-valia. Esse agricultor, portanto, em seu labor realiza esforços mentais e físicos. O que o difere radicalmente do capitalista, cujo planejamento do trabalho é sempre realizado por outros.

Além do que, no capitalismo, o lucro obtido com a produção é separado em parcelas autônomas e particulares – divide-se tanto trabalho e capital, como dinheiro em salários, e assim novamente: mais-valia. Fragmentações impossíveis de se realizar com a agricultura familiar. Ou seja, na agricultura familiar “[...] o resultado da produção constitui um rendimento indivisível, do qual é impossível separar o que foi gerado pelo trabalho, pelo investimento do capital ou como renda da terra”. (Wanderley, 1998, p. 32). Assim, o agricultor necessita definir estratégias que denominem o grau e a intensidade da auto-exploração da força de trabalho, o que será avaliado subjetivamente nessa família. Estes são os principais aspectos da morfologia interna das unidades de produção agrícola, o que a contextualiza na complexidade do meio histórico com grandes diferenças do campesinato tradicional, e do próprio capitalismo (Heiden e Miranda, 2002).

E assim, da mesma forma que o capitalismo elabora, a cada dia, tecnologias de sobrevivência, a agricultura familiar também procura se articular com as novas demandas socioeconômicas. Um exemplo disso é a verticalização da agricultura. Ou seja, para resistir ao capitalismo, o agricultor utiliza-se da estrutura de conexões desse sistema, que acaba por lhe proporcionar os riscos e as incertezas de uma empresa. Em vários países capitalistas, as cooperativas operam num modelo resistência/adaptação e, ao mesmo tempo, fornecem mercadorias à sociedade

capitalista e utilizando-se disto como arma de sua sobrevivência. Mas, Chayanov não pretendia somente estabelecer mediante a cooperação os mecanismos de subordinação da agricultura e, da produção familiar em particular. Ele propôs a constituição de uma nova estrutura social através de uma inédita proposta de cooperativa: a construção do socialismo se daria pela preservação da herança camponesa (ou modo de funcionamento interno da agricultura familiar, como vimos acima) e a autocoletivização (sem pressão externa).

Vive-se num país onde – segundo Wanderley (1998) – existem 3.691.408 unidades de produção familiar, dados correspondentes a nada menos que 71,6% dos empreendimentos agrícolas deste país. Desta forma, faz-se de fundamental importância social e econômica o reconhecimento destes sujeitos como principais produtores dos alimentos que consumimos. Pesquisá-los, aprofundando a investigação e o conhecimento sobre suas diferenças é mais que uma necessidade científica, é um dever social. Contudo, se assim for, poderemos elaborar tecnologias que acionem maior eficiência no setor agrícola. O que permitirá, finalmente, a superação da agricultura extensiva, a diminuição das dificuldades, e por consequência, o êxodo deste trabalhador do campo.

Assim, falar de agricultura familiar é falar de possibilidades. É dizer de um instrumento, cuja colaboração ao desenvolvimento sustentável se faz, cada vez mais, através da agregação de valores aos produtos agrícolas. *"Esse instrumento toma importância no momento em que se discute um novo papel para o meio rural, não mais visto apenas como produtor de matéria-prima agrícola, mas principalmente por revigorar uma longa tradição de transformação dos colonos na região Sul do Brasil."* (Flach & Marchioro, 2000, p. 103)

Fazer do meio rural algo além da matéria-prima; transformar o papel cristalizado, fragmentado e excludente dado ao campo em tecnologias políticas de resistência e criação, aceitar, definitivamente, a agricultura familiar como a principal fonte de produção agrícola do país parece ser os desafios de todos que lutam para construir um novo modelo de desenvolvimento, descentralizado e sustentável socialmente, economicamente e ambientalmente.

No anexo seis, é correlacionado a partir do quadro 06, as forças que nos cercam em duas instâncias da agricultura, que são diferenciadas pela sua forma de funcionar e pela sua função na sociedade. Nesta tabela mostra-se que a agroindústria rural de pequeno porte pode/deveria reverter a situação social e econômica provocada por um modelo de desenvolvimento concentrado, num contexto cujo meio rural seja capaz de oferecer oportunidades de empregos, geração de renda e qualidade de vida. O desafio é construir alternativas e instrumentos capazes de promover o desenvolvimento sustentável. Esta lógica credencia o meio rural como local propício, pois gera emprego e por consequência renda mais barata do que qualquer outro setor da economia. (Flach & Marchioro, 2000, p. 107).

## 4

# O Projeto Segundo as Variáveis Estratégicas de Análise

### 4.1 Parcerias: o papel e o desempenho das instituições parceiras

As referências apresentadas no dimensionamento dos resultados e impactos de uma política pública, sobretudo, ao se considerar o mapeamento dos objetivos e das expectativas que alimentaram a 'Prática' em questão, como aqueles que serão descritos e analisados logo adiante, neste estudo, são determinantes e ao mesmo tempo reflexos da mobilização dos atores, que lhe deram vida trazendo implicações no campo Institucional, como aquelas que fazem existir a idéia de "parceria" ou ainda de cooperação, de participação, co-produção ou todo conceito que tenha como questão de fundo a soma de esforços para a consecução de propósitos, seja de atualização pessoal como de maximização da utilidade de aspectos econômicos, materiais, políticos, entre outros (Ramos, 1989; Salm, 2001; Rosa, 1989). Neste estudo, tais questões são abordadas sob o conceito de "parceria". No capítulo será analisado se houve significativo aproveitamento do potencial de parcerias mobilizáveis para a realização da Prática, procurando compreender em que nível se deu o aproveitamento das parcerias identificáveis e como evoluiu este quadro Institucional.

Para analisar o aproveitamento do potencial mobilizável, dois passos são importantes. Primeiro, descrever os atores e suas formas de envolvimento, para, em seguida, identificar as possibilidades potenciais e implementadas. Estes dois passos, serão abordados ao longo da análise de cinco arranjos Institucionais<sup>17</sup>, que, do ponto de vista da constituição de parcerias foram interpretados como relevantes. São eles, a relação entre a CAIXA e a Prefeitura. A relação entre a EPAGRI, a Prefeitura e o CMDR. A relação de comprometimento dos técnicos com o PMDR e a qualificação técnica dos mesmos. O relacionamento extra-associativo e intra-associativo.

Quando foi enviado o projeto inicial, este solicitava R\$ 4.000.000,00 para o município. O processo voltou em diligência com a solicitação que fosse reestruturado e os valores alterados. Desta feita foi remetido com a solicitação em torno de R\$ 1.000.000,00, quando, então, veio a ser contemplado pela aprovação

<sup>17</sup> Sampaio (1996, p. 03) conceitua arranjos Institucionais a partir da leitura de Fox (1974), como "*conjunto de inter-relações de entidades e normas legislativas que têm a finalidade de organizar as atividades societárias de modo a alcançar objetivos sociais (...), ambientais e econômicos.*"

de recursos, que entre os valores concedidos pelo PRONAF Infra-estrutura e as contrapartidas se consubstanciaram no montante de R\$483.495,44. Deste total 84,4% pela CAIXA; 11,9% pela PML e 3,7 pelas Associações Comunitárias<sup>18</sup>. Neste instante entra em cena um dos atores estratégicos, que foi a CAIXA, representada pela equipe técnica do Município de Blumenau. Esta parceria, por se tratar da primeira efetivamente estabelecida após a aprovação do PRONAF Infra-estrutura, trata-se, não apenas de uma experiência extra-associativa, mas de um ator social importante para a “Prática”, que travou um diálogo qualificado entre seus técnicos, as comunidades rurais, a Prefeitura e a EPAGRI, a ponto de ter estado inclusive envolvida nas etapas de campo do próprio processo de fomento associativo, em Lontras. Embora o papel da CAIXA seja o de simplesmente fiscalizar a aplicação dos recursos no que tange ao cumprimento dos objetivos, considera-se que na experiência do Município de Lontras, seu papel extrapolou positivamente esta expectativa. Se nos utilizarmos, por exemplo, da metáfora de uma orquestra, a CAIXA foi, ao mesmo tempo, o primeiro maestro e apresentou a primeira pauta da canção que uma equipe de músicos, que em nenhum momento apresentaram-se juntos, deveriam executar. Partiu da compreensão de que os objetivos do PRONAF Infra-estrutura incorporavam uma noção de desenvolvimento rural da qual o desenvolvimento associativo, a participação democrática dos agricultores por meio da cultura do planejamento, da criação de Conselhos Municipais e do Associativismo, além das questões relativas à infra-estrutura pública para as comunidades rurais, como um fator de redução dos riscos do crédito rural de maneira geral<sup>19</sup>. Ou seja, em geral, compete a CAIXA acompanhar a correta aplicação dos recursos, o que não significa necessariamente garantir que as 'Práticas' sejam bem-sucedidas em todos os quesitos que propõem. Na realidade é considerado fator de êxito o simples fato do efetivo cumprimento daquilo que está descrito. Neste aspecto o município de Lontras se destaca por ter ido além, sobretudo, comparado a outras experiências, conforme nos relatou o gerente de mercado da CAIXA da cidade Blumenau – SC. A equipe de Blumenau, percebeu que a sua simples presença em dado momento e em outros, o estímulo que poderia propiciar aos atores, seria capaz de qualificar positivamente a “Prática”. Neste aspecto merece destaque a atuação da técnica social da CAIXA Blumenau. A CAIXA se portou não como um ente burocrático e fiscalizador do crédito concedido, mas efetivamente um agente de desenvolvimento. Em outras palavras, trouxe em sua bagagem um grande bônus de credibilidade representado pelos recursos que ela repassou ao município, bem como, o conhecimento técnico dos parâmetros de implementação do PRONAF Infra-estrutura e ainda, a prerrogativa de fiscalizadora do processo de implementação do mesmo. Poderia somente cumprir o ritual formal de suas atribuições, o que seria mais cômodo diante da cultura política existente no início da “Prática em Lontras”. Entende-se que a CAIXA, a equipe da cidade de Blumenau, por sua postura ética e comprometida, foi uma parceira fundamental.

---

<sup>18</sup> Vide Tabela 03 em anexo um.

<sup>19</sup> Vale lembrar que os recursos do PRONAF foram concedidos a fundo perdido.

<sup>20</sup> Quando se fala em prefeitura, entende-se basicamente o Gabinete do Prefeito e a SMDR de Lontras.

No que tange ao relacionamento entre a EPAGRI, a Prefeitura<sup>20</sup> e o CMDR, o que as observações e entrevistas demonstraram, ao longo da pesquisa, é que foi um dos exemplos mais promissores da “Prática”. O relacionamento estritamente definido entre a Prefeitura e a EPAGRI não necessariamente é positivo por questões relacionadas à “Prática”, já que tudo indica que havia um bom relacionamento entre estes entes, mesmo antes da aprovação do PRONAF Infra-estrutura. Entretanto, a implementação do PMDR permitiu um patamar de aprofundamento da integração e da confiabilidade entre estes órgãos e, inicialmente com o CMP e, posteriormente, com o novo CMDR. Nos municípios do Estado de Santa Catarina, em geral, a prefeitura oferece um espaço físico para o funcionamento de um escritório da EPAGRI. Contudo, normalmente este espaço não se confunde com o espaço das Secretarias de Agricultura. Na cidade de Lontras, o fato dos técnicos da Secretaria (um total de cinco) e da EPAGRI (um total de três) compartilharem o mesmo espaço, permitiu um grau de diálogo e de comprometimento diferenciado. Conforme depoimento:

## DEPOIMENTO

*"[ ...] as equipes da SMDR de Lontras, que esse é o órgão do município e da EPAGRI, que é a empresa do Estado, se confundem, temos uma sala junto com a outra sala. Dentro da nossa sala, nós temos tudo misturado, são três salas e áreas de recepção e administrativo e aí tem mais três salas com técnicos, mais ou menos nesse sentido. Então, a secretaria municipal, ela tem um engenheiro agrônomo, um médico veterinário, dois técnicos agrícolas de nível secundário e uma pessoa que trabalha com inseminação artificial, que faz os atendimentos com inseminação no interior. E a EPAGRI tem mais um técnico de nível médio e uma extencionista de economia doméstica, puxa tem um outro nome, mas enfim [...]" (Agrônomo, coordenador da SMDR da Prefeitura de Lontras).*

Embora, existam atribuições governamentais distintas, do ponto de vista formal, no processo de implementação das atividades, tanto da EPAGRI como da SMDR é muito comum o estabelecimento de decisões conjuntas.

No que tange ao envolvimento destas com o CMDR, destaca-se uma convivência constante que impacta diretamente nas bases associativas, ou seja, os técnicos, tanto da SMDR como da EPAGRI convivem cotidianamente com os agricultores associados e inclusive compartilham momentos lúdicos, jogando futebol, bocha, almoçando juntos e se reunindo em torneios e festividades como o Dia do Colono, por exemplo. Além, sem dúvida, da competência técnica expressa nos resultados, por exemplo, é comum que os técnicos não se limitem ao que suas bases organizativas solicitam. Por exemplo, no trabalho de extensão da EPAGRI, como no caso dos cursos de qualificação profissional dos agricultores, que serão

discutidos em maiores detalhes no capítulo 4.2.1, é comum a busca de atividades de complementação e qualificação que têm, no fator pedagógico, importante diferencial. Há a significação por parte do corpo técnico de que, os relacionamentos meramente formais não são suficientes. O ser humano, do meio urbano ou do meio rural, em especial o que vivencia processos históricos de exclusão social, necessita de interações que potencializem a sua estima e sua capacidade, bloqueada por processos de subalternidade. A afetividade, a amizade e o real comprometimento com a busca de soluções para alcançar a melhoria da qualidade de vida dos agricultores, com certeza é um diferencial da equipe técnica (Prefeitura e EPAGRI), que possui relação direta com o êxito da Prática.

Os técnicos da SMDR e da EPAGRI são críticos da atuação tecnicista da extensão rural. Acreditam que seu trabalho deve ser qualificador da ação humana em busca de alternativas que visem a superação das dificuldades e dos limites que se colocam. Consideram que a melhor forma de atuação é aquela que desenvolve a organização da comunidade, mediante planejamento participativo dos envolvidos, visando autonomia e emancipação.

#### DEPOIMENTO

*"É complicado, é complicado até porque ideologicamente eu mudei a minha posição. Há três anos, eu prescrevia receituários e hoje eu não faço mais isso, eu não faço mais isso! Quando chega um agricultor pra pedir um receituário agrônômico, eu digo pra ele: – olha, eu acho que tens outras alternativas!. Em primeiro lugar, o que tu queres? [...] Precisa capiná aquilo? Faz isso por outras veredas, começa a tratar de outras formas.[...] Hoje eu conheço as 800 propriedades do município. Quando eu vejo que não adianta imediatamente bater naquele assunto específico, eu digo, olha, eu não prescrevo mais, eles já sabem que eu não tenho mais esse hábito. Só por isso que eu tô falando, realmente a minha visão da função do agrônomo é muito ampla". (Agrônomo, coordenador da SMDR da Prefeitura de Lontras)*

Muitos agricultores ainda possuem a expectativa do trabalho tecnicista e não compreendem que o planejamento e a organização comunitária são fundamentais. A perspectiva da participação da organização para o desenvolvimento sustentável e solidário cria formas de superar o paternalismo, o assistencialismo, o clientelismo, pois como diz com propriedade o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Lontras – STR, e integrante do CMDR, é necessário ensinar a pescar e não dar o peixe !

Colocar os agricultores como sujeitos ativos do processo, envolvendo-os a partir do debate das suas necessidades para a busca de soluções não apenas individuais, mas também coletiva foi premissa sempre citada pelos técnicos:

## DEPOIMENTO

*"Eu acho que o agricultor, o produtor foi a grande chave, porque a gente vê muitos trabalhos e até muitos projetos elaborados, que não têm o envolvimento dos atores em si. Pois, não adianta a gente querer dar um carro novo para uma pessoa se ela só sabe andar de bicicleta, todas as decisões do escritório tiveram comprometimento com o agricultor, as práticas em si, em nenhum momento elas foram de cima para baixo. Aliás, foi ao contrário, foram os agricultores que vieram nos procurar e, por que eles vieram? Porque chegou o momento que eles necessitavam de uma mudança, pois senão eles iam parar num ponto cada vez mais crítico. O ser humano só muda quando tem necessidade, então, eu acho... A gente percebeu que surgiu a necessidade deles mudarem e isso nos motivou como técnicos e eles também ficaram motivados com a possibilidade de provocar essa mudança" (Técnico agrícola da SMDR da Prefeitura de Lontras).*

Hoje, percebe-se que uma parcela significativa dos agricultores da cidade de Lontras está implicada com o desejo de permanecer investindo na agricultura. Saíram da resignação e encontram-se indignados com a crise da agricultura familiar. Atualmente, os agricultores que participam da "Prática" saíram do papel de ser colocado e colocar-se como vítima e tornou-se um cidadão, que exige condições de permanência, mediante a aprendizagem do fazer pressão política.

## DEPOIMENTO

*"É muita percepção tá, eu inclusive, meu trabalho, eu quero colocar num determinado momento que foi isso que eu disse que disseram quando tu falou dos técnicos, dos engenheiros, o engenheiro chega no município, chega num determinado lugar, ele sabe o que ele quer, desde que ele faça acontecer. Então, eu acho que hoje dentro dessa nova concepção da participação, da interação das pessoas e dos grupos como é o nosso caso lá, a subjetividade, ela é indispensável e infelizmente a Universidade não nos ensina isso. Tu exatamente tem que aprender a lidar com isso e olha, tu conseguir olhar nos olhos de um agricultor, ele tem um perfil, ele é uma pessoa que não explicita isso, não é, muitas vezes o agricultor balança a cabeça te dizendo que sim, mas é não que ele gostaria de dizer, eles têm essa característica. [...] Então, todo o desenvolvimento desse trabalho ou qualquer outro trabalho, eu destaco isso na área do desenvolvimento rural, que o agricultor é uma pessoa diferente, são as questões subjetivas. Você consegue mais objetividade, você consegue mais efetividade, mais sucesso, legitimidade, talvez seja isso, no trabalho de desenvolvimento rural ou com agricultores, se você considerar as questões subjetivas. Que o agricultor, ele é extremamente diferente, o agricultor é diferente [...]" (Agrônomo, coordenador da SMDR da Prefeitura de Lontras).*

## DEPOIMENTO

*"No funcionamento dos trabalhos eu acho que o grande trunfo que nós temos aqui em Lontras é a união do pessoal que trabalha, existe além de uma amizade particular, um envolvimento pessoal muito grande" (Técnico agrícola da SMDR da Prefeitura de Lontras).*

O fator humano, nestes termos, se sobrepõe aos fatores formais, ou seja, o respeito do agricultor não se traduz simplesmente na legitimação do conhecimento técnico, mas, o conhecimento técnico efetivamente ganha respeito a partir do momento em que expressa um suporte ancorado no relacionamento dialógico entre os pares. Foi identificado um respeito dos técnicos pelo conhecimento que os agricultores detêm, e este respeito se amplia por outras esferas de convivência. Este tipo de relacionamento interpessoal acaba refletindo positivamente nos projetos, que precisam ser executados e afeiçoados por diversos atores gerando compromisso e resultados.

Por fim, o relacionamento associativo, embora permeado por associações jovens, em sua maioria, traz uma cultura de respeito e de ponderação. Os entrevistados sabiam ponderar suas respostas quando estava em pauta a dinâmica de uma outra comunidade. Críticas sobre suas dinâmicas internas eram comuns, sobretudo no que tange ao desafio de fomentarem associados atuantes, muito embora, tais assertivas nunca levassem em consideração a prática política das lideranças internas.

No que tange às práticas extra-associativas, merecem destaque dois aspectos. Em primeiro lugar, as visitas realizadas em outros Municípios e as visitas recebidas de representantes de outras localidades à cidade de Lontras favoreceram um espírito de aproximação informal com outras lideranças associativas de outras comunidades fora de Lontras. No sentido mercantil, porém, merece destaque a comercialização do mel e a própria estruturação associativa da Associação Lontrense dos Apicultores – ALAPI, que detém uma caracterização intermunicipal, pelos seus próprios objetivos associativos. Vale lembrar que esta dinâmica de relacionamento mercadológico tem sido um componente questionador do próprio processo produtivo dos associados e, portanto, por meio das preferências dos consumidores do mercado nacional e internacional e também por meio da legislação que o regula, tem repercutido no processo de agregação de valor deste segmento.

Embora, mereça destaque o potencial de parceria aproveitado pela experiência, entende-se que do potencial não aproveitado merece ser comentado o fato de que o CMDR, não mantém uma relação sistematizada de parceria com os demais Conselhos Municipais<sup>21</sup>. O que por um lado, pode refletir em ganhos para o CMDR, porque os demais Conselhos Municipais, segundo as entrevistas, ainda muito tem o que aprender do ponto de vista de práticas participativas de gestão dos temas que lhes são afetos. Por outro lado, boa parte das decisões tomadas pelo CMDR impactam ou

<sup>21</sup> Do ponto de vista legal, os Conselhos Municipais existem, mas do ponto de vista de sua implementação, parte significativa dos mesmos ainda atua de forma precária ou balizada por práticas tradicionais de gestão das políticas públicas, onde algumas vezes prepondera a opinião pouco discutida dos secretários.

dependem de questões municipais mais amplas e, necessariamente, remetem à necessidade de alguma forma de relacionamento entre as secretarias municipais e seus respectivos Conselhos.

Por fim, a presença da Cooperativa Regional Agropecuária Alto Vale do Itajaí Ltda. – CRAVIL no CMDR, embora, do ponto de vista jurídico seja legal, já que se trata de uma iniciativa associativa presente na cidade, não tem oferecido grandes contribuições à prática, embora, potencialmente pudesse oferecer. Vale lembrar que se trata de uma cooperativa estadual, que tem sede na cidade de Rio do Sul e unidades em 39 municípios do Vale do Itajaí – SC, congregando 4600 produtores associados (Lindner, 1998), a maioria com menos de 50 hectares. Esta cooperativa comercializa 70% da produção de leite da região, recebe, beneficia e comercializa 30% da produção de arroz e 70% da produção de feijão. Estes números podem dar uma noção do que representa a sua ação no mercado regional e na composição dos preços de compra e venda dos produtos. Em nenhuma das visitas de campo em que foi apreciado o CMDR, o seu representante se fazia presente, e, segundo depoimentos e observações, a atuação desta cooperativa parece, pelo próprio gigantismo da estrutura, estar mercantilizando seus propósitos e com preços pouco competitivos.

## 4.2 Impactos: análise e avaliação de resultados e impactos

À luz deste item, pode-se afirmar que a avaliação da experiência do município de Lontras caracteriza-se como um estudo dos impactos de um projeto setorial e integrado com múltiplas possibilidades de repercussão. Nestes estudo, procurou-se abordar o sentido dinâmico e processual<sup>22</sup> da política e não o já ultrapassado reducionismo economicista voltado à mera avaliação custo benefício ou estudos do gênero.

Foram levantados e registrados inicialmente, como referência para as análises, os objetivos, metas e resultados esperados na fase de formulação do Programa. Estes foram expressos em quantidades ou expectativas associadas a valores qualitativos em relação à situação que se quer superar. Tais informações foram cotejadas com registros de igual teor produzido ao término da implementação do projeto e/ou ao longo de sua implementação.

Na maioria dos casos, os projetos também prevêem impactos que pretendem atingir sobre o público alvo a partir das intervenções planejadas, mesmo quando se trata de um projeto setorial, como é o caso de Lontras. Por exemplo, hoje em dia é natural a correlação entre investimentos no setor de saneamento e os impactos no setor saúde. Contudo, não é incomum que, ao longo do processo de implementação, os projetos comecem a revelar impactos não previstos ou

<sup>22</sup> Do ponto de vista da ciência política, a variante de pesquisa que baliza este estudo incorpora uma síntese avaliativa, ao mesmo tempo *ex ante* e *ex post*. O termo *ex ante*, é usado para avaliação de políticas em andamento, e *ex post* para políticas já implementadas.

esperados. Algumas expectativas podem ter sido suplantadas, ou seja logrou-se ir além do almejado, estabelecendo-se patamares de êxito acima das metas. Expectativas não totalmente alcançadas podem não indicar necessariamente "fracasso", mesmo que parcial, ou baixo desempenho da prática. Fatores imponderáveis e insuperáveis podem ter sido decisivos para tal ocorrer. Pode ocorrer ainda que resultados não esperados possam ter sido incorporados ao longo do processo, a partir de oportunidades surgidas, o que vale a pena registrar. De qualquer modo, a avaliação dos impactos, em termos da consecução de objetivos, metas e resultados, deve ser feita baseada, sobretudo, no desempenho da prática nas demais áreas estratégicas aqui consideradas. Por estratégico, entende-se aquilo que é mais importante ou prioritário para a prática (Bryson, 1989).

O PMDR, estruturado para a implementação do PRONAF no Município de Lontras, para o período de 1997/2000, definiu para sua implementação oito projetos (Lontras, 1997). **1- Profissionalização e Educação de Agricultores**, justificado pela constatação da baixa escolaridade e atraso tecnológico no processo produtivo; **2- Programa de Incentivo à Produção**, justificado pela necessidade de criação de práticas cooperativas e estruturação da "secretaria da agricultura, o Conselho Municipal e os grupos já "formados" para auxiliar o agricultor, financeira e materialmente, em atividades como inseminação artificial, aquisição de trator; **3- Apicultura**, justificado pela capacidade de adição de valor agregado, buscando, portanto, permitir que cerca de oitenta agricultores possa comercializar legalmente sua produção por todo o país; **4- Piscicultura**, justificada como atividade lontrense que mais se desenvolveu nos últimos anos, buscando portanto, para cerca de duzentos agricultores a ampliação da renda bruta nas propriedades, diversificação e integração produtiva animal e vegetal, criação da "Feira Permanente do Peixe Vivo" para comercialização direta da produção eliminando atravessadores e intermediários, barateando ao consumidor e ampliando a renda do produtor, racionalização da despesa e criação de estação de alevinos; **5- Bovinocultura de Leite**, justificado pelo fato de ser uma atividade desenvolvida pela maioria dos produtores rurais e pela necessidade de diminuição dos custos de produção, pela superação da lógica individualista onipresente na atividade e da relação depreciativa dos mesmos com as grandes empresas. Pretende, portanto, ampliar a inseminação artificial com mais um botijão de sêmen, criar a fábrica de ração, maquinário para pastagens e silos para o inverno; **6- Programa de Beneficiamento da Produção**, procurando mudar os sistema de produção para cerca de duzentos agricultores no sentido de superar a baixa produtividade, agregar valor à comercialização com galpões de seleção e embalagem, evitando o atravessador, cujo objeto principal são as culturas de cebola, batata, milho e feijão, quatro das cinco mais importantes do município; **7- Incentivo à Comercialização**, objetivando a criação de uma central de vendas junto à BR 470, aproveitando o fluxo turístico e beneficiando diretamente cerca de vinte produtores; **8- Programa de Melhoria da Qualidade de Vida e do Meio Ambiente**, objetivando o bem estar da população com a construção de poços artesianos onde há carência de água, telefonia rural, deposição de agrotóxicos e embalagens em lixeiras intermediárias e um depósito central.

Considerando os objetivos propostos no PMDR de Lontras, os resultados alcançados e alguns impactos identificados, temos o seguinte quadro da realidade:

## Profissionalização e educação de agricultores

### Qualificação profissional de agricultores

Como não poderia deixar de ser, a “Prática em Lontras” desenvolveu ações relacionadas à qualificação profissional dos agricultores. Foram adquiridos equipamentos audiovisuais para facilitar a capacitação, bem como, 213 agricultores realizaram 31 cursos profissionalizantes, oferecidos em vários centros de treinamentos da EPAGRI, na região do Vale do Itajaí e no Estado de Santa Catarina. No município de Lontras foram realizados sete cursos profissionalizantes com a participação de 139 alunos, no período de 1998 a 2002. Então, foram criadas 352 vagas de qualificação profissional em 38 cursos. Também foram realizadas cinco viagens de estudos, com a participação de 125 agricultores, nos anos de 2001 e 2002. A responsável pela coordenação dos cursos é a EPAGRI da cidade de Lontras<sup>23</sup>. O custo desta qualificação foi subsidiado com os recursos advindos do PRONAF Infra-estrutura, com exceção da parcela que coube ao Sistema Nacional de Emprego – SINE<sup>24</sup>.

Nos anos de 1998 e 1999, participaram 116 agricultores e, nos anos de 2000 e 2001, 65 agricultores foram qualificados. Os cursos atingiram todas as áreas da cadeia produtiva: produção, industrialização e comercialização. Inclusive, foi abordado aspecto do gerenciamento da propriedade rural, de produção artesanal e de agroecologia. No entanto, também se percebeu que as etapas da cadeia produtivas mais abordadas nos cursos foram a da produção tradicional da agricultura familiar e do processamento artesanal, em detrimento/prejuízo da comercialização e agroecologia.

Os cursos profissionalizantes realizados no Município abordaram, com exceção de um deles, que foi de planejamento estratégico, as duas primeiras etapas da cadeia produtiva: produção e industrialização artesanal.

Como ação da qualificação profissional também foram realizadas cinco viagens de estudo, chamadas de “excursões”; que ocorrem nos anos de 2001 e 2002.

<sup>23</sup> As informações contidas neste capítulo estão sintetizadas nas tabelas do anexo cinco deste estudo.

<sup>24</sup> Desde 1998, foram realizados no município em média dois cursos por ano com recursos advindos do SINE. Este envia por média dez cursos por ano para cada município e este escolhe quais cursos lhe interessa. Estes são divididos na área da indústria, comércio e agricultura. Na agricultura já foram realizados cursos de administração rural, irrigação, gado de leite, panificação, industrialização de frutas e verduras, entre outros. O fato dos cursos relacionados à agricultura ocorrerem na época da colheita impede muitos agricultores de realizá-los. Já foi solicitada a troca de calendário, mas tal demanda não foi atendida pelo SINE.

Três delas aconteceram no próprio Estado de Santa Catarina: duas foram na região do Vale do Itajaí, nos Municípios de Pomerode e Blumenau e a outra foi no Município de Mafra (na região Norte Catarinense). No Estado do Rio Grande do Sul também foram visitadas a região de Bento Gonçalves, Gramado e Canela e Palotina no Paraná. As viagens de estudo foram acompanhadas pelos técnicos da EPAGRI e da Prefeitura, que planejaram o roteiro das visitas em conjunto com os agricultores, conforme as suas necessidades de qualificação. Durante as viagens de estudos eram realizadas reuniões, no qual os grupos de agricultores, conjuntamente com os técnicos, faziam a avaliação das experiências, relacionando-as com a sua própria realidade e também demarcando os aspectos exitosos e difíceis de cada uma delas.

Na qualificação profissional, os técnicos da SMDR e da EPAGRI são professores atuantes. Segundo depoimentos destes, a pedagogia adotada é partir da realidade concreta do agricultor apresentar o novo sem provocar rupturas. No caso das visitas de estudo com pequenos agricultores não adianta levá-los numa grande fábrica de conservas, pois esta não tem nenhuma identificação com a sua realidade.

#### DEPOIMENTO

*"Então, num local que não fuja muito da realidade deles, pois não adianta levar numa indústria, numa fábrica de conservas, por exemplo, de porte médio ou grande. Eu levo numa agroindústria pequena, ou como qualquer produtor rural que partiu daquela produção pra vizinhos, que foi ampliando e foi melhorando. Eu parto disso aí. Pra que tenha uma identificação e pra que tenha a aprendizagem de que não é totalmente impossível. A idéia é apresentar o novo sem provocar uma ruptura". (Extensionista da EPAGRI, Município de Lontras).*

Outro objetivo pedagógico muito interessante foi o de levar os agricultores para um local distante de Lontras e região, da qual muitos nunca tinham saído, para provocar-lhes um estranhamento a sua realidade local e mostrar-lhes outra realidade. Então, foram visitar as rotas turísticas da região de Bento Gonçalves, Gramado e Canela, no Rio Grande do Sul:

#### DEPOIMENTO

*"Essa viagem pro RS até teve como objetivo deles verem como é que estão as coisas fora daqui. Mas, também tudo com pequenos produtores. Aí, surgiu a oportunidade de a gente conhecer o trabalho de organização, o tipo de organização lá em Bento Gonçalves numa rota turística das pedras. Pra eles conseguirem ver como é que são as coisas fora. E também pra muitas pessoas conhecer o mundo. Porque muitas pessoas nunca botaram o pé fora de Lontras. Então, foi uma viagem pra eles conhecerem o outro mundo. Sair do casulo e também para a integração deles e nossa foi muito bom". (Extensionista da EPAGRI de Lontras).*

As lupas postas no olhar para avaliar as experiências visitadas eram as de detectar problemas e descobrir como estes foram solucionados por seus atores. Descobrir o caminho que foi construído, o enfrentamento aos obstáculos, as dificuldades e as conquistas alcançadas, enfim, descobrir novas potencialidades que, muitas vezes, são construídas passo a passo, com simplicidade e a partir das condições locais, exatamente por isso, são possíveis e exitosas. Nestas visitas foi observado como é importante saber valorizar e potencializar aquilo que se tem.

## DEPOIMENTOS

*"A gente visitou um grupo de produtores com industrialização de polpa de figo. E pro grupo foi uma experiência super positiva porque conversando com o grupo de associados de lá, eles nos colocaram todos os problemas que eles tiveram. O longo caminho percorrido, os entraves que eles sofreram. As alegrias que tiveram. E isso foi uma coisa boa pro nosso grupo. Pra ver que nem tudo são louros. E também para não desanimar diante do primeiro obstáculo. E, nos também visitamos outra unidade de produção individual, no qual a pessoa estava assim galgando, passo a passo, montando uma unidade, comprando uma panela, montando, ajeitando o local onde produz o seu doce. Estava buscando o cliente dela, o consumidor. Cada local desse a gente tirou um tempo e conversou com as pessoas. Não foi só passar, olha e ir embora, não" (Extensionista da EPAGRI, Lontras).*

*"Em dois Irmãos visitamos uma rota turística de uma comunidade. Então, a que chamou a atenção deles é a questão da valorização do simples. A valorização do que se tem. Em Dois Irmãos, nessa rota turística dessa comunidade até o cemitério é um ponto turístico. Eles fazem questão que você pare no cemitério e olhe. E novas experiências, novas alternativas de renda que eles puderam ver lá. [...] Lá vimos o colhe-pague: você ia ao galinheiro, coletava os ovos numa cestinha e aí você pagava e ia pegar os ovos. Lá onde você ia pagar os ovos tinha uma salinha, onde tinha uns biscoitos, tinha umas geléias, tinha uns artesanatos. Quer dizer, tu não saías de lá só com os ovos, tu comprava mais alguma coisa. Ou tinha uma exposição de peças antigas que era da própria propriedade. Outro colhe-pague é na horta e colhe o repolho, colhe a cenoura, colhe o que você quiser numa cestinha, você passa lá pra pagar [...]" (Extensionista da EPAGRI de Lontras).*

A visita a Cooperprove – Cooperativa Prove de Blumenau, teve como objetivo conhecer suas formas de comercialização, que foi considerada interessante, principalmente, comercialização dos produtos do leite e seus derivados (queijo e iogurte) com o sistema da merenda escolar. A realidade no Município de Lontras é diferenciada, não tendo a sua merenda escolar a mesma capacidade de consumo que a de Blumenau, que é a cidade pólo do Vale do Itajaí – SC, considerada de porte médio.

As limitações de ordem financeira impediram a “Prática” de conhecer algumas realidades, que no entender dos agricultores e dos técnicos são importantes para a sua qualificação. É o caso das redes de articulatórias de trocas da região do Município de Concórdia (no Oeste Catarinense). Sem dúvida, tendo em vista a necessidade de transformar o modelo tradicional da agricultura familiar em um modelo de desenvolvimento rural sustentável e solidário, o conhecimento de novas formas de comercialização, articulada em redes torna-se fundamental.

Para finalizar, percebeu-se a importância das viagens de estudo como forma efetiva de qualificação para os agricultores, pois acredita-se que o conhecimento de experiências concretas e o diálogo com os agricultores, parceiros de profissão, que vivenciam situações próximas, sem dúvida são uma forma eficaz de ensino-aprendizagem. Segue depoimento ilustrativo:

#### DEPOIMENTO

*"Olha, eu diria da minha experiência, há três anos, eu era um produtor que tinha o mesmo tanto de terra, o mesmo terreno e não produzia milho para vender, o feijão, eu plantava um pouco pra venda, mas a minha principal venda era o fumo e hoje, eu vejo muita diferença no meu modo de pensar a minha experiência, nessa última safra eu colhi trezentos e cinquenta sacas de milho no mesmo terreno que antes eu colhia trinta e cinco a quarenta sacos só para meu consumo. Isso ajuda bastante o agricultor a ter formas diferentes de plantar, de colher e de administrar a sua agricultura. [...] Isso é devido a participação que ocorre, que a gente fez com esses recursos do PRONAF que tinha alguma coisa destinado a visitas de estudo, a gente fez excursões para fora do município até pra fora do estado e, então, a gente vê práticas bem diferentes que a gente pode usar e não tava usando e eu vejo que isso que também aconteceu com outros agricultores, a coisa mudou bastante" (Agricultor, conselheiro do CMDR de Lontras).*

#### A Experiência Lontras – uma realidade a ser conhecida

A experiência de Lontras tornou-se uma referência como prática de gestão local para o meio rural em especial no Estado de Santa Catarina. Nos anos de 2001, 2002 e 2003, conforme mostra a tabela nº 06 (anexo IV) o Município recebeu visitas de outros Municípios do próprio Estado, do Paraná, do Rio de Janeiro e até do exterior, como foi o caso da visita da Bolívia. Foram 34 visitas recebidas que envolveram 628 pessoas, que são agricultores, técnicos, políticos, gestores públicos, estudiosos, entre outros. A média de visitas realizadas atinge o número de 1,4 visitas/mês. Normalmente, a visita inicia-se com a exposição da equipe técnica de um panorama histórico e geral da "Prática", que dura aproximadamente duas horas, incluindo o debate e a troca de idéias dos participantes com os técnicos. Após são

realizadas as visitas nas associações comunitárias, nas quais ocorrem os trabalhos no cotidiano.

Representantes da “experiência” também vêm sendo constantemente solicitados para realizar palestras e seminários em vários Municípios. Conforme demonstra a tabela 07 do anexo 5, foram realizadas 13 visitas de apresentação da experiência, a maioria no Estado de Santa Catarina, sendo uma destas para o Estado do Rio de Janeiro. Tais palestras e seminários contaram com a participação de 743 agricultores, técnicos, políticos, gestores públicos, entre outros.

## Programa de incentivo à produção

### A descentralização da Patrulha Mecanizada

O sistema da patrulha mecanizada descentralizada iniciou no ano de 2000 e continua até a presente data. Foi a descentralização da patrulha mecanizada que objetivou no cotidiano a consolidação do trabalho associativo nas comunidades rurais e hoje ainda ocupa lugar central nas ações das associações, que administram o uso dos tratores nas suas comunidades, sendo as responsáveis pela manutenção dos mesmos e pela coordenação do trabalho dos tratoristas.

#### DEPOIMENTO

*“É foi aquela alavanca, foi o motivador da formação das associações comunitárias, porque nós nos reunimos aqui periodicamente aqui no Conselho e a grande discussão era sempre o trator aqui no município, porque os tratores eram administrados pelo secretário da agricultura, pela municipalidade e o trator corria para cá e para lá, fazia o possível, mas não rendia o serviço, então, não deixava ninguém contente, então, descentralizou, a partir do momento em que os tratores foram lá para as comunidades e as associações administram, as associações da D. Paula e Pinheiros, toda a segunda sexta-feira do mês se reúnem, avaliam como é que foi aquele mês, quantas horas trabalhou, pagamos o nosso operador e discutimos o que foi gasto com o trator, discutimos o preço se está bom assim, se precisa reajustar e essa é a discussão do trator na comunidade, aqui no Conselho, às vezes, passa quatro, cinco reuniões que ninguém nem fala mais nos tratores” (Agricultor, presidente do CMDR de Lontras).*

A Prefeitura de Lontras paga um salário base para os tratoristas, que recebem adicional em forma de comissão pelas horas trabalhadas nas propriedades dos agricultores das Associações Comunitárias. O adicional comissionado gerou

uma qualificação no trabalho dos tratoristas, agora recompensado por sua produtividade e pelo empenho em zelar pelo equipamento, bem como, pela qualidade do atendimento realizado ao agricultor.

Antes do PRONAF Infra-estrutura, a prefeitura contava com dois tratores, que fora do horário do expediente ficavam na sua garagem. Para que estes chegassem até as propriedades dos agricultores eles gastavam tempo, combustível e desgaste da máquina caminhando vários quilômetros de um lado do município para o outro a cada dia, fato que a descentralização modificou, pois os tratores, que, atualmente são em número de cinco, estão organizados em cinco regiões do município. Com os recursos advindos do PRONAF Infra-estrutura, foram adquiridos três novos tratores.

Os dados das tabelas a seguir mostram que a patrulha mecanizada gerou o déficit de R\$ 13.216,10 para a Prefeitura de Lontras nos anos de 1998 e 1999.

**Tabela 01**  
Receitas e despesas: Patrulha Mecanizada – Prefeitura Municipal de Lontras – SC – 1998 e 1999.

MÊS	RECEITA (R\$) / ANO		DESPESA (R\$) / ANO	
	1998	1999	1998	1999
Janeiro	66,39	2.288,80	66,39	3.102,79
Fevereiro	67,74	3.793,58	67,74	13.997,84
Março	67,74	4.426,49	67,74	2.157,70
Abril	539,74	2.352,50	5.604,74	2.157,70
Maio	3.208,00	3.225,56	2.296,96	2.211,58
Junho	3.484,00	2.646,80	1.545,10	2.866,08
Julho	5.575,33	2.068,40	2.502,00	2.737,82
Agosto	3.163,13	2.800,00	2.468,00	2.069,90
Setembro	2.913,76	3.991,20	8.850,00	3.174,21
Outubro	2.546,66	1.980,86	2.453,25	3.567,06
Novembro	3.689,33		5.297,48	
Dezembro	2.415,87		2.255,41	
<b>TOTAL</b>	<b>27.737,69</b>	<b>29.473,39</b>	<b>33.474,81</b>	<b>36.952,37</b>

**Tabela 01**  
**Receitas e despesas: Patrulha Mecanizada – Prefeitura Municipal de Lontras – SC – 1998 e 1999.**  
 (continuação)

<b>ANO</b>	<b>DÉFICIT</b>
1998	R\$ 5.737,12
1999	R\$ 7.478,98
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 13.216,10</b>

Fonte: Secretaria de Administração e Finanças cedidos pela SMDR de Lontras.

As Associações Comunitárias, organizadas em cinco blocos regionais, organizam e administram o uso do trator conforme a sua realidade, com autonomia para decidir como melhor lhe convier. Não há uma regra única para o município como um todo, pois cada uma define o preço da hora trabalhada pelo trator, em quais propriedades e em quais horas este vai trabalhar. Também definem qual vai ser a remuneração comissionada dos tratoristas e como fazer a manutenção dos tratores.

Como retorno financeiro a implantação do sistema de descentralização da patrulha mecanizada nos anos de 2000, 2001 até outubro de 2002 a patrulha mecanizada trouxe R\$ 36.850,00 conforme ilustra a tabela a seguir:

**Tabela 02**  
**Saldo de caixa dos 05 grupos de tratores das associações comunitárias de Lontras**

<b>GRUPOS<sup>25</sup></b>	<b>ANOS</b>			<b>TOTAL</b>
	2000 (MAR-DEZ)	2001	2002 (JAN-OUT)	
ACDP – Associação Comunitária Dona Paula e ACORP – Associação Comunitária de Ribeirão Pinheiro	550 h 2.330,00	1256 h 3.075,00	1200 h 4.500,00	9.905,00
ACCOP – Associação Comunitária Cutias e Pomerana	1270 h 1.880,00	983 h 794,00	950 h 400,00	3.074,00
ACOL – Associação Comunitária de Lontrinhas	650 h 4.460,00	1134 h 5.672,00	1100 h 6.000,00	16.132,00
ACORS – Associação Comunitária de Ribeirão do Salto e ACOM – Associação Comunitária de Margem Esquerda	320 h 1.150,00	942 h 533,00	850 h 650,00	2.333,00
ACOAS – Associação Comunitária de Alto Subida.	500 h 2.260,00	700 h 1.350,00	800 h 1.800,00	5.410,00
<b>TOTAL</b>	<b>12.080,00</b>	<b>11.424,00</b>	<b>13.350,00</b>	<b>36.854,00</b>

<sup>25</sup> No Município de Lontras existem oito Associações Comunitárias e, neste quadro aparecem sete, pois a ACCO - Associação Comunitária de Concórdia não possui trator.

Atualmente, após quase três anos de experiência de descentralização, as máquinas agrícolas não são mais vistas como “patrimônio do poder público municipal”, portanto, como “não pertencentes a ninguém” ou “que pertencem ao prefeito ou aos políticos”. A descentralização não permite mais que a patrulha mecanizada sirva como forma de barganha política entre o poder público municipal e os agricultores. Agora, a patrulha mecanizada pertence aos agricultores, em especial, aos sócios das Associações Comunitárias, que via CMDR se tornaram gestores da política agrícola do município.

A descentralização da patrulha mecanizada não trouxe somente ganhos econômicos para o município, pois sem dúvida, o maior ganho foi o pedagógico: o debate e a conseqüente mudança na significação da relação poder público municipal, agricultores e demais lideranças comunitárias, agora não mais assistencialista/clientelista e sim de participação e organização comunitária e social como forma de construção de cidadania ativa.

Os agricultores entrevistados possuem clareza e consideram uma grande vitória da “Prática” a descentralização da patrulha mecanizada. Citam a melhoria na qualidade do atendimento e a relaciona ao novo modelo político, de participação e organização comunitária e social, vinculado às associações e ao CMDR de Lontras.

## DEPOIMENTO

*“Então, no início, quando as associações se formaram, nós tínhamos um serviço de trator na prefeitura que sempre era precário, nunca funcionava como devia, então mudava de prefeito entrava prefeito e o sistema continuava o mesmo. [...] Aí, o pessoal se reuniu e se tentou pegar esse equipamento, o trator da prefeitura e aí começaram trabalhar nas associações pra ver uma maneira melhor para funcionar. [...] Não só a gente, mas a maioria das pessoas tinha dúvidas, mas sempre com pensamento positivo: não! Isso vai te que dar certo! Pois o sistema que tava lá não conseguia atender os agricultor e não funcionava. [...] Porque o sistema de trabalho é bem diferente hoje nas associações, e na prefeitura o sistema de trabalho, principalmente o tratorista, hoje ele ganha um salário fixo e mais a hora trabalhada e, na prefeitura é muito difícil fazer esse tipo de sistema ou outro tipo de sistema. Hoje, o agricultor se sente, como eu poderia dizer, com mais autonomia, com obrigação daquilo que ele tem hoje porque antes, quando era da prefeitura, que a prefeitura tocava o sistema “a não porque isso pode ser assim mesmo porque é da prefeitura, a prefeitura que cuida, a prefeitura que dá jeito de dar a manutenção” hoje é um pouco diferente hoje a maioria dos sócios não diz o trator é da prefeitura, porque hoje realmente o trator ainda é da prefeitura pois é cedido para as associações em termo de cessão, mas hoje o agricultor diz “nosso trator, da nossa associação” ele se sente responsabilizado aquele trator e pelos equipamentos, então, ele às vezes num terreno que era trabalhado, que quando era da prefeitura se tinha pedra, tinha madeira, ia lá e tocava o trator, se quebrasse era a prefeitura que arrumava, hoje é diferente, hoje ele se sente responsabilizado por aquilo que ele tem” (Agricultor, conselheiro do CMDR de Lontras).*

## Apicultura

A ALAPI – Associação Lontrense de Apicultores foi fundada em 14/09/94, com a participação de menos de 40 sócios, com o objetivo de realizar a comercialização coletiva dos produtores de mel de Lontras e da região do Alto e Médio Vale do Itajaí. Mas, como não tinha local adequado para beneficiar o mel – a casa do mel – foram interditados pela fiscalização. Nesta época os sócios não possuíam recursos financeiros para construir a casa do mel, fato concretizado com os recursos advindos PRONAF Infra-estrutura, no ano de 1999.

A produção de mel deste período ficava em torno de 25.000 kg e era comercializada individualmente por cada agricultor e a preços considerados baixos (em torno de R\$ 2,50/3,00 o kg). A cera alveolada era comprada de outros municípios a preços altos. Existia um clima de insatisfação muito grande em relação à produção de mel do município. Com a chegada dos recursos do PRONAF infra-estrutura a ALAPI elaborou o projeto da casa do mel e da cera. A prefeitura subsidiou os trâmites burocráticos para sua implementação, que trouxe um impacto profundo nesta atividade agrícola. A saída da informalidade e a qualidade do mel produzido garantiram a sua credibilidade frente aos comerciantes e consumidores.

A Casa do Mel beneficia a produção do mel, além de embalar e pôr o rótulo também organiza a sua distribuição para a rede de comercialização. No rótulo, além da identificação da ALAPI também é identificado o apicultor de forma particular. Tal fato permite a aferição da qualidade e caso ocorrer algum problema torna-se possível identificá-lo para a busca de soluções.

### DEPOIMENTO

*"Tudo aquilo que nós sofria antes com o nosso produto, não podia por no comércio, era complicado. A partir da hora que nos terminamos a construção da casa do mel e da cera as portas se abriram e nós podíamos chegar no comércio e dizer, nós temos a inspeção federal. Aí o comércio começou a comprar e a colocar o nosso mel nas prateleiras. [...] A Associação verifica a qualidade do mel e verifica se existir adulteração o produtor será banido da Associação, mas isso graças a Deus, nunca aconteceu até hoje porque cada um sabe que deve cuidar do que é seu e como se diz: – ninguém vai por veneno no seu próprio prato" (apicultor, sócio da ALAPI – Lontras).*

A Casa do Mel e da Cera são administradas por um funcionário que conta com o auxílio dos sócios da ALAPI quando se torna necessário. E a EPAGRI presta assessoria técnica à produção do mel e à administração da Associação.

Hoje, a ALAPI conta com a participação de 64 associados, sendo os mais de 50.000 kg produzidos e comercializados a preço de R\$ 6,00/kg, valor considerado bom. Atualmente, a ALAPI possui associados de 12 municípios do Estado de Santa Catarina e conta com uma parceria de uma empresa de Araranguá – SC, que lhes permite exportar o mel para a Alemanha e o Canadá. Também está sendo organizada a exportação do mel orgânico para a Suíça, com a qual já existe um contrato assinado. A possibilidade de produção e comercialização do mel orgânico torna-se interessante na medida que gera um debate sobre as formas das práticas agrícolas e sua relação com a preservação do meio ambiente e desenvolvimento local sustentável. Novas alternativas, sem dúvida, necessitam ser criadas para transformar o modelo tradicional.

A ALAPI tornou-se uma referência para o Estado de Santa Catarina em apicultura, não apenas pela qualidade do mel produzido, que é de ótima qualidade por causa da florada que é diversificada, mas também por ser um empreendimento associativo que se auto-sustenta financeiramente, não precisando contar com o apoio de agentes externos, fato considerado como positivo pelos apicultores associados. Vejamos:

#### DEPOIMENTO

*"Olha, é bom a gente andar com as próprias pernas, ai você sabe aonde é que você vai, aonde é que você vai dar o passo, sem que alguém possa dizer assim – olha não dê o passo porque não vai ter. A gente está conseguindo caminhar bem, até nos temos a nossa casa do mel como um ponto de referencia do Estado (SC) porque é a única Associação que está conseguindo administrar a casa do mel, a casa da cera, por conta própria, sem recursos e sem problemas, quer dizer, não se tem verba suficiente para você bancar tudo aquilo que você gostaria de fazer, mas, a gente consegue se manter" (apicultor, sócio da ALAPI – Lontras).*

A cera alveolada consumida é produzida pela ALAPI, sendo o excedente vendido a outros municípios, gerando um adicional de renda para os produtores.

Assim, podemos considerar que a apicultura foi extremamente potencializada com a construção da casa do mel e da cera e acima de tudo com a consolidação da ALAPI. A produção do mel no município foi ampliada e a apicultura tornou-se uma atividade que atinge um conceito de qualidade de nível internacional, pois o mel da ALAPI, sem dúvida, é um dos melhores do mundo. Tal fato, atinge a motivação e a estima dos apicultores e, para um país onde o êxodo rural, em especial, da juventude torna-se um grande desafio, este tipo de impacto é desejável e merece ser enaltecido. Vejamos nas próprias palavras de um apicultor de Lontras: *"Valeu, valeu, valeu porque temos apicultores, rapazes novos ou até pessoas de mais idade que estavam indo embora e depois da Casa do Mel eles começaram a pensar diferente, até eu dobrei a minha produção de mel".*

## Piscicultura

A APILO – Associação dos Piscicultores de Lontras é de âmbito municipal e foi fundada em 19/10/1995 por um grupo de agricultores que desejavam tornar a piscicultura mais uma alternativa de trabalho e renda para o meio rural do município. Atualmente, a Associação tem como sócios 42 agricultores, que desenvolvem a piscicultura colonial<sup>26</sup> e a comercial.

Antes de iniciar o PRONAF infra-estrutura a APILO contava apenas com a sua boa vontade e com sonhos. Tinham também algum material de despesca, conseguidos com recursos próprios. Um de seus sonhos sempre foi o de ter um lugar fixo – uma feira – para vender o peixe.

Um dos maiores problemas da piscicultura na época (antes do apoio do PRONAF Infra-estrutura) era que não tinha a criação de alevinos em Lontras, sendo necessário buscá-los no Município de Joinville, que se localiza na região norte do Estado de Santa Catarina. Na viagem, parte significativa dos alevinos morria devido às condições inadequadas de transporte<sup>27</sup>. Tal fato deixava os agricultores indignados, pois compravam os alevinos e os perdiam na compra antes de recebê-la na propriedade. Outra dificuldade era que os agricultores não tinham condições de criar os alevinos, pois o produtor colonial não tinha os tanques com a tecnologia adequada. Assim, o índice de sobrevivência dos alevinos era apenas da metade e apesar dos incentivos dos técnicos, as dificuldades com as condições de produção e de comercialização fizeram com que muitos agricultores não conseguissem obter o retorno esperado.

Quando criaram a APILO a expectativa era de incentivar a piscicultura comercial, para comercializá-la com grandes frigoríficos e pesque-pagues. Procurou-se implantar um processo complexo de tecnologia de produção e, logo se entendeu que esta não era a vocação da maioria dos produtores, pois eles não produziam a suinocultura e a avicultura<sup>28</sup>, condição necessária para obter alimentação barata para a piscicultura. Então, optou-se por investir na produção colonial.

Para mudar a representação do peixe como alimento e ampliar seu consumo pelas famílias da cidade de Lontras, a SMDR e a EPAGRI criaram um programa que foi denominado de "Peixe na Mesa". Este teve como objetivo ensinar a preparação de várias receitas culinárias que envolviam peixes e levar

---

<sup>26</sup> A piscicultura colonial existe basicamente em todas as propriedades rurais de Lontras e tem como objetivo central produzir alimento para auto-consumo dos agricultores, sendo comercializado somente o excedente, fato que ocorre em mais da metade destes produtores.

<sup>27</sup> Os alevinos eram transportados por uma caçamba sem as condições necessárias de isolamento ao calor.

<sup>28</sup> Não torná-se viável economicamente produzir em larga escala a piscicultura tendo que comprar a ração, pois esta é cara.

ele a ser consumido de diversas maneiras, pois a tradição até então era de prepará-lo apenas frito<sup>29</sup>.

Com a chegada dos recursos do PRONAF Infra-estrutura a APILO, a partir das necessidades dos agricultores, elaborou um plano de ação para incrementar a piscicultura do município e atender a todos os produtores dos municípios. O plano visava viabilizar a criação própria do alevino<sup>30</sup>, bem como, proporcionar a qualidade e disponibilidade destes para os agricultores e melhorar a comercialização do peixe mediante a construção de um local e da infraestrutura (material de despesa) para realizar a “Feira do Peixe Livre”.

Tal fato aconteceu, no prédio da feira tem *freezers*, balanças e lugares para limpar e comercializar os peixes. A Associação possui telefone e a estação de produção de alevinos, possui toda a infra-estrutura de que necessita para funcionar: embalador, oxigênio, classificador de alevinos, entre outros.

A produção colonial antes da implantação do Programa PRONAF Infra-estrutura era desenvolvida em 300 propriedades e produzia 45 toneladas por ano e após, passou a ser desenvolvida em 400 propriedades, que produzem 100 toneladas, incrementando as atividades em 120%, com a geração de R\$ 110.000,00 reais.

A média de distribuição de alevinos nos últimos cinco anos, anteriores à implantação do Programa PRONAF Infra-estrutura era de 100.000 por ano e após atinge o valor de 250.000, demonstrando o incremento de 150% da distribuição num valor de R\$ 13.500,00.

Para a produção comercial, caracterizada pela produção de grande escala, com destino à comercialização, a unidade de produção de alevinos trouxe poucos benefícios, pois estes produtores possuem condições de produzir seu próprio alevino. A produção comercial antes da implantação do Programa PRONAF Infra-estrutura era de 30 toneladas por ano e depois ela é de 75 toneladas por ano. Estes dados demonstram que ocorreu um incremento de 150% na produção comercial. Este gerou um valor de R\$ 90.000,00. Também se percebe que ocorreu um aumento na produtividade da produção comercial.

A “Feira do Peixe Livre” é realizada quinzenalmente, com exceção do inverno, quando a periodicidade diminui em função do frio. Nesta a comercialização é realizada de forma individual por cada produtor. Atualmente, a Associação está planejando a organização de uma equipe de comercialização, que será composta

---

<sup>29</sup> As principais receitas ensinadas foram o peixe grelhado, peixe assado, lasanha de peixe, pastelão de peixe, bolinho de peixe, pastel de peixe, risoles de peixe, croquete de peixe, risoto de peixe (‘peixoto’), peixe de panela, entre outros mais exóticos e criativos como o peixe na moranga e a ‘ana bacana’ que é tipo uma lasanha de peixe, que no lugar do creme de leite é colocado o leite de coco.

<sup>30</sup> A construção dos viveiros de produção de alevinos possui uma área alagada de aproximadamente nove mil metros quadrados que contém nove tanques. Depois de criados os alevinos são vendidos aos produtores. Com a produção própria de alevinos, houve a possibilidade de controlar a sua qualidade evitando sua contaminação por parasitas. O agricultor também recebe orientações técnicas sobre a melhor maneira para produzir o peixe com qualidade.

pelos próprios agricultores associados, em forma de revezamento e terá como função coletar o peixe na propriedade, transportá-lo até a feira e vendê-lo. Atualmente, a feira tem um funcionário para comercializar o peixe dos produtores. Este recebe uma porcentagem sobre o valor das vendas. Os consumidores são dos centros urbanos de Lontras, dos municípios de Rio do Sul e de Ibirama que são vizinhos de Lontras.

Os produtores comerciais vendem para os frigoríficos e aí a comercialização não é realizada na Feira e sim diretamente com o frigorífico. O volume desta produção é diversificado. Existem, desde aqueles que produzem cinco até aqueles que produzem dezoito toneladas por hectare. A piscicultura comercial é uma das principais fontes de renda para vinte famílias de agricultores.

A "Feira Permanente do Peixe Vivo" aumentou visivelmente a comercialização de peixes após a implantação do Programa do PRONAF Infra-estrutura<sup>31</sup>. Antes, a comercialização só era realizada na Semana Santa e equivalia à venda de 2.000 kg de peixes, vendidos pelo valor de R\$ 4.000,00 e depois da implantação do Programa PRONAF Infra-estrutura, a comercialização de peixes é realizada durante todo o ano e equivale a venda de 10.000 kg de peixes, vendidos pelo valor de R\$ 20.000,00 reais.

Hoje, o número de sócios da APILO aumentou<sup>32</sup>. Existe a intenção de melhorar as possibilidades de comercialização, para tal foram solicitados recursos junto à Secretaria Especial Aquicultura e de Pesca, do Governo Federal para a compra de um computador, para informatizar o processo de comercialização do peixe.

### **Bovinicultura de leite**

No início do ano de 2002 foram instalados 13 resfriadores de leite com os recursos advindos do PRONAF Infra-estrutura nas comunidades rurais de Lontras. No Município existem 94 produtores de leite e destes 81 (86,17%) fazem uso dos resfriadores. Neste período, o preço do litro do leite oscilava entre R\$ 0,22 a R\$ 0,36. O custo de produção era de, aproximadamente R\$ 0,18. Em função destes dados, a sobra para o produtor variava de R\$ 0,04 a R\$ 0,18 por litro.

Dezoito meses após a instalação dos resfriadores, 110 produtores fazem uso destes, sendo que 29 agricultores reiniciaram a produção de leite. A produção média dos agricultores é de 39,3 litros/dia. Agora o preço do litro de leite vendido pelo agricultor varia de R\$ 0,40 a R\$ 0,46 centavos e, aproximadamente, o custo de produção é de R\$ 0,24, sendo que a sobra para o produtor oscila entre R\$ 0,16 a

<sup>31</sup> Os principais peixes produzidos são a tilápia (principal em mais de 90% das propriedades) e a carpa húngara, entre outras espécies.

<sup>32</sup> Com o objetivo de angariar recursos financeiros a Associação promove o "Baile do Jundiá", que é um evento realizado anualmente. O salão onde é realizado o baile é todo decorado com as redes de pesca e durante o baile são realizados sorteios de peixes assados para os participantes.

R\$ 0,22. Com estes resultados os produtores com menos produção foram os mais beneficiados, pois passaram a receber valores iguais aos grandes, pois o leite de todos é reunido numa mesma cota possibilitando a comercialização de forma coletiva, fato que leva a agregar valor ao preço do leite e, por consequência, aumentar o interesse dos agricultores por esta atividade que está em expansão no município.

Logo após a instalação dos resfriadores nas comunidades rurais, muitos agricultores ficaram resistentes em usá-lo devido às dificuldades e ao custo com o transporte do mesmo até o local de instalação do resfriador. Mas, logo as Associações Comunitárias criaram novas estratégias e resolveram a dificuldade organizando uma forma de transporte coletivo do leite até ao resfriador .

### DEPOIMENTO

*"Na implantação desses resfriadores houve aqui uma resistência, até razoavelmente grande porque é novo, é novidade aí o agricultor achava que era complicado aí ele sair de casa com o seu leite para levar lá no resfriador, mas à medida que foi começando a se juntar esse leite e a aumentar o valor do litro do leite o pessoal foi se motivando e hoje já estão se organizando, para que cada comunidade tenha um transportador perto, tenha um tobata, tenha um carro, então ele vai passando e vai arrecadando o leite de todos e aí eles dão um centavo, dois centavos por litro, para ele, e não precisam sair de casa como eles faziam antes da instalação desses resfriadores e aumentou o valor do leite" (Agricultor, presidente do CMDR de Lontras).*

A produção atual do Município é de 130 mil litros/mês e tendo o preço do leite vendido a média de R\$ 0,08 por litro, o valor agregado pelo conjunto dos produtores no período de um mês é de R\$ 10.400,00. O leite produzido nestas propriedades é vendido in natura. Existe o interesse dos agricultores em obter recursos para fazer uma usina/agroindústria coletiva de iogurte.

## Programa de beneficiamento da produção

### A cebola

A venda da cebola é realizada de maneira individual pelos cebolicultores e antes de ser vendida ela passa pelo selecionador que está localizado próximo das propriedades dos agricultores que dele se beneficiam, o que facilita o transporte, não criando custo adicional.

<sup>33</sup> Ainda estão sendo beneficiados oito puxadores de leite, que recebem entre R\$ 180,00 a R\$ 450,00 por mês, trabalhando entre uma a duas horas por dia.

## DEPOIMENTO

*"O retorno do selecionador/classificador para o agricultor é deste poder acompanhar pessoalmente a classificação da cebola e assim garantir e evitar a possibilidade de ser ludibriado pelos atravessadores/comerciantes. O transtorno de ter que se deslocar para outro município para acompanhar a classificação da cebola a ser vendida também é evitado com o classificador instalado no próprio município, próximo das comunidades dos cebolicultores" (Agricultor e Presidente do CMDR de Lontras).*

A cebola é um produto perecível e seu preço oscila muito no mercado, por isso sua comercialização é complicada e delicada. Além do que, o cebolicultor pode não receber o valor do produto entregue caso o atravessador não for de sua confiança. Por essas dificuldades os produtores de cebola decidiram não realizar as vendas coletivamente.

## DEPOIMENTO

*"Aí tem o problema do comércio da cebola que é um comércio ingrato. Aí, quem não é macaco velho, quem não tem experiência, sofre o calote. A dificuldade de comercialização é bastante grande, vender tu vende fácil, mas a segurança de tu receber é que é o problema. [...] E nós optamos pelo atravessador aí tu tem que procurar aquele que é de confiança da região que já compra a muitos anos e que tem patrimônio. Aí quem corre o risco de levar o calote é quando se vende pra São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e nós temos certeza que esse atravessador vai nos pagar. [...] E também a cebola causa diversos transtornos pro agricultor. Porque um ano ela dá muito graúda, aí o comerciante não quer, aí ele queria uma menor. Aí outro ano dá uma seca e tu tens que vender ela pela metade do preço porque ela é da caixa dois, outras vezes dá que nem nesse ano que choveu demais, ela apodreceu e a qualidade ficou ruim" (Agricultor, presidente do CMDR de Lontras).*

O galpão do classificador de cebola é usado por todos os agricultores do município. Para a sua administração a associação remunera um agricultor. Para ter direito ao uso do galpão os agricultores pagam uma taxa que é usada para a sua manutenção. Assim o uso do galpão atende ao coletivo e a comercialização é individual a cada produtor. Existe a intenção de criar uma associação municipal de produtores de cebola com o objetivo de esta administrar o classificador e realizar compras e vendas coletivas para o mesmo.

---

<sup>64</sup> VITÓRIA, *op. cit.* 1999, p. 30.

É, em especial, no caso da produção de cebolas que fica evidente a falta de uma política agrícola no país que dê o mínimo de segurança para o pequeno agricultor familiar. A ausência de uma política de preços mínimos torna a produção da cebola uma atividade de alto risco para o agricultor. Vejamos o depoimento deste produtor de cebolas:

#### DEPOIMENTO

*"É um produto de muita especulação a cebola. E, esse ano aconteceu que os institutos de pesquisa estavam certos, não tinha mais cebola no Brasil, a tendência era dar preço a partir da metade de janeiro. Mas, o que aconteceu, na metade de janeiro botaram "duas carguinhas" de uma cebola precoce da Argentina e começaram a divulgar: não, já está entrando cebola da Argentina e não vai subir, não vai subir... Aí o pessoal se desespera e vende tudo e não sobe o preço" (Agricultor, presidente do CMDR de Lontras).*

#### Secagem de grãos

No ano de 2002, o galpão da secagem de grãos atendeu a 120 agricultores que produziram 6.000 sacos de grãos. Atualmente, a secagem possibilita a agregação de R\$ 2,00 reais por saco, totalizando num valor de R\$ 12.000,00 por ano. Até a presente data do ano de 2003 o secador já atendeu a 100 agricultores, que também produziram 6.000 sacos de grãos, agregando o valor de R\$ 3,00 por saco e totalizando o valor de R\$ 18.000,00 reais.

#### Incentivo à comercialização

O principal resultado desta ação proposta se consubstanciou na fundação, em 02 de outubro de 2002 da APEPA – Associação dos Pequenos Produtores Artesanais de Lontras, cuja sede está localizada na Casa de Venda de Produtos Coloniais, ou Casa Colonial<sup>34</sup>, esta também é resultado da proposta, instalada na margem da BR 470, ao lado do trevo que dá entrada ao Município de Lontras. Atualmente, são 32 sócios que produzem licores, cachaça, geléias, conservas, doces, mel, panificação, embutidos de suíno, artesanato, entre outros.

Os objetivos da APEPA têm como objetivo fomentar a produção agroartesanal do Município mediante a qualificação profissional e associativa dos

<sup>34</sup> Na Casa Colonial pode ser realizado evento social, tais como, festas de maneira geral, encontros para realizar reuniões, bate papo, lanches, entre outros. Ela serve café colonial e vende os produtos agroartesanaís e artesanatos produzidos. Também dispõe de um parque de diversão para crianças.

pequenos produtores. Sua origem esta fortemente relacionada à defesa do meio ambiente, visando geração de trabalho e renda pautados no desenvolvimento sustentável e solidário. Outro objetivo é a formação de parcerias para busca de inserção dos produtos agroartesanais (com a marca própria, ainda a ser conquistada) no mercado local e regional. Para tanto pretende participar de eventos, como de festas e feiras.

O processamento de alimentos não é uma das principais atividades da agricultura do Município, a renda obtida com esta atividade serve apenas de complemento para uma parcela dos agricultores. Apesar dos agricultores terem realizado vários cursos de processamento, são poucos os que industrializam artesanalmente a produção. Os técnicos da SMDR e da EPAGRI iniciaram um trabalho de motivação para incrementar a agroindustrialização artesanal no Município de Lontras.

Para tanto já foram realizados alguns cursos e mais fortemente aparece o incentivo quando observamos a tabela das viagens de estudo que foram realizadas. Existe a expectativa de crescimento desta atividade que está relacionada com os objetivos da APEPA e a possibilidade de criar a legalização da atividade via concretização do SIM.

## DEPOIMENTO

*"É, e a gente está ainda galgando passos. Foi primeiro na associação. Uma série de problemas como todo grupo que está se organizando. Então, devagarzinho se está discutindo com eles alternativas do que se fazer. Vamos achar de um lado ou de outro. A gente também não quer induzir e está procurando fazer com que eles pensam também, com que eles dêem sugestões e busquem as coisas. Então, tem que levar em consideração as avaliações deles, alguns já tem bastante experiência, já foram em várias viagens de estudo e podem colaborar nesse processo. Porque eu acho que se não há um envolvimento dos produtores, das famílias rurais, não adianta nós técnicos quereremos" (Extensionista da EPAGRI, Lontras).*

O SIM – Serviço de Inspeção Municipal é coordenado por um veterinário e só inspeciona os produtos de origem animal e a vigilância sanitária tem a incumbência de inspecionar os outros produtos. Só as conservas de palmito e bebidas precisam dirigir-se ao Ministério da Saúde, para os outros somente é necessário o alvará sanitário. A vigilância sanitária de Lontras está começando a atuar e os agricultores que atingirem as normas solicitadas vão ter direito ao selo. A APEPA esta passando por este processo e está em busca de seu selo.

**DEPOIMENTO**

*"No final do ano passado a gente deu um curso pra eles de gerenciamento, que trabalhava a questão do agro-negócio. Da administração. Então, nós trabalhamos deste a parte da legal, da legislação, essa questão da qualidade, questão de mercado, custo e fizemos uma excursão. Então, quem tinha um pequeno negócio, a maioria dos fornecedores da Casa Colonial, quem produz alguma coisa e vende, formal ou informalmente, negócio registrado ou não teve a oportunidade e, no final do curso a gente fez uma excursão, onde a gente visitou as agroindústrias de Pomerode. E visitamos a casa colonial, algumas unidades da produção mesmo. [...] Ano passado nós visitamos uma usina de cana. Tinha algumas pessoas do curso que trabalhavam com melado. A gente visitou também fábricas de doce caseiro, pois tem o pessoal da panificação. Porque, às vezes, eles pensam assim: que construir uma unidade é um prédio enorme, grande, cheio de máquinas caras, pra quebrar essa idéia e mostrar uma coisa prática nos fomos lá" (Extencionista da EPAGRI. Lontras).*

A criação da APEPA (incluindo a construção da casa colonial) está vinculada ao desejo de aumentar a participação da mulher agricultura nas atividades associativas da "Prática", bem como, lhes possibilitar um espaço, promovendo a ampliação da geração de renda a partir de seu trabalho. Acredita-se ser esta uma forma de valorização social e individual da participação da mulher no meio rural, pois a renda adquirida com a atividade seria da mulher, possibilitando-lhe uma certa autonomia frente a unidade de produção familiar. Algumas mulheres já foram qualificadas, mediante a realização de cursos e viagens de estudos.

Quanto à potencialização do uso da Casa Colonial, uma sugestão poderia ser dada à APEPA para que analise a viabilidade de usá-la para servir refeições aos que visitam Lontras, numa média de 1,4 excursões por mês, conforme já demonstrado. Estas refeições poderiam ser baseadas num "prato típico" da produção agrícola do Município. Também poderia ser apresentado um material de divulgação da "Prática de Lontras" que incentivasse o consumo solidário e sustentável, vinculado com a história e valores locais do município<sup>35</sup>.

**Programa de melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente**

Percebe-se, na "Prática" de Lontras um antigo dilema conceitual que atravessa a academia e tantas iniciativas de desenvolvimento seja no campo rural como urbano, que é a diferenciação entre sustentabilidade e auto-sustentação.

<sup>35</sup> O município de Lontras, além da Casa Colonial possui potencial turístico, pois além de ter uma paisagem exuberante, tem como atrativo a rampa de vôo livre, o autódromo e uma série de pontos de belezas naturais. E o turismo rural pode ser mais uma alternativa a ser conquistada para a geração de trabalho e renda nas propriedades rurais. O estado de Santa Catarina já possui algumas experiências exitosas nessa área que poderão ser conhecidas nas próximas viagens de estudos.

Enquanto o primeiro conceito volta-se às experiências cujo objetivo fundamental é a manutenção econômica e preservação dos empreendimentos, sem maiores preocupações com os aspectos éticos que antecedem o conceito e a prática interventiva para o desenvolvimento, o segundo, sobretudo pela vertente do ecodesenvolvimento, já traz estas preocupações (Mantovaneli Jr., 2001).

A experiência de Lontras, incentivada pelas próprias prerrogativas do PRONAF Infra-estrutura, tomou o projeto da sustentabilidade por empréstimo, e embora fosse um encaminhamento novo, sobretudo, diante das condições estruturais dos agricultores, foi possível se avançar bastante neste aspecto.

Os principais impactos do ponto de vista da qualidade de vida e do meio ambiente, acredita-se não estejam relacionados com uma perspectiva ideal, mas concreta de construção de um projeto sustentabilista. Em outras palavras, todos os pontos acima tratados, repercutem direta ou indiretamente nas condições de trabalho e outras esferas da vida dos agricultores. Entretanto, merece destaque o fato de que os constantes riscos a que um produtor agrícola familiar está submetido força-o a não ter condições de ficar questionando em profundidade o seu modo de produção, exceto, em condições de favorecimento ou estímulo para tanto, como foi o caso das possibilidades oferecidas pelo PRONAF. Em geral, como foi demonstrado no capítulo teórico deste estudo, o processo produtivo da agricultura familiar é tencionado por questões de sobrevivência e manutenção das condições mínimas de salubridade e dignidade. O que significa que, para sobreviver e não por em risco a propriedade, garantir estudo aos filhos, alimentação, transporte e saúde, o uso de agrotóxicos ou a produção de culturas, progressivamente questionáveis, como o fumo, acaba sendo a única saída capaz de reduzir riscos e seu questionamento fica, portanto, em segundo plano. Nas palavras de um agricultor presidente de Associação *"já tem a venda garantida"*.

Não obstante, a "Prática" "Formação de Parcerias e Geração de Renda nas Comunidades Rurais de Lontras – SC" tem trazido um amadurecimento dos produtores a respeito da questão. Observou-se em depoimentos informais e entrevistas que os agricultores, embora fizessem uso de agrotóxicos, muitas vezes, não concordavam com o uso indiscriminado daquela alternativa tecnológica, por uma questão de salubridade própria e alheia. Alguns demonstraram, tanto nos cursos de formação profissional como a partir de observações em visitas a outros municípios, amadurecimento sobre estas e outras questões. Um dos agricultores relatou que, quando deixou a lavoura de fumo, diminuindo, o uso de agrotóxicos, passou a ter uma melhora sensível de sua saúde.

Portanto, as alternativas tecnológicas assumidas na agricultura familiar, muitas vezes são resultado de uma complexa equação da qual, indubitavelmente fazem parte a cultura do modo de produzir de um lado, a falta de condições estruturais para mudanças profundas de outro, levando para um encaminhamento imediatista e defensivo<sup>36</sup> do processo produtivo, mesmo que um processo de

---

<sup>36</sup> Defensivo enquanto mecanismo de resistência para a garantia das condições mínimas de dignidade e subsistência no campo.

conscientização esteja em curso. Acredita-se que no Município de Lontras, tal fato não é diferente. Assim, sem alternativas, alguns passaram a ser mais criteriosos, por exemplo, no uso de agrotóxicos e nas suas agendas de discussão, em diversos momentos, a temática passa a ser incorporada.

Por fim, constatou-se que seria viável um maior direcionamento do processo de qualificação profissional do agricultor por conteúdos que pudessem contemplar um projeto integrado de produção agroecológica, ao lado dos seus desafios. Nota-se, da análise da tabela dos cursos oferecidos, que foi oferecido o curso de agroecologia apenas duas vezes desde 1998 (uma vez em 2000 e outra em 2002), e o de conservação do solo e água apenas recentemente passou a ser contemplado, desta feita com quatro edições, o que é bastante salutar. Vale a certeza de que, na medida em que uma perspectiva sustentabilista, em suas diversas dimensões, seja inculcada nos conteúdos de todos os cursos, sem dúvida isso propiciará uma efetiva alavancagem rumo à construção de bases cada vez mais sólidas para um projeto de efetivo desenvolvimento rural sustentável.

### 4.3 Sustentabilidade

Segundo a literatura corrente, o conceito de desenvolvimento sustentável, nos termos tratados pelo relatório Brundtland, exceto pelo fato de remeter de algum modo à questão ambiental não admite facilmente um único sentido. Pelo contrário, há uma multiplicidade de interpretações sobre o conceito, variando desde os encaminhamentos de ordem mercantil economicista, onde a natureza é um bem a ser explorado e dominado, ainda que com novos refinamentos processuais, até aqueles de foco preservacionista, que tomam a natureza como um ente intocável, mesmo em detrimento da vida humana. Por esta razão, falar em desenvolvimento sustentável não é uma tarefa simples. Diante da complexidade temática, Sachs (1993) sugere um caminho interessante. Propõe que a temática do desenvolvimento pode ser facilitada ao abordarmos a questão trabalhando com dimensões do desenvolvimento. Este foi o rumo assumido por este estudo, tomando cinco dimensões: a ambiental, a humana, a social, a econômica e financeira e a institucional. Pela riqueza da totalidade de categorias propostas ao longo do estudo, entende-se que tais preocupações foram contempladas ao longo dos capítulos anteriores e posteriores, portanto, neste instante revela-se apenas a necessidade de demonstrar tais preocupações e como elas foram efetivamente consideradas.

Todas as dimensões amparam-se na noção de sustentabilidade, portanto na compreensão de que o homem, como qualquer ser vivo do planeta, necessita servir-se dos recursos que a natureza oferece para que possa sobreviver. A dimensão ambiental incorpora entretanto a percepção de que deve fazê-lo de modo que minimize os impactos gerados e promova a recuperação daqueles que forem inevitáveis. Traz como questão de fundo, a busca da compreensão da capacidade de

carga de cada ecossistema, debate que Sachs (1993) propõe por meio da dimensão ecológica<sup>37</sup> de sustentabilidade. Tais aspectos foram trabalhados sobretudo na discussão sobre melhoria da qualidade de vida e meio ambiente, e também em parte das considerações finais.

A sustentabilidade social é um conceito que procura explorar o desafio da transformação dos padrões com que a sociedade se interpreta e se transforma rumo a uma idéia não materialista e utilitarista do que seria a "sociedade ideal", permitindo o fortalecimento dos seus elos fundamentais. Tais preocupações analíticas foram contempladas nas análises sobre lideranças e fortalecimento da comunidade, gênero, juventude e inclusão social.

O debate sobre gênero, juventude e inclusão social, contribuiu também para a análise da sustentabilidade humana na "Prática", já que a dimensão social e a humana, efetivamente, são distintas somente do ponto de vista pedagógico. Esta categoria prima pela compreensão das questões que tornam possível o debate sobre equidade, preservação de valores, mecanismos de acesso e inclusão social. Por conseguinte, uma dimensão que incorpora o que Sachs (1986) entende por dimensão cultural<sup>38</sup>, e Mantovaneli Jr. (2001) retomando ao Relatório Brundtland e à Agenda 21, por sustentabilidade política.

O debate sobre a dimensão econômica e financeira situaria o desafio fundamental do rompimento com a lógica colonial dos sistemas econômicos sobre as demais esferas da vida associada, ou seja, da reinserção dos sistemas organizativos de base econômica em um sistema mais amplo, no caso o sistema social. Incorpora uma lógica renovada de alocação de recursos, geração e manutenção de níveis de investimento. No presente estudo tais preocupações foram descritas e analisadas ao se contemplar os impactos e resultados de sete das oito ações propostas pelo PMDR de Lontras, quais sejam profissionalização, incentivo à produção, apicultura, piscicultura, bovinocultura, beneficiamento da produção, incentivo à comercialização. Tal dimensão é, em certo sentido, um dos requisitos de êxito, considerados pela própria CAIXA para a premiação das práticas escolhidas.

Por fim, a dimensão institucional, traduz a base organizativa que preconiza um arranjo ao mesmo tempo legal, de atores e sistemas que garantem a efetivação da arquitetura organizacional capaz de levar adiante o processo de desenvolvimento. Harmônico portanto com o que o Relatório Brundtland propõe por meio dos conceitos de sustentabilidade política e administrativa. Estas preocupações foram cotejadas em diversas instâncias do estudo realizado, tanto no debate sobre as parcerias, como na institucionalização, nos impactos, nas lideranças e fortalecimento das comunidades, gênero e inclusão social, ou seja, onde os condicionantes político-institucionais puderam ser, de algum modo observados e analisados.

---

<sup>37</sup> A dimensão ecológica, expressaria o desafio de se relacionar os processos de mudança social, criação e difusão tecnológica com a capacidade de carga da "nave mãe" terra.

<sup>38</sup> A dimensão cultural ilustra o desafio de se construir uma idéia de modernidade ou mudança social ancorada em referenciais endógenos.

#### 4.4 Liderança e fortalecimento da comunidade

Os aspectos significativos no que tange à questão da criação, legitimação de lideranças no Município de Lontras, sobretudo no que tange ao que foi propiciado pela prática da implementação do PRONAF Infra-estrutura serão abordados a partir de quatro elementos, quais sejam os aspectos ligados à **atividade administrativa**, que engloba as questões políticas relacionadas aos processos e resultados circunscritos à atuação do novo CMDR. Como desdobramento desta primeira, mas com possíveis impactos nos demais aspectos, a preocupação com o **incentivo** ao surgimento de novas lideranças em uma perspectiva de longo prazo. A **atividade operacional**, de implementação das ações descritas no PMDR. O **desenvolvimento das comunidades e do associativismo** no município.

Quanto ao primeiro item, atividade administrativa, objetivamente, pode-se dizer que quando os membros do CMDR foram interpelados pela equipe de pesquisa sobre o conceito de liderança, houve uma preocupação da maioria em caracterizar a dimensão coletiva despersonalizando qualquer nome. Alguns se preocuparam em ressaltar a figura formal do prefeito e demais reconhecendo as representações associativas como sinônimo de liderança.

Ao analisar o primeiro grupo, pode-se afirmar que por um lado, a caracterização coletiva pode ser interpretada, sem risco de grande erro, como uma forma de amadurecimento, em processo, de uma cultura de respeito recíproco que pode estar atrelada ou não as antigas práticas de pactuação política como de uma cidadania em efervescência, propiciada pelo cotidiano das atividades representadas pelos atores e suas bases. Acredita-se mais na segunda hipótese. Por outro lado, este reconhecimento coletivo, dilui a possibilidade de um surgimento precoce de projetos políticos relacionados com possíveis cargos eletivos para o executivo ou legislativo municipal o que poderia acirrar certas posições em um espaço que não fora concebido para tanto colocando em xeque os objetivos e o cotidiano do CMDR. Em outras palavras, como Robert Dahl diria, a hipótese que se aventa é que se trata de uma estratégia de preservação do sistema político (Dahl *apud* Schwartzberg, 1979).

Por outro lado, o apontamento da figura do prefeito, revela uma concepção antiga do conceito de Liderança, trabalhada por Mac Iver e Page (1973), como "a capacidade de persuadir ou dirigir os homens, resultado de qualidades pessoais, independentemente da função exercida" (*apud* Petracca, 2000). Em outras palavras, uma acepção carismática do termo, mas com certa dose de tradicionalismo, um tanto contraditório com o que se estaria tentando construir a partir do CMDR, que era uma prática efetiva com uma lógica democrática, participativa, portanto na crença em uma contratualidade e na legalidade. Retomando os conceitos clássicos de dominação e autoridade em Weber (2000, p. 141)<sup>39</sup>, uma tensão entre três leituras do conceito: liderança tradicional, carismática e liderança racional ou Legal. No caso,

<sup>39</sup> Em Economia e Sociedade, Weber define Poder como a probabilidade que um sujeito possui de impor a própria vontade. Complementarmente, o Poder remete a uma forma de dominação na medida em que encontra obediência. Liderança aqui é vista como uma relação de poder, portanto passível de ser explicada por este referencial. Na mesma obra diferencia os tipos de dominação: racional como crença em um ordenamento instituído, tradicional como autoridade amparada pela crença nos costumes e carismática pela força na imagem personificada e venerada do líder (Weber, 2000, p. 33 e p. 141).

trabalha-se com a hipótese de este tipo de leitura ser mais uma estratégia amadurecida na prática política do grupo, que é a de se amparar nas estruturas formais de poder, também como estratégia de preservação política e de não exposição de um concreto posicionamento político, o que não deixa de trazer um certo componente tradicional. O que nos remete ao depoimento de um dos técnicos da prefeitura que dizia que, o agricultor tem uma característica que lhe é bastante peculiar, que é o fato de em situações em que se sente acuado, seja por razões políticas como por razões técnicas, muitas vezes ele diz sim, quando o que pensa é num rotundo e seguro não. Uma questão relacionada com imperativos subjetivos determinantes da política no meio rural, no Município de Lontras.

Por fim, do mesmo modo que o apontamento do prefeito como liderança, a resposta direcionada ao associativismo, reflete um certo conforto formal, mas com um ingrediente absolutamente novo, qual seja, o do amparo das bases comunitárias, o que não deixa de ser uma forma de pactuação contratual. Trata-se de uma compreensão mais próxima de uma conceituação sobre liderança que se harmoniza com o aprofundamento dinâmico da democracia que Petraccia (2000, p. 713) descreve da seguinte maneira:

"a) desenvolve-se num contexto específico de interações e reflete em si mesmo (e na sua 'tarefa') a 'situação' desse contexto; b) manifesta determinadas motivações do líder e exige atributos peculiares de personalidade e habilidade, além de recursos específicos, tudo isso (motivações, atributos, recursos) variáveis do papel, relacionadas com o contexto; c) relaciona-se com as expectativas dos liderados, seus recursos, suas aspirações e suas atitudes".

Acredita-se que esta resposta seja a mais representativa de um *ethos* democrático em processo de amadurecimento. Mesmo reconhecendo que, por vezes, a escolha destes representantes seja atravessada por processos de esvaziamento político, falta de alternativas em termos de nomes dispostos a conduzir as Associações, priorização de outros projetos individuais enfim, mesmo reconhecendo que as práticas tradicionais da política tencionam não somente ao Estado, mas ao conjunto de iniciativas políticas que movimentam o homem brasileiro (Rouquié, 1992), e da qual o associativismo lонтrense não está livre.

No que tange ao fomento ao surgimento de novas lideranças, além do que a dinâmica participativa e democrática oferece enquanto possibilidade, vale destacar a preocupação expressa na lei no. 02347 que instituiu o novo CMDR, em seu artigo 4º, com a garantia de representação junto o Conselho de dois representantes dos jovens. E na atual gestão do Conselho merece destaque o fato de serem, tais representantes, um homem e uma mulher. Não obstante, as atividades de campo demonstraram três desafios ainda a serem vencidos quanto a este aspecto. Em primeiro lugar o fato destes representantes estudarem no período noturno e dificilmente terem condições de se fazerem presentes nas reuniões. Em segundo lugar a percepção de que os dois representantes não terem ainda atentado para a importância do cargo que ocupam tendo uma presença bastante passiva nas reuniões do CMDR. Possivelmente isso possa ser explicado por um aspecto político cultural familiar, como revelou o grupo focal efetuado com um grupo de 24 jovens

de diversas comunidades, expresso por exemplo no fato de, no campo, as decisões sobre o futuro da propriedade e das atividades em geral, serem decididas pelos pais, e ainda que os jovens possam opinar a última palavra fica com o pai. Uma hipótese para o marasmo ou pouco interesse ou iniciativa pode estar expresso neste imperativo patriarcal. Por fim, há o desafio de conseguir implementar uma dinâmica de legitimação desta camada da população, que é transversal à lógica associativa e comunitária.

Quanto à atividade operacional, acredita-se que há um reconhecimento aos atores formais do executivo (técnicos e políticos) e do legislativo, sobretudo pelo modo como se iniciou a implementação dos recursos do PRONAF. Ou seja, iniciou sem um acompanhamento efetivo do associativismo, que foi gradualmente resgatado e afinado. Embora as necessidades materiais, portanto utilitárias pareçam ser os determinantes nesta instância.

De qualquer modo, dois ingredientes se fazem presentes, e estão relacionados com as expectativas, motivações e recursos com que lidam os membros do CMDR, que são de um lado uma perspectiva instrumental materialista, típica daquelas que permitiram catalizar os atores sociais por meio do aceno com os tratores, e de outro lado uma crescente valorização da prática participativa e um reconhecimento recíproco do papel de cada um, mas sem desconsiderar a presença e o papel fundamental que alguns atores tradicionais desempenham enquanto facilitadores ou responsáveis formais por esferas estratégicas no funcionamento do Conselho.

Por fim, no que tange ao desenvolvimento e fortalecimento comunitário ou, em outras palavras, o amadurecimento da cidadania, vale a pena destacar que, embora as Associações enfrentem dificuldades, já que o cotidiano no campo é de muito trabalho e de poucas oportunidades de atualização pessoal<sup>40</sup>, como diria Ramos (1989), suas lideranças são escolhidas por eleição direta. Na medida em que estes escolhidos têm tanto atuação comunitária como estendem a mesma para o CMDR, o que se revela é sempre a possibilidade de uma nova liderança comunitária emergir como municipal, de um processo que é visto, por eles mesmos como valoroso e pedagógico. Esta impressão, extraída do grupo focal realizado no CMDR, reforçada por frases do tipo *"não há dinheiro que pague toda a experiência e informações obtidas"* demonstra que todos os envolvidos aprenderam também que a *"união faz a força"*, *"a trabalhar em grupo"*, *"a importância da participação, do coletivo"*. Também construíram amizades, aumentaram a motivação de serem agricultores e sentem-se responsáveis e sujeitos construtores das políticas da agricultura do Município. O direito de poder conversar com o prefeito e técnicos de igual para igual é motivo de orgulho e de valorização. A emoção de ser um agricultor a dar palestras para muitos agrônomos, num processo de educação e de trocas de experiências, com certeza, inverte a lógica tecnicista e autoritária dominante da extensão rural e das políticas agrícolas do país.

---

<sup>40</sup> Ramos trabalha através deste conceito, a dimensão humana relacionada aos seus desejos e interesses ligados à contemplação, ao lazer, ao prazer, à escolha livre.

## 4.5 Gênero e inclusão social

### Ser agricultora em Lontras

Além das observações de campo, este item foi organizado a partir da sistematização das respostas obtidas das mulheres na realização do grupo focal na comunidade de D. Paula<sup>41</sup>.

Quanto a vida dos (as) agricultores (as), consideram que antigamente o trabalho era mais pesado e demorado, pois não tinham a mecanização das atividades. A modernização da agricultura facilitou o trabalho agrícola, no entanto, seu alto custo, pode colocar em risco a viabilidade econômica das propriedades dos pequenos agricultores. A rentabilidade da agricultura em Lontras diminuiu nos últimos anos e, atualmente, apesar do aumento da produção agrícola se obtém menor rentabilidade. O aumento do risco nas atividades agrícolas gera uma situação de pressão psicológica que desencadeia o estresse. Resumindo, as participantes do grupo focal consideram que ser agricultor (a), atualmente, significa, fisicamente trabalhar menos que antigamente, pois a enxada foi substituída pelo veneno e pelo trator, porém, há o peso psicológico da pressão e do medo de não se conseguir o retorno financeiro esperado, planejado. O risco na agricultura é caracterizado pelas intempéries climáticas (secas, excesso de chuvas, entre outras), pela ausência de políticas de planejamento da produção agrícola, pela ausência de políticas de preços mínimos e pelo aumento constante do preço dos insumos e equipamentos agrícolas.

Ser agricultora em Lontras, é visto como uma situação difícil, pois o trabalho da mulher é permeado pela dupla jornada: trabalhar nas atividades agrícolas e nos afazeres domésticos, que não são poucos. Todas concordaram que tendo em vista a dupla jornada, a mulher trabalha mais horas que o homem no meio rural.

Quando questionadas sobre a divisão das tarefas entre as mulheres, os filhos e os homens na unidade de produção, as mulheres reproduziram a clássica fala patriarcal do meio rural: os filhos em idade escolar estudam e, no tempo restante “ajudam” aos pais nas lidas agrícolas. Apesar da já citada dupla jornada de trabalho, também definiram seu trabalho como sendo de “ajudantes” dos maridos. Estes, elas disseram, que realizam o trabalho “pesado” e elas e os filhos fazem os trabalhos “leves”. Historicamente, nos mais variados contextos, o trabalho da mulher tem sido considerado como “mais leve e de menor valor”. Esta significação “mascara” a dupla jornada de trabalho que a mulher agricultora realiza, desqualificando o seu papel no meio rural. Se ela trabalha na roça em condição de igualdade e se ainda realiza todos os afazeres domésticos e de educação dos filhos, por que seu trabalho é considerado como de “ajuda” ao do homem?

---

<sup>41</sup> Neste dia, após a realização do grupo focal, que teve a duração de aproximadamente duas horas, o grupo de mulheres serviu um café colonial delicioso para os que se fizeram presentes. Além das mulheres presentes participaram os dois coordenadores da pesquisa, uma bolsista e a extensionista da EPAGRI.

Pesquisas mostram que o estilo de vida da mulher agricultora tem sido considerado de forma negativa, como de escravização. A penosidade do trabalho na roça, a dupla jornada de trabalho, a falta de qualidade na assistência à saúde, o pouco espaço para a diversão e o lazer, a dominação do pai/marido sobre a filha/esposa e a desvalorização do papel da mulher agricultora na sociedade são fatores que legitimam este estilo dito escravizante. As agricultoras, normalmente são vítimas de preconceitos, de discriminações e de estereótipos que servem para cercear-lhes a autonomia e a liberdade. O trabalho da mulher, com certeza, é parte fundamental para a reprodução social da agricultura familiar e na razão simbólica que envolve propriedade rural.

Seria o trabalho do homem considerado 'pesado' para lhe possibilitar o privilégio do descanso e do lazer, na maioria das vezes, não oferecidos às mulheres agricultoras?

A comunidade de D. Paula é a única do município no qual as mulheres estão organizadas num grupo. Este tem como objetivo a integração entre as mesmas. Neste espaço<sup>42</sup> as mulheres realizam eventos, reuniões, cursos de qualificação profissional e atividades de lazer, como por exemplo, o jogo de cartas e bingos. Nas atividades de lazer participam as famílias da comunidade D. Paula, de forma geral. Além das atividades da propriedade rural, as atividades nas quais as mulheres participam são quase exclusivamente as da sua comunidade, que são: do clube de mães, da Igreja local (como por exemplo, as festas religiosas e a catequese) e as relacionadas à escola. De forma geral, a maioria das mulheres referiu-se às associações comunitárias e ao CMDR como sendo atividades 'dos homens'<sup>43</sup>.

Quando interrogadas sobre as atividades de lazer as quais participam citaram os encontros do grupo de mulheres nos quais elas realizam trabalhos manuais (como pintar, bordar, fazer crochê, entre outros), os jogos de cartas e os bingos comunitários. Também falam das danças, dos passeios (para visitar parentes e amigos) e algumas, as da terceira idade, falam da ginástica. Algumas ainda relatam com alegria e orgulho a excursão que fizeram para o município de Nova Trento, para louvar a Madre Paulina, santa canonizada pelo Vaticano no ano de 2002.

Na esfera do lazer, geralmente existe uma segregação nítida relacionada ao gênero: os homens têm a bodega, o futebol, o salão comunitário, as atividades políticas, entre outras. As mulheres ficam restritas à esfera do lar, da Igreja e na melhor das hipóteses, à esfera comunitária. Gesser (2002) citando as pesquisas de Tedesco (1999, p.180) mostra que "sair junto com mulher" ou "ficar dando bola para conversa de mulher" significa para muitos homens perder *status* no espaço público, que principalmente, no meio rural é de domínio masculino.

"Estudar para ter uma boa profissão". A boa profissão é aquela que a sociedade valoriza e que traz rentabilidade para viver com boas condições de vida,

---

<sup>42</sup> Realizam suas atividades nas instalações de uma ex-escola isolada, que possui um salão com mesas e cadeiras, uma cozinha com as devidas instalações e banheiros.

<sup>43</sup> Apenas uma mulher, na qualidade de esposa do presidente da Associação Comunitária D. Paula participa das atividades promovidas pela mesma.

com dignidade. Portanto, pode ser esta rural ou urbana. Parte das mulheres desejam a permanência dos filhos na agricultura, no entanto, consideram o estudo como indispensável e que deveria ter políticas de apoio aos pequenos agricultores familiares. Relatam as dificuldades que o 'pequeno' tem para manter-se ou para melhorar suas condições de vida e que somente é fácil começar algo para quem já dispõe de recursos financeiros. O estudo é valorizado, pois é visto como importante para trazer retorno tecnológico para o meio rural ou para prepará-lo para viver nos centros urbanos. No meio rural existe uma forte associação entre estudo e modernização, sendo esta uma estratégia para obtenção de êxito como agricultor.

Atualmente, existe uma forte associação entre desejo de incorporar "as tecnologias do desenvolvimento rural sustentável" e o estudo. A oportunidade de estudar é considerada como forma de herança superior à própria propriedade da terra, "pois esta (caso ocorra algum problema de endividamento) o banco pode tomar e o estudo ninguém pode tomar". Então, "dar e receber estudo" passou a ser uma estratégia de reprodução social camponesa das mais valorizadas, pois "dar estudo" pode ser considerado como superior a "dar a terra".

Os jovens conhecem as atividades da "Prática" e são unânimes em afirmar que os recursos do PRONAF possibilitaram o aumento da rentabilidade na agricultura, bem como, das melhorias das condições de vida dos agricultores do município de Lontras. Citam os equipamentos agrícolas adquiridos, em especial os tratores e os resfriadores de leite. Estes melhoraram as condições dos agricultores nas comunidades, em especial, a qualidade do leite, do peixe e do mel. Também relatam as aprendizagens que tiveram nos cursos realizados: de trabalhos manuais (como pintura, bordados e crochê), de arte culinária, entre outros.

Consideram as atividades associativas e de organização política, de maneira geral, como sendo atividades masculinas. Algumas reclamam que os maridos é que consideram estas atividades como sendo exclusivamente masculinas e que não as possibilitam a participação. Dizem: "*Nós não somos convidadas a ir nas reuniões, após o encontro, eles vão tomar cervejas*". Esta frase é pronunciada com um certo ressentimento, mas, algumas concluem a reflexão pronunciando: "*os homens têm mais cabeça, eles sabem mais do que a gente*". Como se fosse natural a situação de gênero construída socialmente entre eles.

Quanto ao processo de tomada de decisão nas atividades que envolvem a unidade de produção e as questões familiares todas as mulheres afirmaram que quem decide é o marido. Algumas pontuaram existir um debate consultivo entre os integrantes da família, mas, todas concordaram que "quem dá a última palavra é o marido". Algumas relataram que postura diferenciada, questionadora deste modelo, geraria conflitos na dinâmica familiar. A estrutura hierárquica, de dominação masculina é citada por mulheres agricultoras e nas pesquisas já citadas elas reclamam de não serem ouvidas e de ficarem à margem dos negócios da unidade familiar de produção, não sendo considerada a sua opinião ou desejos, portanto, este fato é normalmente a rotina na maioria dos casos estudados do meio rural brasileiro.

Apesar da modernização da agricultura e de algumas transformações que sem dúvida estão acontecendo, os padrões tradicionais de submissão feminina continuam existindo e na esfera cultural ainda existem valores éticos de uma cultura patriarcal e autoritária que dá à mulher um lugar de subalternidade em todas as esferas da vida.

Assim, concluímos que o papel social da mulher no meio rural é desqualificado: vista como ajudante do pai e, após casamento, do marido e dos filhos. Sua existência faz-se em função da harmonia da família e da viabilidade da reprodução social da cultura camponesa. Com dupla jornada de trabalho penoso, seu corpo fica marcado pela rudeza das lidas agrícolas e, seus desejos amordaçados pela escravização a que se impõe: fazer-se em função dos outros.

No entanto, apesar de não existir movimentos sociais rurais no Município de Lontras e de sua influência ser fraca em toda a região do Vale do Itajaí, a partir da década de oitenta, à luz dos princípios da Teologia da Libertação e, posteriormente, na era dos novos movimentos sociais se reconfigura esta tradição. Cria-se o MMA – Movimento de Mulheres Agricultoras<sup>44</sup>, que reúne sujeitos políticos aglutinados em torno da identidade de ser mulher agricultora e busca a conquista dos direitos, historicamente a elas negados. As garantias constitucionais que o MMA conseguiu no Brasil se constituem em fato único na América Latina<sup>45</sup>. Hoje, mulheres e homens desnaturalizaram o papel dado à mulher no meio rural. Participante das mudanças, tanto no espaço público, como no privado, as agricultoras desmistificaram o *ethos* machista. Via participação política potencializaram suas ações para a conquista da cidadania.

Na visão das mulheres do Município de Lontras é cansativo ser agricultora, mas não querem deixar de serem agricultoras para serem operárias na cidade, pois dizem que o meio rural ainda é tranquilo, contrapondo-o às violências dos médios e grandes centros urbanos.

Apesar de considerarem o meio rural de Lontras machista, os técnicos da EPAGRI avaliam que as relações de gênero estão aos poucos sendo transformadas. Comentam a influência dos meios de comunicação, em especial da televisão. A EPAGRI promoveu seminários municipais com o objetivo de melhorar a situação. Foram realizados quatro seminários, nos quais foram discutidos os direitos e a cidadania da mulher agricultora, que envolveram temas como alimentação, saúde, corpo, sexualidade, relações interpessoais e dinâmica da família agricultora.

---

<sup>44</sup> Segundo Poli (1999), o surgimento do MMA em Santa Catarina ocorreu no dia 25 de julho de 1981, no Distrito de Itaberaba, município de Chapecó (região Oeste Catarinense), durante as comemorações do dia do colono. As comemorações foram organizadas pela Comissão Pastoral da Terra – CPT e pelo movimento popular que começava a surgir através das atividades desenvolvidas pela Igreja, que se fundamentava nos princípios da Teologia da Libertação.

<sup>45</sup> As conquistas do MMA foram: o direito à sindicalização, a aposentadoria aos 55 anos, o auxílio por acidente de trabalho, o auxílio natalidade equivalente às trabalhadoras urbanas e o reconhecimento da profissão de agricultora, em substituição à denominação “do lar”. Tal fato teve como consequência a organização e aquisição de uma série de outros documentos antes não exigidos, como por exemplo, a própria carteira de identidade, o título eleitoral e o Cadastro de Pessoa Física – CPF (Prim, 1996).

## DEPOIMENTOS

*"E até seminários que a gente promoveu no Município, encontro de mulheres que foram feitos em 98. E no primeiro encontro de mulheres, um dos temas discutidos com elas foi a questão dos direitos da mulher. Na época foi meio polêmico. Imagina, você vai cutucar numa ferida. [...] Mas as mulheres gostaram, pediram outro encontro daqueles e no próximo ano, nós fizemos mais um, em parceria com a Secretaria da Saúde do Município. Aí, nós trabalhamos sobre a saúde da mulher. Teve palestras com médico e enfermeira. Trabalhamos a questão do relacionamento humano e a interação da mulher com a família [...]"* (Extensionista da EPAGRI do município de Lontras).

*"No segundo, nós continuamos com saúde da mulher, trabalhamos alimentação, nutrição e a psicóloga trabalhou a questão do relacionamento humano. E daí, nesse encontro surgiu uma proposta, já havia no primeiro e no segundo foi reafirmado isso, da importância de um encontro de casais. Para que os maridos escutassem tudo o que havia sido passado pra elas. E daí, nós fizemos em 2000, acho que foi 2000, o encontro municipal de casais e foi muito bom. Foi um palestrante, só que a gente teve. Foi uma tarde. E as pessoas saíram de lá dizendo assim: eu estou com 50 anos de casado e nunca tinha escutado isso com o meu marido" (Extensionista da EPAGRI, Lontras).*

Nos dois primeiros encontros participaram somente as mulheres e no final do encontro as mulheres avaliaram que seria importante os maridos também participarem, pois para ocorrer mudanças nas relações de gênero, o homem também precisa ser qualificado. Considerando avaliação pertinente, a EPAGRI organizou o terceiro encontro com a participação do casal agricultor. No ano de 2002, foi realizado o encontro da família, que teve como público as 44 famílias beneficiadas no Programa Banco da Terra.

## DEPOIMENTO

*"Quando nós fizemos o projeto do "Peixe na Mesa", uma coisa que a gente chamava atenção era o porque das mulheres não se organizarem, não formarem grupos. Podia ser grupos pra não fazer nada. Simplesmente tirar uma tarde pra elas, pra descansar. Porque mulher até quando passeia na casa da comadre ela está trabalhando, pois está ajudando a lavar louça, a arrumar a mesa. Ela sempre está fazendo alguma coisa. E o (nome do técnico) foi um dos grandes defensores dessa idéia. E a gente lançou um desafio pra elas. Tire um dia pra vocês. Uma tarde por mês, uma tarde por semana. Não vai fazer falta no orçamento, na produção. Não vai alterar a produção, a safra da família. [...] E elas já estão mais críticas. Não é qualquer coisa que serve pra elas, lá agora, nas quintas-feiras como curso, não. Elas já estão fazendo avaliação. E elas dizem: essa professora nós queremos, aquela professora nós não queremos" (Extensionista da EPAGRI, Lontras).*

## DEPOIMENTOS

*"E nas avaliações apareceu isso. Foi muito interessante tudo o que foi tratado, mas nossos maridos precisam ouvir isso. Porque nós queremos ser diferentes, nós queremos ser valorizadas. Quem é que vai nos valorizar? É o nosso marido, é o nosso filho, é a nossa filha"* (Extensionista da EPAGRI, Lontras).

### A questão da juventude em Lontras

Participaram da pesquisa 24 jovens<sup>46</sup>, filhos de agricultores, sendo 50% do sexo masculino e 50% do sexo feminino. A maioria (77%) tem 15 ou 16 anos de idade, sendo que o mais velho tem 19 anos e o mais novo 14. Moram em sete comunidades rurais do Município de Lontras, sendo elas: D. Paula, Lontrinhas, Cotias, Braço Concórdia, Ribeirão Salto, Ribeirão Pinheiro e Alto Subida.

O ser jovem agricultor é mediado pelo futuro profissional e desejo de constituir uma nova família, com viabilidade financeira para mantê-la com qualidade de vida. É estar entrelaçado com a natureza e comprometido com o cultivo para a produção de alimentos, de preferência sem o uso de agrotóxicos. A vida do campo é representada como dura e cansativa, mas com a vantagem de ter uma certa autonomia quando comparada ao modelo de produção taylorista dos operários urbanos, pois na agricultura não se tem patrão e o trabalho é para si próprio. É investir na agricultura e a ter como principal aliada no seu projeto de vida, pois nas próprias palavras de um jovem: *"o jovem agricultor é muito importante para a sociedade, pois um país sem agricultura não é nada, pois é o agro-negócio que movimenta a economia do país"*.

Consideram que a situação atual da agricultura é permeada por aspectos positivos e negativos. Todos citaram os avanços tecnológicos, advindos da modernização da agricultura que possibilitam o aumento da produção e produtividade sem tanta rudeza no trabalho, no entanto, questionam o uso dos agrotóxicos e da pouca rentabilidade conquistada na agricultura, que justificam estar relacionada ao aumento do preço dos equipamentos e insumos agrícolas que são muito superiores ao preço dos produtos agrícolas por eles vendidos. Vejamos o depoimento de dois jovens para ilustrar: *"Sim, mudou muito porque o boi foi trocado pelo trator, a enxada pelo veneno e muitas outras coisas, pois agora é produzido muito mais que antes, antes você plantava cinco sacos de batata e agora são oitenta a cem sacos plantados"*. E *"Tudo mudo, para o pobre está muito ruim, pois os preços dos produtos agrícolas não tiveram aumento e os insumos a serem comprados aumentaram muito, muito"*.

Quanto ao seu projeto de vida, especialmente em relação ao estudo e ao trabalho, a grande maioria deseja estudar para ter um bom emprego na cidade. A justificativa dada é a baixa rentabilidade que a agricultura está proporcionando.

<sup>46</sup> A realização da pesquisa ocorreu mediante a resposta de um questionário semi-estruturado, respondido por escrito pelos jovens. Após, ocorreu a socialização e debate das respostas no grupo, que foi realizado no colégio, no qual estes adolescentes estudam, no período noturno. O tempo ocupado para responder às questões foi de aproximadamente uma hora e da socialização e debate foi de uma hora e quarenta minutos.

Quanto aos estudos os jovens pesquisados estão realizando o curso de ensino médio e a maioria, quando se referiu à continuação do mesmo, relatou a intenção de cursar o ensino superior<sup>47</sup>. Poucos desejam permanecer na agricultura como agricultores e alguns disseram, que gostariam de estudar para voltar a trabalhar no meio rural. É interessante anotar que não houve diferenciação no que se refere à questão de gênero, pois os rapazes e moças possuem intenções semelhantes.

Consideram que o papel do jovem na propriedade rural é de “ajudar” os pais nas tarefas, pois mais tarde esta poderá ser sua. Quanto ao processo de tomada de decisão, a maioria disse que é o pai o principal responsável, é ele quem dá a última palavra. Alguns citaram o debate consultivo, que se estabelece na família antes do pai tomar a decisão e uma minoria disse que o pai, a mãe e os filhos decidem em conjunto.

O aumento da média de vida dos pais faz com que o período de convivência entre ambos aumente e os pais continuam a dirigir os estabelecimentos sem a participação dos filhos. Pesquisas mostram que a exclusão do jovem no processo decisório da unidade familiar de produção torna-se uma dificuldade para a sua permanência no meio rural. (Abramovay et al. 1998). Renk (2001), mostra que no Oeste Catarinense a participação dos jovens nos processos decisórios das propriedades é restrita e que a arbitrariedade do patriarcalismo torna freqüente a saída dos filhos do meio rural, por discordar do pai. Este fato repercute fortemente na clivagem de gênero e tem provocado a saída, em especial das jovens do meio rural. As moças vão para a cidade em busca de um outro estilo de vida, com direito à valorização e à dignidade. Sua saída representa não apenas a busca de um trabalho, mas sim, a fuga da subalternidade imposta por este patriarcalismo.

Quanto às atividades de lazer os jovens citaram as seguintes: dançar (danceterias, bailes, festas religiosas e outras festas, de maneira geral), passear com amigos, praticar esportes (torneios de futebol), participar de gincanas, rodeios e passeios ecológicos, ir ao cinema, nadar, acampar e namorar. Os jovens consideram que existem poucas opções de lazer no Município. Essa foi uma das maiores reclamações do grupo pesquisado.

Os jovens consideram que a sociedade urbana discrimina e possui estereótipos e preconceitos em relação aos agricultores. *“Ele é visto como um colono: aquele que não fala bem e nem se veste bem. Também é criticado por sua forma de agir e de pensar”*. Algumas pessoas gostam de humilhar o agricultor e pensam que se ele é da roça não tem valor algum, mas, seu valor é muito grande, pois é *“ele quem produz a comida da humanidade”*.

Segundo Martins (1981), geralmente os camponeses do Brasil são considerados como rústicos, atrasados e ingênuos. Existe, sem dúvida, uma conotação depreciativa e ofensiva que indica o lugar dado a eles pela sociedade. Ele

---

<sup>47</sup> Citaram interesse pelas faculdades de Agronomia, de Direito, Engenharias Mecânica e Civil, Artes Plásticas, Moda, Letras e Informática.

não está na sociedade, por isso é excluído ou ausente da apropriação dos resultados objetivos de seu trabalho e aparece como se fosse desnecessário<sup>48</sup>. Mas, reagindo à situação os jovens, disseram que apesar de serem marginalizados, muitos agricultores são bem sucedidos na sua vida profissional e pessoal.

---

<sup>48</sup> Martins (1986), mostra que o camponês sempre experimentou a desigualdade de condições de oportunidades em relação aos grandes proprietários. A sesmaria o colocou perante os fazendeiros, na condição de morador de favor e, portanto, subalterno. O compadrio falseava a noção de igualdade, mascarando a sua situação de subalterno.

No que tange à replicabilidade, partimos do princípio de que políticas públicas não podem ser copiadas ou receitas, porque os atores são distintos, e distintas são as condições históricas de cada povo. Mas os pressupostos que as referenciam podem ser explicitados para que lancem luz sobre a realidade a ser configurada. Seguindo tal caminho este capítulo foi configurado.

A modernização da agricultura brasileira produziu paradoxos, pois, ao mesmo tempo, que amplia a produção e produtividade agrícola, também gera exclusão dos agricultores via o fortalecimento do êxodo rural.

A noção de agricultura sustentável é uma construção a ser conquistada e, pressupõe, mais que a troca de um pacote tecnológico ou a troca de um modelo de produção. Ela está condicionada à aprendizagem processual de novos princípios éticos, estéticos e epistemológicos. No Município de Lontras, sem dúvida, abriu-se uma porta para a sustentabilidade, pois se criou espaço para o desenvolvimento de novos espaços de discussão e de ação, que permitiram o desencadear de novas alternativas de geração de trabalho, renda e cidadania no meio rural. Também abriu o leque para a instalação de novas necessidades e desafios, num constante processo de mudanças e conquistas a serem vividas.

Os princípios da sustentabilidade devem acima de tudo estar relacionados à construção de modelos de participação social que visem a emancipação do homem e da mulher e também do meio ambiente da opressão e da subalternidade. Novas interações, com base na dialogicidade devem ser criadas e a ousadia da criatividade deve ser restabelecida, pois só assim pode-se mudar o caminho que a humanidade vem traçando.

O que difere a “Prática em Lontras” é a real participação dos agricultores nos processos decisórios. A imposição de processos e o não envolvimento das comunidades rurais são fatores determinantes para o insucesso das políticas públicas. Aprender, a partir da sua realidade e também avaliar outras realidades se tornou uma rotina. A importância do coletivo, as potencializações que ele traz são evidenciadas. A indiferença, a desconfiança, o desânimo e o pessimismo são afetos que não encontramos nos personagens do CMDR. A mudança de postura frente ao fato de ser agricultor e o orgulho de ser integrante do processo aparece nas falas e nas atitudes.

A criação, em 1996, do PRONAF é uma conquista histórica marcante da agricultura familiar no Brasil. Foi uma resposta do governo às demandas dos movimentos sociais rurais e é a primeira e mais importante política pública diferenciada em favor dos agricultores familiares no país.

A importância do PRONAF, no caso analisado, o PRONAF Infra-estrutura que tem como base a noção de desenvolvimento sustentável, pautado em ações desencadeadoras de um Plano de Desenvolvimento Rural a ser realizado numa continuidade de quatro anos e com pressuposto na noção de cooperação e de parcerias tornou fundamental.

Neste sentido louvamos as bases do PRONAF Infra-estrutura, pois o município de Lontras é um exemplo concreto da sua importância, quando se fala em formas de apoio para superar a pobreza e a exclusão social. Todavia, a partir da análise da experiência de Lontras, ainda ficamos com a seguinte questão: o que representa quatro anos, diante das inúmeras décadas de exclusão da agricultura familiar? Será que quatro anos são suficientes para efetivamente transformar um modelo de desenvolvimento concentrador e excludente?

## DEPOIMENTO

*"Se nós tivéssemos mais dois anos de recursos, uma das coisas que a gente tentou fazer durante esses quatro anos de recursos foi beneficiar as diversas áreas do nosso Município para beneficiar o produtor de peixe, o produtor de leite, o produtor de milho e feijão com secador, o plantador de cebola, o de mel, um dos maiores recursos investidos e ficou ainda para ser beneficiado por falta de recursos os oleicultores, hoje nos temos uma casa colonial, que vende os produtos artesanais. Aí a gente faria alguma agroindústria coletiva, tipo a casa do mel e da cera, uma instalação adequada com a parte sanitária que atendesse as exigências e aí sim os diversos produtores trariam o produto ali para se beneficiar e os filhos deles poderiam trabalhar ali e vender no comércio" (Agricultor, presidente do CMDR de Lontras).*

Com certeza, nas experiências exitosas, quatro anos permite o desencadear da mudança, mas não é suficiente para consolidar todos os desejos e sonhos daqueles que agora se tornaram cidadãos e descobriram que podem sonhar com uma vida mais digna. Na cidade de Lontras, nas interfaces da pesquisa escutou-se agricultores a contar sobre muitos sonhos e que este estudo, por justiça aos sujeitos da pesquisa não pode deixar calar. Os dois principais foram: a) o de preservar a natureza e b) o de criar perspectiva de vida digna para que a juventude não abandone o meio rural.

A "Prática" no Município de Lontras revelou importantes aprendizados, conceito fundamental quando se interpenetram nas temáticas da política e do

desenvolvimento sustentável (Mantovaneli Jr., 2001). As principais lições aprendidas pelos atores envolvidos neste processo situam-se no campo do aprendizado político, aprendizado econômico, aprendizado social e aprendizado ambiental.

Sob o ponto de vista político, a possibilidade de novos ingredientes valorativos amparados pela vivência dos agricultores, direta ou indiretamente, propiciada pela representatividade junto ao CMDR, bem como do reconhecimento que o executivo confere a tal instância, certamente propiciou um avanço sob o ponto de vista da cidadania política (Marshall, 1962). Este avanço não significa necessariamente a superação total, ou a erradicação da lógica fisiológica na política no Município de Lontras, mesmo porque estas não são um patrimônio deste Município, mas uma realidade nacional que refletem padrões culturais alicerçados em dimensões consolidados por séculos de práticas (Rouquié, 1992). O depoimento selecionado a seguir é ilustrativo: "*Eu acho que primeiro lugar a honestidade, pois tem lugares que o prefeito nem consultou ninguém e aqui não foi assim, isso nós não deixamos acontecer.* (Presidente do STR de Lontras)".

Entretanto, o que seguramente pode-se afirmar é que, os padrões de negociação, e de dimensionamento do processo de tomada das decisões que afetam a vida destes agricultores envolvidos com a "Prática" seguramente se transformaram. E ainda que seja possível observar reflexos das antigas práticas, ainda assim, elas se apresentam com transformações significativas que dificultam, cada vez mais formulações do tipo assistencialista e paternalista.

Quando questionados sobre as opções político partidárias os conselheiros colocavam que não falam sobre o assunto e que o objetivo acima de tudo é desencadear as ações propostas pelo PMDR de Lontras. Dizem não existir nenhuma discriminação de credo, etnia, religião ou de opção político-partidária, no entanto, percebemos uma certa fuga ou então o discurso predominante era: essa questão não é importante.

Neste aspecto, pode-se dizer que um certo pragmatismo determina o funcionamento do CMDR que, por um lado, tem o aspecto positivo de realmente evitar certos aparelhamentos e, por outro lado, nos preocupa, pois sabemos que em ano eleitoral, em especial, nas eleições municipais, este assunto torna-se premente. Qual a interferência uma mudança dos gestores municipais ou disputas partidárias acirradas poderiam causar no desencadear das ações das associações comunitárias, municipais e até do próprio CMDR?

O aumento da rentabilidade criou nova perspectiva para a agricultura familiar do Município e a esperança que este fato modifique a opinião dos jovens sobre o futuro da agricultura. Com certeza, a rentabilidade da agricultura é uma variável importante para opção do jovem em permanecer no meio rural. No entanto, a literatura nos mostra que outras questões também são importantes a se considerar quando se procura compreender os fatores que levam os (as) jovens a saírem do meio rural. Dentre estes fatores está a desqualificação social do meio rural, suas precariedades no que tange as possibilidades de qualificação (educacional e

profissional) e nas questões relacionadas ao lazer. Este, para a juventude é fundamental e foi uma das maiores queixas dos (as) jovens pesquisados no Município. Outra variável fundamental está relacionada à estrutura e dinâmica das relações sociais internas da família camponesa, que é majoritariamente patriarcal e machista, excluindo os jovens dos processos de tomada de decisão que envolve a propriedade rural. Todas as variáveis citadas são uma constante no meio rural do Município de Lontras, bem como, no meio rural catarinense e do país.

## DEPOIMENTO

*"É esse programa do PRONAF, aqui no nosso Município ele já veio dar um bom incentivo na questão de cebolas, de secador grãos, de alevinos, tu falasse antes no jovem do nosso interior por aí, o agricultor jovem, o filho e isso é uma das coisas que nos preocupa aqui no Município agrícola, Lontras, porque tem muito pouco jovem no interior, porque aquele jovem quando chega na idade de trabalho, dezessete, dezoito, dezenove anos, ele procura o centro, ele vai se empregar, então, nós já direcionamos os recursos do PRONAF visando evitar esse êxodo rural, levar benefícios lá para o interior, como eu disse antes com alevinos, tem uma lagoa de peixe, tem facilidade de povoá-la de peixe, é uma fonte a mais de renda e até um lazer para aquele jovem, para que ele se sintá motivado. Assim, com o leite também dá novas perspectivas, porque tá complicado, pois tem pouco jovem no interior, tem pouquíssimo!" (Agricultor, presidente do CMDR de Lontras).*

Por fim, um dos principais fatores do êxito foi o fato de ter tornado o agricultor o sujeito central da experiência, buscando suas significações, ações e transformando-o em cidadão participante e capaz, de em conjunto, encontrar soluções criativas, fundamentadas num processo ousado e infundável de micro e macro transformações.

## DEPOIMENTO

*"Eu sempre digo isso, onde me perguntam a respeito do nosso relato aqui de Lontras que se tem alguém que tem mérito a respeito disso daí não é o prefeito, não é o secretário de agricultura, não sou eu como presidente da câmara de vereadores, são os agricultores que fazem parte deste Conselho, não de hoje, mais lá de 92, quando já começamos a nos reunir e se organizar para formar esse Conselho, sem pensar que ia vir esses recursos e, desde aquela época, os agricultores se reúnem aqui e discutem com a maior da boa vontade, procurando achar as melhores soluções, sem remuneração nenhuma. Os agricultores é que são os verdadeiros heróis desse nosso projeto e são merecedores de mérito. Esses agricultores, que não recebem nenhum litro de gasolina para vir aqui, eles deixam suas famílias e cansados do serviço eles vêm aqui e se reúne, às vezes, até onze e meia, meia noite [...] A participação voluntária do agricultor e entra a visão dos administradores do Município" (Agricultor, presidente do CMDR de Lontras).*

Uma caminhada em transformação, permeada por lutas, contradições, conflitos e sonhos de “um lugar ao sol”. Sonho de um lugar nesta sociedade que seja qualificado pelo outro, parceiro do urbano e do rural.

Nas imagens dos sonhos se delineia além da doce Casa do Mel e da Cera, das várias artes da Casa Colonial, do gosto quente do leite no café da manhã, do feijão com arroz e verdura com peixes do almoço e no jantar, o sabor de na velhice ter filhos (as) e netos (as) ao seu lado continuando a caminhada e, quem sabe neste momento, o meio rural estivesse mais valorizado por todos, pois o lugar do “Jeca Tatu”<sup>49</sup> é da ficção. Com a palavra, os sujeitos da prática:

## DEPOIMENTO

*“O nosso Município de Lontras pode erguer as mãos para os céus, que foi beneficiado com o recurso do PRONAF, pela primeira vez na história eu vi os governantes destinarem recursos a ‘fundo perdido’ à agricultura. [...] Tu vais aos grandes centros, têm posto médico para te atender na porta, tu tem um dentista que tu vai ali e tu tens atendimento odontológico e lá no interior, claro que se nos chegar aqui no centro de madrugada, antes do pessoal do centro, nos conseguimos uma fichinha também, mas, sempre tem mais vantagem, é mais privilegiado quem vem do centro.*

*É atrás desse conforto que a juventude está indo, eu sendo técnico agrícola, sendo agricultor e gosto de ser agricultor, sendo também político do nosso Município, fico preocupado quando na minha comunidade de Ribeirão Pinheiro, deve ter lá cinquenta moradores e trinta é só o casal de idosos aposentados e quando morrer esse casal acabou-se.*

*[...] Com a implantação do PRONAF, um dos nossos grandes objetivos aqui é buscar uma agricultura auto-sustentável, para que daqui a vinte, trinta anos uma família, ainda, poder se sustentar na agricultura, na agricultura familiar. Foi com esse objetivo que nos destinamos os recursos, este foi um dos nossos principais objetivos, só que é uma coisa que não se resolve de um dia para o outro.*

*[...] A própria mídia, a própria educação do nosso povo ajuda para cada vez mais mandar o jovem embora, eu tive visitando um colega meu acidentado no sábado passado e foi procurar recurso no nosso hospital e aí o médico estava meio mal humorado e as enfermeiras atendendo ao redor aplicando anestesia e não estava dando bem certo como ele queria, ele disse – olha se vocês não sabem fazer isso aqui vão para a roça, como se na roça fosse um lugar de ignorante, isso é só um exemplo que eu estou te dando. E nunca se valorizou que aquele que está lá no sol quente, ele tem uma profissão digna e honesta. (Agricultor, presidente do CMDR de Lontras).*

<sup>49</sup> Personagem rural criado por Monteiro Lobato, escritor brasileiro.

A consolidação das experiências associativas locais e regionais vincula-se radicalmente à existência de Redes<sup>50</sup>. A primeira ênfase está na cadeia produtiva e no intercâmbio que se estabelece nas relações de consumo e de produção das diversas experiências interconectados. Na rede as trocas se dão prioritariamente no aspecto econômico, mas é importante dizer que sempre se cruzam três dimensões: econômica, política e cultural. Queremos dizer que toda ação econômica supõe uma certa organização coletiva de poder (dimensão política) e mediações simbólicas da nossa cultura; da mesma forma é impossível desenvolver-se qualquer atividade política sem a mediação condicionante de elementos econômicos e culturais; por fim, as ações culturais estão condicionadas por elementos econômicos e sociais (Mance, 1999).

Neste estudo de caso as vantagens da agricultura familiar diversificada (construída conforme o sistema policultura-pecuária e a agregação de valor, via construção da cadeia produtiva) torna-se fundamental aliada para a manutenção dos postos de trabalho e ampliação da rentabilidade no meio rural.

A produção agrícola diversificada propicia diversidade biológica, que favorece uma agricultura com baixo uso de defensivos agrícolas. Os produtos, assim obtidos, têm demanda crescente e a simpatia da opinião pública, o que confere à região uma ampliação do seu potencial de competitividade.

Questiona-se a competitividade da pequena agricultura familiar diversificada frente ao cenário econômico atual e futuro. Frequentemente afirma-se que os produtores com mecanização e alta tecnologia produzem a um custo inferior por unidade de produto, comparativamente aos pequenos agricultores. Conforme Testa et al. (1996), todavia, examinando custos detalhados deste tipo de produção chega-se a valores que negam essa afirmativa: as pequenas lavouras tecnificadas são competitivas<sup>51</sup>. A avaliação da competitividade deve ser feita pressupondo o uso sustentável dos recursos naturais. Igualmente para que a competitividade potencial se traduza em viabilidade é necessário um conjunto de fatores como: crédito adequado, apoio da pesquisa, assistência técnica e educação, além de outras obrigações do Estado, como serviços de saúde (aspecto que pode levar muitos à falência, se não estiver bem equacionado), investimentos em infra-estrutura, entre outros.

Segundo Abramovay (1992), citado por Testa et al. (1996), a maior parte da produção agrícola mundial provém de estabelecimentos familiares. A agricultura

---

<sup>50</sup> Em SC, existem diversas redes regionais que cumprem o papel acima descrito. No conjunto do Estado, o Grupo de Trabalho de Economia Solidária de SC já realiza um trabalho de vinculação e desponta consolidar-se como espaço de rede, pelas atividades realizadas em Blumenau, em 2003 que foi realizado o II Seminário de Economia Solidária e a II Feira Catarinense de Socioeconomia Solidária. O Vale do Itajaí – SC conta com uma inovação fomentadora de novas possibilidades para a Economia Solidária: é a Rede de Economia Solidária que reúne empreendimentos, governos municipais e apoiadores, no sentido de realizarem troca de experiências, rodada de negócios e encaminhamentos das questões coletivas. Espaço comum de formação, debate e intercâmbio, articulado ao GT de Economia Solidária do Estado (Pedrini, Prim e Santos, 2002).

<sup>51</sup> O simples cálculo do custo de produção por produto não esgota o assunto competitividade, uma vez que o estabelecimento familiar diversificado é complexo e a pequena agricultura familiar diversificada não apresenta custos superiores às demais formas de organização da produção agrícola (Prim, 1996).

familiar integrada ao mercado é uma forma de produção que oferece características vantajosas para a sociedade em que está inserida. São: a capacidade de absorver tecnologia, aumentando a produtividade; a transparência dos ganhos de produtividade para a economia possibilitando alimentos abundantes e baratos; a continuidade da produção, mesmo numa realidade de mercado com preços oscilantes; os recursos humanos familiares não se restringem aos aspectos legais trabalhistas no que se refere, ao horário de trabalho, buscando maximizar a eficiência no uso dos recursos; os capitais pertencentes aos agricultores familiares dificilmente migram para outros setores da economia ou para outras regiões obedecendo primeiramente ao critério de continuidade na profissão de agricultor. É importante para o Brasil, e particularmente para SC, a formação de uma política que priorize a agricultura familiar. Na produção agrícola, se comparado a implantação de novas opções, é mais fácil viabilizar um grande número de agricultores melhorando as atividades tradicionais e consolidando atividades já existentes.

Já na “Prática em Lontras”, o CMDR torna-se o grande propulsor da mudança. Na região do Vale do Itajaí, o meio rural começa a constituir-se como possibilidade de *“um lugar de vida mais digna”* e a identidade coletiva dos agricultores vai se construindo. Afinal, desde a colonização até os dias atuais, o rural apenas foi visto como espaço de exclusão social. A região do Vale do Itajaí sem tradição de movimentos sociais rurais começa a abrir caminhos para a consolidação de uma nova cultura política que transcenda o modelo historicamente paternalista e clientelista<sup>52</sup>. O presente estudo demonstra a viabilidade da reorientação do desenvolvimento rural local e regional, ao mesmo tempo em que aponta potencialidades capazes de permitir a absorção da mão-de-obra em condições dignas e a adequação do uso dos recursos naturais, sem perder a competitividade econômica e respeitando o modo de vida da população. Busca-se diminuir a pobreza rural sem aumentar a pobreza urbana, desafio atual para a América Latina.

---

<sup>52</sup> Por não participarem de uma série de movimentos sociais rurais especialmente fortes na região Oeste Catarinense, como: o movimento sindical rural, do MMA – Movimento de Mulheres Agricultoras, do MCA – Movimento de Cooperação Agrícola, do MAB – Movimento de Barragens. A participação nas pastorais das CEBs – Comunidades Eclesiais de Base, como a pastoral da juventude, da terra e da saúde.

## Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. et al. Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998.

ABRAMOVAY, R. et al. Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar. Epagri; Brasília: Nead / Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

BORDENAVE, Juan E. D. O que é participação. 7ª. ed., São Paulo: Ed. Brasiliense, 1992.

BRITO, Eduardo e ESTEVES, Egeu. Políticas públicas, participação social e as instituições para o desenvolvimento rural sustentável – uma avaliação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural : Relatório do Estado de Santa Catarina. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2002. Disponível em [www.pronaf.gov.br](http://www.pronaf.gov.br) em 29 de julho de 2003.

BRYSON, John M. (1989). Planejamento Estratégico. Tradução provisória e adaptação livres por Joel Souto-Maior do cap. 13. "An effective strategic planning approach for public and nonprofit organizations". In: Bryson, John M. Strategic planning for public and nonprofit organizations: a guide to strengthening and sustaining organizational achievement. London: Jossey-Bass.

CAIXA. Prêmio Melhores Práticas em Gestão Local, 2002.

FLACH, Afonso B. & MARCHIORO, Gelso. Agricultura Familiar e Sócio-economia Solidária. Projeto Terra Solidária/DESER/Escola Sindical Sul – CUT, 2000.

GESSER, M. Aspectos éticos e Psicossociais do êxodo rural das jovens: contribuições da Psicologia Social. Blumenau, 2001, 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Psicologia) Centro de Ciências da Saúde, Departamento de Psicologia. Universidade Regional de Blumenau – FURB. Orientadora: Lorena de Fátima Prim.

GUIVANT, Júlia Sílvia. Formação de parcerias e geração de renda nas comunidades rurais de Lontras/SC. Rio de Janeiro: IBAM/Caixa, 2002.

HEIDEN, Alessandra V & MIRANDA, Gisele. "O processo grupal da COOPERPROVE – BLUMENAU: a contribuição da Psicologia Social". Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Psicologia da Universidade Regional de Blumenau. 2002. Orientadora: Lorena de Fátima Prim – CRP/1200944.

Lontras. Plano de Desenvolvimento do Município de Lontras. 1998.

Lontras. Plano Municipal de Desenvolvimento Rural de Lontras. 1997.

MANCE, Euclides. A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual, São Paulo: Vozes, 1999.

MANTOVANELI JR., Oklinger. Gestão Estratégica, Políticas Públicas e Sustentabilidade: um outro olhar sobre o orçamento participativo. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2001.

MARSHALL, T.H. (1967). Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar.

MARTINS, J. S. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1986.

MINTZBERG, H. The fall and rise of strategic planning. Harvard Business Review. January-february, 1994.

PEDRINI, Dalila M. & PRIM, Lorena de F. & SANTOS, Nilce R. 'Apontando caminhos: a solidariedade na economia catarinense'. Pesquisa: Significado e Tendências da Economia Solidária em SC – UNITRABALHO, 2002. (no prelo).

PETRACCIA, Orazio M. Liderança. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N. e PASQUINO, G. Dicionário de política. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

POLI. Odilon. Leituras em movimentos sociais. Chapecó: Grifos, 1999.

PRIM, Lorena de F. "Agricultura Familiar, Cooperação e Dialética Exclusão/Inclusão Social: um estudo acerca da subjetividade das experiências de agricultura de grupo do Oeste Catarinense". Projeto de Tese – Doutorado de Psicologia Social da PUC/SP. São Paulo, 1998.

PRIM, Lorena F. Agricultura de grupo e projeto camponês: avanços na construção da cidadania – o Movimento de Cooperação Agrícola no Oeste Catarinense. Tese de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, 1996.

RAMOS, Alberto G. (1989). A nova ciência das organizações. Rio de Janeiro: FGV.

RENK, Arlene. Sociodicéia às avessas. Chapecó: Grifos.

ROSA, Giovani A. da (1989). Co-produção de serviços públicos municipais: uma reconceituação da administração pública. Florianópolis. Dissertação de Mestrado em administração, CPGA-UFSC.

ROUQUIÉ, Alain (1991). O extremo-ocidente: introdução à América Latina. São Paulo: Edusp.

- SACHS, Inacy. Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.
- \_\_\_\_\_. Estratégias de transição para o século XXI : desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo : Studio Nobel, 1993.
- SAWAIA, Bader (org.) As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 7-15.
- SAWAIA, Bader B. "Cidadania, diversidade e comunidade: uma reflexão psicossocial". In: SPINK, Mary J. (org.) A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994.
- TEDESCO, J. C. Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 394.
- TESTA, V. et al. O Desenvolvimento Sustentável do Oeste Catarinense: proposta para a discussão. Florianópolis: Epagri, 1996.
- WANDERLEY, Maria de N. B. "Raízes históricas do campesinato brasileiro". In: TEDESCO, João Carlos. (org.) Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo, EDIUPF, 1999.
- SALM, José Francisco. Cooperação e co-produção público-privado. In: SIEBERT, Claudia (org.). Desenvolvimento regional em Santa Catarina. Blumenau: Edifurb, 2001.
- SAMPAIO, Carlos. A.C. Arranjos Institucionais para o Desenvolvimento Sustentável Local. In: 3a. REUNIÃO ESPECIAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA, 1996, Florianópolis. Eossistemas Costeiros, 1996.
- SCHWARTZENBERG, Roger-Gerard. Sociologia política: elementos de ciência política. São Paulo: DIFEL, 1979.
- WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

### **Leis Municipais:**

- Lei 1274/02. Reestrutura o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. Lontras, 2002.
- Lei 1031/97. Cria o Conselho Municipal do PRONAF. Lontras, 1997.
- Lei 749/92. Cria o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. Lontras, 1992.





## ANEXOS

## ANEXO I Ficha de Identificação do Estudo de Caso

### Identificação da Prática

<b>Título</b>	Formação de Parcerias e Geração de Renda nas Comunidades Rurais de Lontras – SC
<b>Localização</b>	Lontras – SC
<b>Objetivo Geral</b>	Nos termos descritos pelo Plano Municipal de Desenvolvimento Rural de 1997, o objetivo da prática foi beneficiar diretamente 80% dos agropecuaristas e ao final de quatro anos, indiretamente, a 100%, através de um conjunto de oito ações integradas, voltadas à reversão da crise identificada na agropecuária em Lontras. Quais sejam: 1 – Profissionalização e Educação de Agricultores, 2 – Programa de Incentivo à Produção, 3 – Apicultura, 4 – Piscicultura, 5 – Bovinocultura de Leite, 6 – Programa de Beneficiamento da Produção, 7 – Incentivo à Comercialização, 8 – Programa de Melhoria da Qualidade de Vida e do Meio Ambiente.
<b>Instituição Responsável pela Iniciativa</b>	Prefeitura Municipal de Lontras
<b>Instituições Parceiras</b>	As Instituições abaixo descritas são, em um total de 14, aquelas que tomaram parte efetiva e diretamente na consecução da prática, e como tal foram descritas na documentação encaminhada à Caixa Econômica Federal. Os desdobramentos institucionais que porventura se transformaram em relacionamentos indiretos não estão descritos no quadro a seguir.

### Quadro 3

#### Descrição das instituições que compõem o Conselho Municipal de Desenvolvimento Regional de Lontras – SC

1. Caixa Econômica Federal
2. Conselho Municipal do Programa de Agricultura Familiar (CMP), hoje Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR)
3. Associação Comunitária de Dona Paula
4. Associação Comunitária de Lontrinhas
5. Associação Comunitária de Concórdia
6. Associação Comunitária de Alto Subida
7. Associação Comunitária de Ribeirão do Salto
8. Associação Comunitária de Ribeirão Pinheiro
9. Associação Comunitária de Margem Esquerda
10. Associação Comunitária de Cotias e Pomerana
11. Associação dos Piscicultores de Lontras
12. Associação Lontrense dos Apicultores
13. Empresa de Pesquisa e Extensão Rural do Estado de Santa Catarina (EPAGRI)
14. Prefeitura Municipal de Lontras

**Tabela 3**  
**Recursos financeiros mobilizados pela Prática**

ANO	VALOR INVESTIMENTO (R\$)	% DO ORÇAMENTO		
		CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS – SC	ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS
1997	217.972,09	76,8	19,1	4,1
1998	94.896,91	80,4	15,3	4,3
1999	87.857,63	90,8	6,2	3,0
2000	82.768,81	92,3	4,6	3,1
<b>TOTAL</b>	<b>483.495,44</b>	<b>92,3</b>	<b>11,9</b>	<b>3,7</b>

Fonte: Formulário para Apresentação de Melhores Práticas.

**Características básicas do responsável pelo Estudo de Caso**

**Nome da Instituição** Universidade Regional de Blumenau  
 Instituto de Pesquisas Sociais – Mestrado em Desenvolvimento Regional

**Nome da pessoa responsável por sua elaboração** Profa. Ms. Lorena de Fátima Prim;  
 Prof. Dr. Oklinger Mantovaneli Júnior;  
 Profa. Ms. Vilma Maria Simão.

Endereço: Rua Antônio da Veiga 140.  
 Cx. Postal 1507. CEP: 89010-971  
 Telefone: (47) 321-0200  
 Fax: (47) 322-8818  
 E-mail: lprim@uol.com.br / oklinger@furb.br

## ANEXO II

### Lista de Quadros e Tabelas

Lista de Quadros	
LISTA DE QUADROS DO TEXTO	PÁGINA
<b>Quadro 1</b> – Configuração do CMP Proposta PMDR e Institucionalizada em Lei	13
<b>Quadro 2</b> – Estrutura CMDR unificado e Estrutura Diretoria Executiva	19
LISTA DE QUADROS DO ANEXO	PÁGINA
<b>Quadro 3</b> – Descrição das Instituições que compõem o Conselho Municipal de Desenvolvimento Regional de Lontras – SC.	76
<b>Quadro 4</b> – Quadro Comparativo entre Agricultura Tradicional e Agricultura de Pequeno Porte	83

Lista de Quadros	
LISTA DE TABELAS DO TEXTO	PÁGINA
<b>Tabela 1</b> – Receitas e despesas: Patrulha Mecanizada – Prefeitura Municipal de Lontras – SC – 1998 e 1999	37
<b>Tabela 2</b> – Saldo de caixa dos 5 grupos de tratores das Associações Comunitárias de Lontras	38
LISTA DE TABELAS DO ANEXO	PÁGINA
<b>Tabela 3</b> – Recursos financeiros mobilizados pela Prática	77
<b>Tabela 4</b> – Qualificação profissional de agricultores fora do Município de Lontras (1998 a 2002)	80
<b>Tabela 5</b> – Cursos profissionalizantes realizados com os agricultores no próprio Município de Lontras	81
<b>Tabela 6</b> – Grupos e locais que visitaram a experiência	81
<b>Tabela 7</b> – Locais visitados pela equipe para apresentação da Prática	82
<b>Tabela 8</b> – Viagens de estudos realizadas com os agricultores em 2001 e 2002	82

### ANEXO III Lista de Siglas

Siglas	
<b>ACCO</b>	Associação Comunitária de Concórdia
<b>ACCOP</b>	Associação Comunitária de Cotias e Pomerana
<b>ACDP</b>	Associação Comunitária de Dona Paula
<b>ACOAS</b>	Associação Comunitária de Alto Subida e Atafona
<b>ACOL</b>	Associação Comunitária de Lontrinhas
<b>ACOM</b>	Associação Comunitária de Margem Esquerda
<b>ACORP</b>	Associação Comunitária de Ribeirão Pinheiro
<b>ACORS</b>	Associação Comunitária de Ribeirão do Salto
<b>ALAPI</b>	Associação dos Piscicultores
<b>APEPA</b>	Associação dos Pequenos Produtores Agroartesanais de Lontras
<b>APILO</b>	Associação dos Apicultores de Lontras
<b>BLP</b>	Best Practices and Leadership Program
<b>CAIXA</b>	Caixa Econômica Federal
<b>CEF</b>	Caixa Econômica Federal
<b>CMDR</b>	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Lontras
<b>CMP</b>	Conselho Municipal do PRONAF
<b>COOPERPROVE</b>	Cooperativa Prove de Blumenau
<b>CRAVIL</b>	Cooperativa Regional Agropecuária do Vale do Itajaí
<b>EPAGRI</b>	Empresa de Pesquisa e Extensão Rural do Estado de Santa Catarina
<b>FURB</b>	Fundação Universidade Regional de Blumenau
<b>HABITAT</b>	Centro das Nações Unidas para Assentamentos Humanos
<b>IBAM</b>	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
<b>MMA</b>	Movimento das Mulheres Agricultoras
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PDML</b>	Plano de Desenvolvimento do Município de Lontras
<b>PMDR</b>	Plano Municipal de Desenvolvimento Rural
<b>PML</b>	Prefeitura Municipal de Lontras
<b>PRODER</b>	Programa de Emprego e Renda
<b>PRONAF</b>	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
<b>PROVE</b>	Programa de Verticalização da Produção Familiar Rural de Blumenau
<b>SC</b>	Santa Catarina
<b>SEBRAE – SC</b>	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina
<b>SIM</b>	Serviço de Inspeção Municipal
<b>SINE</b>	Sistema Nacional de Emprego
<b>SMDR</b>	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, Agricultura e Meio Ambiente
<b>STR</b>	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lontras

**ANEXO IV**  
**Tabelas de Atividades de Qualificação dos Agricultores e Visitas**

**Tabela 4**  
**Qualificação profissional de agricultores fora do Município de Lontras (1998 a 2002)**

CURSOS REALIZADOS	NÚMERO DE PESSOAS POR ANO				
	1998	1999	2000	2001	2002
01 – Fruticultura	10	2			
02 – Processamento frutas/hortaliças	6	8	4	9	2
03 – Olericultura Geral	4	3			1
04 – Manejo irrigação	1	16			
05 – Apicultura	1	4	1	1	2
06 – Cultivo Protegido	1				
07 – Piscicultura	4	4	3		
08 – Tomate	4		1		
09 – Cebola	1	2			
10 – Floricultura	2				
11 – Mecanização 2 rodas	7	5	6		5
12 – Mecanização 4 rodas	1		5		
13 – Suinocultura	1	1			
14 – Viverista	2				
15 – Processamento artesanal do leite	6	3	3	2	
16 – Bovinocultura de leite	4				
17 – Processamento artes. carne suína	1	5	1	3	3
18 – Processamento de carne de peixe		3	3	5	1
19 – Gado de corte		1	1		
20 – Pólem e própolis		1		1	1
21 – Silvicultura		2			
22 – Gerenciamento Peq. Emp. Rurais			1		
23 – Processamento de Frango			1	2	1
24 – Docinho de Festa			2		
25 – Olericultura Cultivo Protegido			1		
26 – Agroecologia			1		1
27 – Panificação			3		
28 – Processamento de lã de ovelha			4		
29 – Conservação do solo e água					4
30 – Plantas Medicinais			1		2
31 – Administração Rural					9
<b>Total de participantes/alunos = 213</b>	<b>56</b>	<b>60</b>	<b>41</b>	<b>24</b>	<b>32</b>

Fonte: tabela cedida pela EPAGRI de Lontras.

**Tabela 5**  
**Cursos profissionalizantes realizados com os agricultores no próprio município de Lontras**

<b>CURSOS</b>	<b>NÚMERO DE PESSOAS POR ANO</b>
01 – Processamento frutas e verduras	24
02 – Pães, doces, biscoitos e congelamento	17
03 – Irrigação	11
04 – Indústria artesanal peixe de água doce	17
05 – Agroindústria artesanal	24
06 – Gado de leite	18
07 – Planejamento estratégico	28
<b>Total de participantes</b>	<b>139</b>

Fonte: Tabela cedida pela EPAGRI de Lontras

**Tabela 6**  
**Grupos e locais que visitaram a experiência de Lontras**

<b>DATA</b>	<b>LOCAL/MUNICÍPIO</b>	<b>PARTICIPANTES</b>
11/07/01	Ipira – SC	25
25/10/01	Grupo da Bolívia	5
18/12/01	Agronômica – SC	10
29/05/02	Bela Vista do Toldo	30
11/06/02	Aurora – SC	60
14-15-16/08/02	Fundação Getulio Vargas	2
22/08/02	Agronômica (Casa Colonial) - SC	15
23/09/02	Castelo Branco	5
09/10/02	Garopaba – SC	46
31/10/02	Angelina e Garopaba -SC	25
12/11/02	Dona Emma, Witmarsum, Erval do Oeste -SC	25
13/11/02	Região de Criciúma (Jacinto Machado,São João do Sul, Santa Rosa) - SC	40
26/11/02	Agronômica, Sta. Terezinha, Gaspar – SC	15 35
27/11/02	Região de Tubarão (05 municípios) - SC	90
28/11/02	Agrolândia e Vidal Ramos – SC	80
22/05/03	Pitanga – PR	25
27/05/03	Rio Rufino – SC	25
10/06/03	São João Batista – SC	20
12/08/03	Jaraguá do Sul – SC	5
14/08/03	Frei Rogério – SC	15
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>628</b>

Fonte: Tabela elaborada pelo agrônomo e coordenador da SMDR da prefeitura de Lontras.

**Tabela 7**  
Locais visitados pela equipe para apresentação da experiência de Lontras

DATA	LOCAL/MUNICÍPIO	PARTICIPANTES
27/04/01	Treze Tilhas – SC	150
15/05/01	Ituporanga – SC	25
16/05/01	Taió – SC	25
06/06/01	Mirin Doce – SC	20
06/07/01	Salete – SC	30
17/07/01	Rio dos Cedros – SC	60
31/07/01	Presidente Nereu – SC	20
25/08/01	Ipira – SC	100
06/12/02	Rio de Janeiro – RJ	200
16/04/03	Florianópolis (Regional) - SC	35
23/05/03	Joinville (Regional) - SC	30
18/05/03	Caçador (Regional) - SC	30
23/06/03	Maçaranduba – SC	18
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>743</b>

Fonte: Tabela elaborada pelo agrônomo e coordenador da SMDR da prefeitura de Lontras.

**Tabela 8**  
Viagens de estudos realizadas com os agricultores em 2001 e 2002

ANO	DESTINO	OBJETIVOS	PARTIC.
2001	Região de Bento Gonçalves e de Gramado e Canela – RS	Conhecer experiências de organização e trabalhos coletivos nas agroindústrias, bem como, a comercialização da produção agrícola, entendendo as possibilidades de agregação de valor.	37
2001	Blumenau/Mafra – SC	Conhecer experiências de organização comunitária de agricultura de grupo, articuladas em redes visitar pequenas agroindústrias artesanais para aprender como funcionam e agregam valor à produção agrícola.	30
2002	Pomerode – SC	Visitar pequenas agroindústrias artesanais, entender como funcionam e suas possibilidades de agregação de valor.	20
2002	Blumenau – SC	Buscar informações sobre o PROVE – Blumenau e visitar agroindústrias artesanais de pequeno porte vinculadas à experiência Cooperprove, para aprender formas de comercialização coletiva e agregação de valor.	19
2002	Palotina – PR	Conhecer novas formas de policultivo do peixe de água doce.	19
<b>Total de participantes</b>			<b>125</b>

Fonte: Tabela cedida pela EPAGRI de Lontras.

## ANEXO V

### Síntese Teórica Sobre Agroindústria Tradicional e de Pequeno Porte

**Quadro 4**  
Quadro comparativo entre agricultura tradicional e agricultura de pequeno porte

AGROINDÚSTRIA TRADICIONAL	AGROINDÚSTRIA DE PEQUENO PORTE
Processo de agregação de valores baseado em grandes unidades agroindustriais.	Processo de agregação de valor centrado em pequenas unidades de caráter familiar.
Modelo centrado em uma ou poucas unidades agroindustriais por ramo de atividades.	Modelo descentralizado, com várias pequenas agroindústrias por ramo de atividade em várias regiões.
Concentração industrial nas regiões Sudeste e Sul do Brasil.	Desconcentração demográfica, prioriza pequenas e médias cidades, localizadas nas comunidades e distritos rurais.
Indústrias localizadas nos médios e grandes centros urbanos.	Agroindústrias descentralizadas em pequenas cidades e nas suas comunidades locais.
Trabalho exclusivamente assalariado.	Trabalho majoritariamente familiar e associativo.
Matéria-prima é toda comprada, terceirização do processo (não necessariamente na região de localização da agroindústria)	Matéria-prima no mínimo 80% do próprio local onde está a agroindústria.
Estratégia de ganho de escala através da verticalização da produção via contratos de integração.	Estratégia de ganho de escala via associação em rede de várias pequenas agroindústrias familiares.
Estimula a competição entre produtores através da especialização e da seleção.	Estimula a cooperação entre agricultores, com manutenção da diversidade de produtos.
Produção em massa de produtos homogêneos e anônimos.	Produção de produtos diferenciados e de origem conhecida.
Grande inversão de capital por emprego gerado.	Baixa ou média inversão de capital para cada posto de trabalho gerado.
Altos custos dos transportes.	Transportes limitados à região e em menor quantidade.
Uniformidade crescente da produção e consumo alimentar (padrão ditado pela cultura dos Estados Unidos).	
Crescente internacionalização das agroindústrias em função das fusões e aquisições por empresas multinacionais.	Participação minoritária de capital internacional.
Separação do rural/urbano, com acentuado declínio da importância rural.	Integração "continuum" rural/urbano, com revalorização do rural.
Gera miséria, favelas, violência, prostituição, etc.	Gera padrão mínimo de dignidade social e econômica.
Presença de 31 milhões de brasileiros famintos e, do outro lado, excessos, má alimentação, obesidade, câncer, má formação etc.	Readequação da renda e acesso às políticas públicas.

**Quadro 4 (continuação)**  
**Quadro comparativo entre agricultura tradicional e agricultura de pequeno porte**

<b>AGROINDÚSTRIA TRADICIONAL</b>	<b>AGROINDÚSTRIA DE PEQUENO PORTE</b>
Provoca poluição por efluentes industriais, dejetos de animais, etc.	Preservação e recuperação de mananciais hídricos.
Ênfase na agricultura industrial (monocultura, grandes áreas, alto uso de insumos agropecuários, etc.).	Ênfase na agricultura familiar diversificada, com utilização da agroecologia e princípios da cooperação e solidariedade.
Modelo "ideal" de agricultura, centrado no agricultor do tipo patronal, grandes extensões de terras, assalariamento do trabalho, acesso ao crédito facilitado e direcionamento do ensino/pesquisa/extensão.	Direcionamento das políticas públicas a agricultura familiar como educação, crédito, saúde, etc.
Concentração da propriedade da terra, da riqueza e exploração do trabalho e êxodo rural.	Desconcentração da propriedade da terra e distribuição da renda.

Fonte: Síntese a partir de FLACH & MARCHIORO (2000).

## ANEXO VI Imagens dos Temas Tratados ao Longo do Estudo

(Fotos cedidas pela EPAGRI – Lontras)



Premiação da Prática em Brasília



Processo de planejamento participativo



Reunião do CMDR



Foto com os membros do CMDR



Mesa de café colonial da Casa Colonial



Casa Colonial de Lontras



Casa do Mel



Obras APILO e ALAPI



Classificador de cebola



Feira do Peixe Vivo



Trator da Patrulha Mecanizada

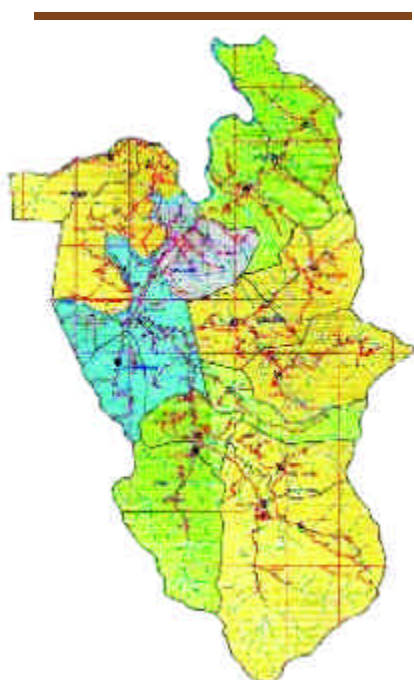
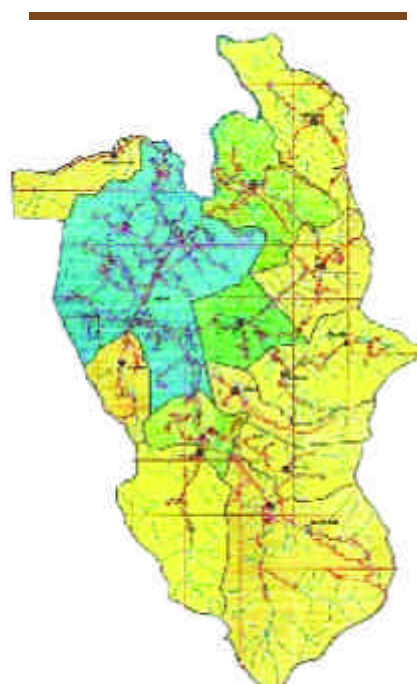
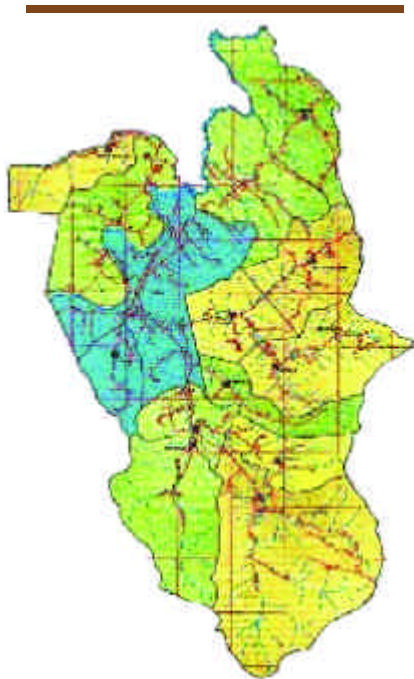


Família rural



Cursos de qualificação profissional

## ANEXO VII Mapa Político da Cidade de Lontras



Fonte: Mapas cedidos pela Secretaria de Desenvolvimento Rural, Agricultura e Meio Ambiente.

**ANEXO VIII**  
**Mapa das Associações Comunitárias de Lontras – SC**



Fonte: Mapas cedidos pela Secretaria de Desenvolvimento Rural, Agricultura e Meio Ambiente.

## ANEXO IX Painel do CMDR e Grupos Focais com Mulheres e Jovens

(Fotos registradas pela equipe de pesquisa)



Painel de imagens do CMDR de Lontras



Grupo focal realizado com as mulheres agricultoras de Lontras



Grupo focal realizado com os jovens agricultores de Lontras

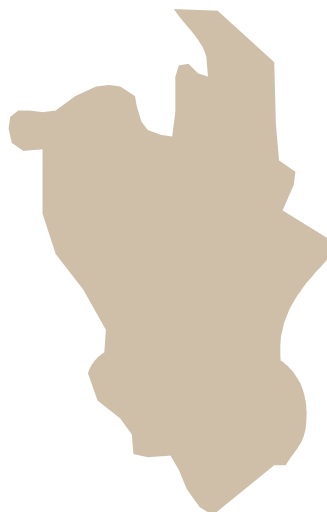
## ANEXO X Localização Geográfica do Município de Lontras – SC



Localização do Estado de Santa Catarina no Brasil



Localização do Município de Lontras em Santa Catarina



Limite do Município de Lontras

## ANEXO XI

### Dados Gerais do Município de Lontras

**Tabela 9**  
**População do Município de Lontras**

INDICADORES	ANO		
	1980	1991	1996
População total	7.324	7.578	7.936
População masculina	–	3.791	3.994
População feminina	–	3.787	3.942
População urbana	3.789	4.417	4.867
População rural	3.535	3.161	3.069

Fonte: Fundação IBGE, in Anuário Estatístico de Santa Catarina – 1995 e 1996/97.

**Tabela 10**  
**Estrutura fundiária de Lontras**

GRUPO DE ÁREA	Nº ESTABELECIMENTOS	ÁREA (HECTARES)
0 a menos de 10	228	1.123
10 a menos de 20	319	4.382
20 a menos de 50	221	6.280
50 a menos de 100	28	1.853
100 a menos de 500	9	1.088

Fonte: Fundação IBGE – Censo Agropecuário, 1985.

**Tabela 11**  
**Produção agrícola – 1996**

PRODUTOS	Nº PRODUTORES	ÁREA (HA)	QTDE PRODUZ. (TON)	REND. MÉDIO (KG/HA)
Arroz irrigado	16	80	720	9.000
Arroz sequeiro	50	10	40	4.000
Feijão safra	150	400	432	1.080
Feijão safrinha	350	350	315	900
Fumo	150	600	900	1.500
Mandioca	300	950	17.100	18.000
Milho	830	2.000	6.000	3.000
Batata	150	450	4.050	9.000
Cebola	200	500	7.500	15.000
Tomate	30	15	690	46.000

Fonte: Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável 1998-2000 de Lontras (SC).

**ANEXO XII**  
**Pronaf/Infra-estrutura – Lontras – SC – 1997, 98 e 99**

**Tabela 12**  
**Plano de trabalho 1997**

PROJETO	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Projeto 01	Aquisição de Equipamentos Áudios Visuais	2.705,00
Projeto 02	Aquisição de Máquinas e Equipamentos (2 tratores e implementos)	71.143,40
Projeto 03	Construção Casa do Mel e Cera / Equipamentos Casa Mel e Cera	70.988,42
Projeto 04	Construção da Feira Permanente Peixe Vivo	24.879,04
Projeto 05	Construção de Galpão Secagem de Grãos	45.451,35
	Ampliação Meta 02 e 03:	5.090,13
	Ampliação Meta 02,03,04,05:	9.476,38
	Recursos Pronaf:	178.200,00 + 8.171,78
	Recursos Prefeitura:	46.361,94
	<b>Total:</b>	<b>232.733,72</b>

Fonte: tabela elaborada pelo agrônomo e coordenador da SMDR da Prefeitura de Lontras.

**Tabela 13**  
**Plano de trabalho 1998**

PROJETO	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Projeto 01	Galpão de Classificação Embalagem de Cebola	41.648,40
Projeto 02	Máquina para Classificação Cebola e 2 costureiras	13.500,00
Projeto 03	Estação Produção Alevinos II	48.265,19
Projeto 04	Abrigo para Máquinas e Equipamentos	5.950,00
	Recursos Pronaf:	85.511,00 + 6.370,54
	Recursos Prefeitura:	17.507,20
	<b>Total:</b>	<b>109.388,74</b>

Fonte: tabela elaborada pelo agrônomo e coordenador da SMDR da Prefeitura de Lontras.

**Tabela 14**  
**Plano de trabalho 1999**

<b>PROJETO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
Projeto 01	Trator Agrícola e Equipamentos	42.000,00
Projeto 02	Casa de Venda de Produtos Coloniais	90.000,00
Projeto 03	Infra-estrutura Funcionamento Casa Mel e Cera	8.000,00
Projeto 04	Infra-estrutura Funcionamento Estação Produção de Alevinos	6.000,00
Projeto 05	Infra-estrutura de Funcionamento Galpão de Secagem de Grãos	4.000,00
	Recursos Pronaf:	140.000,00
	Recursos Prefeitura:	10.000,00
	<b>Total:</b>	<b>150.000,00</b>

Os valores referentes ao PT – 1999, podem sofrer alterações em função das concorrências de compra.

Fonte: tabela elaborada pelo agrônomo e coordenador da SMDR da Prefeitura de Lontras.